

# O Marquez de Barbacena

125

## SERIE 3.ª — BRASILEIRA

## VOLUMES PUBLICADOS:

- 1 — Baptista Pereira: Figuras do Imperio e outros ensaios.
- 2 — Pandiá Calogeras: O Marquet de Ilarbacena.
- 3 — Alcides Gentil: As Ideias de Alberto Torres.
- 4 — Oliveira Vianna: Maça e Assemblação (3.ª edição augmentada).
- 5 — Augusto de Saint-Hilaire: Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822) — Trad. e pref. de Affonso de E. Taunay.
- 6 — Baptista Pereira: Vultos e episodios do Brasil.
- 7 — Baptista Pereira: Direcções de Ruy Barbosa.
- 8 — Oliveira Vianna: Populações Meridionaes do Brasil (3.ª edição).
- 9 — Nina Rodrigues: Os Affricanos no Brasil (Revisão e prefacio de Horacio Pires), 2.ª edição.
- 10 — Oliveira Vianna: Evolução do Povo Brasileiro (2.ª ed. illustrada).
- 11 — Luis de Camata Cascada: O Conde d'Eu (Volume 1.º illustrado).
- 12 — Wanderley Pinho: Cartas do Imperador Pedro II ao Brazil de Cotizze (Volume illustrado).
- 13 — Vicente Leão Cardoso: A mensagem da Historia do Brazil.
- 14 — Pedro Camargo: Historia da Civilização Brasileira (2.ª edição).
- 15 — Pandiá Calogeras: Da Regencia á queda de Romão (3.ª vol. da serie Relações Exteriores do Brazil).
- 16 — Alberto Torres: O Problema Nacional Brasileiro.
- 17 — Alberto Torres: A Organização Nacional.
- 18 — Visconde de Taunay: Pedro II.
- 19 — Affonso de E. Taunay: Visitantes do Brazil Colonial (Sec. XVI XVIII).
- 20 — Alberto de Faria: Macaé.
- 21 — Baptista Pereira: Pelo Brazil Maior.
- 22 — E. Roquette-Pinto: Ensaio de Anthropologia Brasileira.
- 23 — Evaristo de Moraes: A escravidão africana no Brazil.
- 24 — Pandiá Calogeras: Problemas de Administração.
- 25 — Mário Marquetti: A lingua do Nordeste.
- 26 — Alberto Rangel: Rumos e Perspectivas.
- 27 — Alfredo Ellis Junior: Populações Paulistas.
- 28 — General Couto de Magalhães: Viagem no Araguaia (3.ª ed.).
- 29 — José de Castro: O Problema da alimentação no Brazil.
- 30 — Cap. Frederico A. Rondon: Pelos Brazil Central (ed. illustrada).
- 31 — Affonso de E. Taunay: O Brazil na crise actual.
- 32 — C. Meira Lessa: Visitantes do Passado Imperio (ed. III).
- 33 — J. de Sampaio Pereira: Meteorologia Brasileira.
- 34 — Aryenne Costa: Introdução á Archeologia Brasileira (ed. I. I.).
- 35 — A. J. de Sampaio: Phytogeographia do Brazil (ed. illustrada).
- 36 — Alfredo Ellis Junior: O Bandeirismo Paulista e o Recuo do meridiano (2.ª edição).
- 37 — J. P. Almeida Prado: Primeiros Possuidores do Brazil (ed. II.).
- 38 — Ruy Barbosa: Mocidade e Exilio (Correção de Moraes) — prefacio de e notas por Americo Jacobina Lacombe — Edição illustrada.
- 39 — E. H. de Castro-Pinto: Rondonia (3.ª ed. augmentada e illustrada).
- 40 — J. de Castro-Pinto: Espirito da Sociedade Colonial.
- 41 — José Maria Bellini: A intelligencia do Brazil.
- 42 — Pinheiro Calogeras: Formação Historica do Brazil (2.ª edição).
- 43 — A. Sabina Lima: Alberto Torres e sua obra.
- 44 — Estevão Pinto: Os indigenas do Nordeste (com 46 grav. e mappa).
- 45 — Desho de Magalhães: Expansão Geographica do Brazil Colonial.
- 46 — Renato Mendonça: A influencia africana no portuguez do Brazil (edição illustrada).
- 47 — Manoel Bomfim: O Brazil — com uma nota expostiva de Carlos Matt.
- 48 — Luciano Viana: Bandeirantes e sertanistas bahianos.
- 49 — Gustavo Barroso: Historia Militar do Brazil (ed. III).
- 50 — Murilo Travassos: Projecção Continental do Brazil — prefacio de Pandiá Calogeras — 2.ª ed. ampliada.
- 51 — Octavio de Freitas: Doenças Africanas no Brazil.
- 52 — General Couto de Magalhães: O Selvagem (1.ª edição completa com a parte original (Toby-Guany)).
- 53 — A. J. de Sampaio: Biogeographia Dynamica — O Homem e a Natureza do Brazil.
- 54 — Alcides Gentil do Carvalho: Calogeras.
- 55 — Henrique de Atalaya: O reconhecimento no Brazil pelos Estados Unidos da America.
- 56 — Charles Exilly — Mulheres e costumes do Brazil (Trad. e prefacio do Gustavo Ferreira).
- 57 — Flávio Rodrigues Valles: Elementos de Poliphonia Musical Brasileira.

**Bibliotheca Pedagogica Brasileira**  
Serie 5.ª — BRASILIANA — Vol 2

---

JOÃO PANDIÁ CALOGERAS

**O MARQUEZ  
DE BARBACENA**

2.ª Edição

1936  
COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
São Paulo

Os direitos autorais das obras de Calpurnia pertencem à:

FUNDAÇÃO "PANDIÁ CALOGERAS"

Rua Líbero Badur, 14 - São Paulo

SÃO PAULO

## DO MESMO AUTOR

- 1891 — O MANGANEZ DE CARIGUABA (SANTA CATHARINA).
- 1892 — RELATORIO DOS TRABALHOS FEITOS NA FAZENDA DO GANDARELA (em colaboração com o Dr. Arthur Guimarães). Ouro Preto.
- 1892 — METEORITO DE SANTA CATHARINA. *Jornal do Commercio*, 20 de Maio. Rio de Janeiro.
- 1892 — LE FER NICKLÉ DE SAINTE CATHERINE. *Révue Scientifique de Paris*. Um extracto dessa comunicação foi publicado em 1893 no *Neues Jahrbuch für Mineralogie*.
- 1893 — MINERIOS DE FERRO. *Jornal do Commercio*, 9 de Outubro. Rio de Janeiro.
- 1894 — AS LINHAS TELEGRAPHICAS MINELRAS, na *Revista Industrial*. Ouro Preto.
- 1895 — CONTRIBUTION À L'ETUDE DES EXPLOITATIONS DE DIAMANTS AU BRÉSIL. NOTE SUR LE GISEMENT DIAMANTIFÈRE D'AGUA SUJA. *Revue Universelle des Mines et de la Métallurgie*. Liège et Paris. XXIX. O mesmo ensaio foi reproduzido na *Revista Industrial de Minas*

Geraes, Janeiro e Fevereiro de 1895. Ouro Preto.

- 1895 — A FABRICA DE FERRO DE S. JOAO DE IPANEMA. Revista Brasileira. Rio de Janeiro. Um extracto foi reproduzido na Brazilian Bulletin em São Paulo, Dezembro de 1895.
- 1896 — PLANO DE VIAÇÃO FERREA EM MINAS GERAES, em «MINAS GERAES NO SECULO XX» do Professor Rodolpho Jacob, Belo Horizonte (1911).
- 1897 — AS ESTRADAS DE FERRO FEDERAES, na Revista Brasileira, Rio de Janeiro.
- 1898 — DA RESPONSABILIDADE DAS VIAS FERREAS NA EXECUÇÃO DO CONTRACTO DE TRANSPORTE. Rio de Janeiro.
- 1899 — O MANGANEZ E SEU TRANSPORTE NA F. F. CENTRAL DO BRASIL. Jornal do Commercio — Rio de Janeiro.
- 1899 — O ORÇAMENTO DO MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS PARA 1900. Annaes da Camara dos Deputados — Rio de Janeiro.
- 1901 — LA SITUATION ÉCONOMIQUE DU BRÉSIL. Conferencia feita na Société de Géographie Commerciale. Paris.
- 1902 — ELECTRO-SIDERURGIA. Belo Horizonte.
- 1902 — O CAFÉ. Belo Horizonte.
- 1902 — REFORMA TRIBUTARIA. Belo Horizonte.
- 1904 — AS MINAS DE OURO NACIONAES. Jornal do Commercio, 3 de Dezembro — Rio de Janeiro.
- 1904-1905 — AS MINAS DO BRASIL E SUA LEGISLAÇÃO. 3 volumes. Imprensa Nacio-

nal. Rio de Janeiro. O capítulo sobre O Ferro foi publicado em São Paulo, em 1904, na Revista do Instituto Histórico. Parte de outro capítulo, sobre pedras preciosas, foi publicado nos Estados Unidos, em Chicago, em Janeiro de 1906, no The Mining World, sob o título Gem Mining in Brazil.

- 1905 — O TRANSPORTE DO MANGANEZ.
- 1910 — LA POLITIQUE MONÉTAIRE DU BRÉSIL. 1 volume. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.
- 1911 — RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.
- 1911 — OS JESUITAS E O ENSINO. Na Revista Americana, Rio de Janeiro. Houve uma 2.<sup>a</sup> edição, em 1911, no Rio de Janeiro.
- 1912 — NOVOS RUMOS ECONOMICOS. Typographia Leuzinger. Rio de Janeiro.
- 1912 — VIDA DE MARIANO PROCOPIO FERREIRA LAGE. Conferencia ao inaugurar sua herma, Juiz de Fóra.
- 1913 — RIO BRANCO E A POLITICA EXTERIOR. Na Revista Americana. Rio de Janeiro. Houve uma 2.<sup>a</sup> edição Imprensa Nacional, 1916, Rio de Janeiro. Houve uma 3.<sup>a</sup> edição, em Res Nostra..., São Paulo - Irmãos Ferraz, 1930.
- 1914 — A LEI DE MINAS. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.
- 1914 — O PROBLEMA ECONOMICO DO BRASIL. Na Bibliotheca da Camara do Commercio Internacional do Brasil. Rio de Janeiro.
- 1915 — INTRODUÇÃO AO RELATORIO DA FAZENDA. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.

- 1916 — INTRODUÇÃO AO RELATORIO DA FAZENDA. *Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.*
- 1917 — RELATORIO CONFIDENCIAL AO CONS.<sup>o</sup> RODRIGUES ALVES SOBRE A SITUAÇÃO ORÇAMENTARIA E ADMINISTRATIVA DO BRASIL. *Inédito.*
- 1920 — INTRODUÇÃO AO RELATORIO DA GUERRA. *Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.*
- 1921 — INTRODUÇÃO AO RELATORIO DA GUERRA. *Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.*
- 1922 — INTRODUÇÃO AO RELATORIO DA GUERRA. *Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.*
- 1924 — CIRCULAR DIRIGIDA AO ELEITORADO DO 2.<sup>o</sup> DISTRICTO DE MINAS GERAES. *Typ. da Revista dos Tribunaes, Rio de Janeiro.*
- 1924 — INDUSTRIAS BASICAS. *Na Revista de Arte e Sciencia, Rio de Janeiro.*
- 1925 — O BRASIL POR 1849. Edição d'O *Jornal*, sobre D. Pedro II. *Rio de Janeiro.*
- 1925 — O PODER PESSOAL E O LAPIS FATIDICO. Edição d'O *Jornal*, sobre D. Pedro II. *Rio de Janeiro.*
- 1926 — THEORIA DE WEGENER SOBRE A FORMAÇÃO DOS CONTINENTES. *Typographia Brasil, de Rothschild & Co., S. Paulo.*
- 1926 — ASPECTOS DA ECONOMIA NACIONAL. *Typ. do «Estado de S. Paulo», S. Paulo.*
- 1926 — O BRASIL E A SOCIEDADE DAS NAÇÕES. No «*O Jornal*», *Rio de Janeiro*; no «*O Commentario*», *Junho de 1926, S. Paulo*;



uma 2.<sup>a</sup> edição saiu na Typ. do «Estado de S. Paulo». S. Paulo.

- 1927 — A POLITICA EXTERIOR DO IMPERIO. I. AS ORIGENS. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.
- 1928 — A POLITICA EXTERIOR DO IMPERIO. II. O PRIMEIRO REINADO. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.
- 1928 — PROBLEMAS DO GOVERNO. Typ. Rossetti Ltda. S. Paulo.
- 1930 — FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL. Cia. Editora Nacional. S. Paulo.
- 1930 — RES NOSTRA... Est. Graphico Irmãos Ferraz. S. Paulo.
- 1931 — REFORMA TRIBUTARIA DE MINAS. Imprensa Official. Belo Horizonte.
- 1931 — SAUDAÇÃO AOS ENGENHEIRANDOS DE OURO PRETO. Ouro Preto.
- 1931 — CONCEITO CRISTÃO DO TRABALHO. Cia. Editora Nacional. S. Paulo.
- 1931 — FEIJÓ E A CRISE RELIGIOSA. Na «Hierarchia». Rio de Janeiro.
- 1931 — ORAÇÃO AO SENHOR, no Corcovado, Rio de Janeiro.
- 1932 — A EDUCAÇÃO POLITICA DE D. PEDRO II, na Política. S. Paulo.
- 1932 — OS GOVERNOS REGENCIAES NO BRASIL, na Política. S. Paulo.
- 1897-1899) — PARECERES E DISCURSOS PARLA-  
1903-1915) MENTARES, Annaes da Camara, Rio  
1918-1919) de Janeiro.
- 1891-1932 — Collaborações em jornaes e publicações pe-  
riodicas, das quaes algumas figuram na  
Res Nostra...



## O MARQUEZ DE BARBACENA

Certas personalidades definem e caracterizam phases historicas.

D. Pedro I e o Grupo do Rio estão identificados com a Independencia. José Bonifacio e seus irmãos presidiram á organização e aos traços directores do Imperio nascente. O Marquez de Barbacena é o proprio Primeiro Reinado, em sua diplomacia, suas contendas externas e sua economia. Tambem o resume na campanha pela abolição do absolutismo e pelo advento do governo constitucional.

Quanto mais se estuda sua actividade pública, mais avulta figura dominadora do primeiro decennio da nossa vida de nação independente. Ninguem se lhe avantaça, na pleiade dos fundadores do

regime. Poucos se lhe podem emparelhar.

É, entretanto, povo de deslembrados que somos, muito acima dos eminentes serviços que prestou, paira na mente popular a memoria das calumnias que lhe prodigalisaram a inveja e o odio daquelles a quem de tão alto dominava. Esse, em geral, o pago de nossos homens publicos.

A anedota historica que aponta um votante de Athenas condemnando Aristides ao ostracismo, cançado que estava de o ouvir chamar de Justo, mereceria ser brasileira.

E o grande estadista do Reconhecimento do Imperio; o organisador do exercito na campanha da Cisplatina; o salvador da rainha constitucional de Portugal; o negociador habilissimo que na difficil tarefa do segundo casamento do Imperador, e da lucta contra o absolutismo miguelista venceu Metternich e a Santa Alliança; o propheta politico que, com approximação de semanas, predisse a D. Pedro I a sua derrota e a instituição

prática do Estatuto de 25 de Março de 1824; Felisberto Caldeira Brant Pontes ainda hoje tem sua fama diminuída pelo miasma impuro de imaginários deslises monetários, quando, entretanto, se tornava credor do Thesouro e tinha suas contas apuradas e com a devida quitação em inquerito de severidade innominavel movido por seus proprios adversarios politicos. Tanto póde o odio partidario na vida publica, e tal é a gratidão dos povos!...

Vale uma nação pela consciencia que tem do seu passaco, de sua missão historica; pelo denodo e dignidade com que a mantem pelos tempos em fóra. E' o que nos move a mais fundamente conhecer ao Brasil, para o melhor amar e servir. E' o que faz da Historia a grande mestra da vida.



## 1. O início. As primeiras clivagens

Mineiro, de boa progeinic, descendia Brant por linha paterna do celebre contractador Felisberto Caldeira, cuja fama de generoso e liberal ainda hoje corre na antiga Demarcação diamantina. Pelo lado materno, entroncava-se nos Hortas, Pires, Lemes e Moreiras, companheiros de Martim Affonso de Sousa no primeiro povoamento de S. Vicente, na Capitania de S. Paulo.

Nascido em 19 de Setembro de 1772, no arraial de S. Sebastião de Mariana, já em 1786 havia terminado seus estudos. Seguiu para o Rio e S. Paulo a visitar parentes e em 1788 velejou para Lisboa para proseguir em sua educação no Collegio dos nobres e, depois, na Academia

de marinha. Aqui encontrou, lente de uma das cadeiras, seu primo Manoel José Pires da Silva Pontes que o protegeu tanto que, por gratidão, o futuro marquez lhe adoptou o sobrenome de Pontes.

Foi precoce a manifestação de seus meritos, tanto como estudante como, depois, na marinha onde foi servir. Aos 19 annos fizera jus ao posto de capitão de mar e guerra, mas o Governo achou inconveniente conferir distincção tão alta a official mal sahido da puericia.

Pediú Brant sua transferencia para as forças de terra e, como major, foi servir em Angola, no estado-maior do governador d. Miguel de Mello, ali travando com seus chefes as relações de que, mais tarde nas negociações do Reconhecimento do Imperio, se haveria de valer. No desempenho de suas funções poude prestar serviços de guerra para os quaes seu prévio treinamento nas cousas do mar o havia preparado: perseguir, caçar e afugentar corsarios que assolavam a costa angolense.



Alli conheceu próceres da Inconfidência, o dr. José Alves Maciel e o coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, que lhe eram aliás aparentados.

Após dois annos de permanencia na Africa, Brandt voltou para Lisboa, com escala pela Bahia onde ficou alguns mezes e deliberou casar-se com d. Anna Constança Guilhermina de Castro Cardoso. Só se realisou o matrimonio, entretanto, tempos depois, a 27 de Julho de 1801, quando, de volta de Portugal, regressou á Bahia para tomar conta de sua nova commissão, a de tenente-coronel do regimento local.

Sobrando-lhe tempo em suas occupações militares, fundou uma casa commercial que lhe augmentou a fortuna. Dedicava-se a tudo quanto favorecesse ao Brasil, tanto que foi elle quem introduziu na antiga colonia, em 1804, a vaccina Jenneriana, prestando-se elle proprio a ser o primeiro inoculado.

Não podia nelle mentir o sangue dos Caldeira Brandt, cuja liberalidade e espirito lhano até hoje deixaram fama no

antigo Tijuco, hoje Diamantina. Tacs dotes; apurados no convívio de Lisbôa e nos deveres de sua duplice profissão de marinheiro e de soldado, o levaram a prestar serviços á Inglaterra quando, em 1805, emprestou á esquadra do almirante Home Popham, que se dirigia a Buenos Aires e se achava sem recursos, largas quantias de que não quiz receber juros; e tambem á França, recebendo e obsequiando ao príncipe Jeronymo Bonaparte que, no mesmo anno, passara na Bahia em uma esquadra franceza que alli aportou. Tacs delicadezas, inteiramente espontaneas, vieram a lhe servir, muito, em passos ulteriores, e grangearam-lhe a sympathia, mais tarde a amizade e a estima do grande George Canning.

Reorganison os corpos de linha e de milicias. Levantou á sua custa a planta do Reconcavo da Bahia e de Sergipe. No arsenal fundou uma officina de armeiros. Abriu a estrada de S. Jorge de Ilhéos ao arraial da Conquista, com 42 leguas de extensão. Introduziu a primeira machina a

vapor para engenhos de cannas. Propagou successivamente na Bahia, e depois no Rio, as variedades Cayenna e Rajada da preciosa graminea. Collaborou com Manoel Jacintho Nogueira da Gama para fundar na Capitania uma filial do Banco do Brasil.

Em 1815, acudiu com tanta presteza á insurreição dos negros, a planejarem generalisar o movimento, que o suffocou no nascedouro. Valeu-lhe tal zelo incorrer na censura do governador, conde dos Arcos, cujas attribuições invadira. Mas os bahianos, gratos pelo serviço prestado, redigiram uma representação ao Principe Regente e incumbiram ao proprio Brant de ir ao Rio levar-a a D. João, em 1816. Cumpriu a missão e deixou solvidas as difficuldades mas, ao voltar para a Capitania, recebeu ordem de prisão por parte do governador, logo relaxada, pelo que dispunha a ordem régia de 27 de Julho de que Brant fôra portador. Não ficaram resquícios desse desentendimento entre as

duas personagens, que se tornaram em seguida muito ligadas.

Collaboraram em limitar e reduzir a revolução pernambucana de 1817, não permitindo se alastrasse á Bahia. Era Brant forte e convencidamente contrario ás idéas republicanas. Monarchista, queria a Independencia sob a fórma monarchica.

Em 1819, inaugurou a navegação a vapor até Cachoeira, com um barco construido no estaleiro da Preguiça, barco no qual installou uma machina que importára da Inglaterra.

Ia crescendo o prestigio de Felisberto: em 1819, foi successivamente graduado em marechal e nomeado fidaigo cavalleiro. Dos membros do governo vinham-lhe consultas e provas de distincção. Villanova Portugal e o conde dos Arcos com elle correspondiam, assim como o pessoal do alto commercio, representado pelos directores do Banco do Brasil. Auxiliava aos estrangeiros que, então, começavam a visitar e estudar o novo Reino, e viam no official-general um amigo esclarecido.

Começavam, entretantes, a estremecer as relações com a metropole. Resentia-se esta do vexame decorrente da ida ao Brasil do governo portuguez, e sentia-se colonia de sua antiga colonia. Os sentimentos oriundos dessa contingencia historica iam traduzindo-se na Lusitania eurozêa em picuinhas e dissabores, malquerença e odios para com os brasileiros. Na America portugueza, a tropa vinda do Reino partilhava seus rancores e exaggerava seus habitos de altaneria e de assumida superioridade, desprezadora e desrespeitosa para com os descendentes transatlanticos. Tornou-se cada vez mais intenso o divorcio entre os filhos das duas partes da monarchia.

Lisbôa não se consolava de sua subalternidade. Tudo fez para que D. João voltasse á séde tradicional do Governo. Invocou para isso, e obteve, o concurso de Londres; mas D. João reluctava e adiava, enfim, a partida. Para activar seus planos e sua realisação, recorreu á revolução, a manejos maçonicos, ás ordens expedidas para os portuguezes no Brasil, no sentido

de apoiarem os movimentos subversivos da metropole.

Obedecendo ao influxo de todos esses factores, explodiu na Bahia o motim de 1.º de Fevereiro de 1821, um dos écos da cadeia de incidentes e de perturbações que precederam a Independencia. Caldeira Brant, por ordem do governador conde de Palma, foi averiguar a situação, devidamente acompanhado de força regular. Sobre elle, e sobre sua tropa, atirou a artilharia portugueza, havendo 16 mortes, além da do major Hermogenes que mandava as quatro companhias de infantes. Por milagre, escapou Felisberto. Ao conde de Palma, voltou a informar que a adhesão ás ordens de Lisbôa estava generalisada e que não parecia convir a resistencia á nova corrente politica em favor da monarchia constitucional.

Na Casa do Concelho, reuniram-se os pro-homens da capitania para acertarem sobre a orientação nova a seguir. Ahi, perante o governador, declarou que, para o Brasil, mais vantajoso e opportuno seria

separar-se da antiga metropole e cuidar dos interesses proprios. Provocou dessa fórma o odio do partido portuguez, muito forte na cidade do Salvador, odio que quasi o victimou. Apesar disso, e da repulsa de sua suggestão separatista, poude modificar a redacção da acta dos acontecimentos, na qual se falava em **sujeição** do Brasil, termo infeliz que elle logrou fazer substituir pelo de **adhesão** á ordem nova constitucionalista.

Dahi nasceram attrictos fortissimos que o levaram a retirar se para o Rio de Janeiro, onde chegou a 22 de Fevereiro, a bordo da fragata ingleza Icarus, a tempo para presenciar na Capital do reino revolução identica á da Bahia, e pelos mesmos motivos.

No Rio as mesmas paixões imperavam e dividiam a cidade em dois campos, que, ambos, accusavam a Brant. O partido portuguez lhe não perdoava a lembrança de tornar o Brasil independente da metropole. Os adversarios das Côrtes e de seus designios sobre a antiga colonia diziam do

marechal ser adheso a Lisboa e o comprovavam allegando sua acção na Bahia no motim de 1.º de Fevereiro, no qual aconselhara ao conde de Palma acatar as ordens do reino peninsular.

Certo é que foi preso ao chegar, mas considerou essa prisão como providencia do Governo para evitar qualquer desacato á sua pessoa em meio tumultuario como era o Rio daquelles dias.

Inda assim, sentiu-se mal e pediu licença para se retirar para Londres a tratar da saúde e de negocio. Deferida a solicitação, partiu para a capital ingleza, onde chegou a 2 de Junho de 1821. Ahi tambem encontrou, por parte dos liberaes portuguezes, residentes na Inglaterra, recepção hostil, pois não admittiam um Brasil não sujeito ás Côrtes do Reino.

Jam, entretanto, as cousas caminhando para um rompimento entre os dois elementos da monarchia lusitana. Multiplicavam-se os signaes de malquerença contra tudo o que provinha da America. De Londres, Brant escrevia aos depu-



tados á constituinte idos do Brasil, pondo seus prestimos a seu dispôr e auxiliando effectivamente a muitos delles. O mesmo fazia para com patricios seus que soffriam vexames provocados pelo Governo de Lisbôa.

As noticias idas do Rio informavam ao marechal sobre o curso dos acontecimentos. D. Pedro, Regente; as manifestações de autonomia a se generalisarem; os anseios de emancipação, e as ordens coercitivas e regressistas ideadas pelas Côrtes que as transmittiam para o Brasil. Poz-se em contacto com José Bonifacio, que lhe enviou desde logo os poderes de encarregado de negocios na Inglaterra, assim como fizera no Prata com Correia da Camara. Era obvio que uma phase nova se abria para a America, phase que se revelava accorde com os sentimentos proprios do futuro marquez e com suas convicções politicas. Por isso, solidarizou-se em absoluto com os intuitos do Governo Brasileiro e procurou servir-o com todas as forças e dedicação sem limite.

José Bonifácio, intelligentemente, apressou-se em acolher auxilio de tanto valor e, além dos encargos politicos de representação diplomatica, lhe entregou o desempenho de innumerables incumbencias que visavam preparar o novo reino americano para enfrentar a lucta que se antolhava contra a antiga metropole. Soldados, marinheiros, machinas, navios, apparelhamento de arsenaes, tudo isso e mais outras numerosas tarefas lhe foram commettidas pelo ministro.

Esquecia-se, entretanto, de remetter os recursos financeiros indispensaveis. Nem por isso diminuiu a actividade de Brant, nem esmoreceu sua faina exhaustiva em corresponder á confiança do Governo e ás exigencias de sua terra. A tudo satisfez, valendo-se de sua fortuna pessoal, da dos amigos que nelle confiavam, e do credito que possuia.

Assim, a elle se deve a organização do brilhante grupo de officiaes inglezes, que foram prestar á marinha brasileira o inestimavel concurso de seu valor e de sua

competencia e contribuíram para melhor aproveitar os optimos elementos que lhe haviam sido grangeados por Portugal e pela propria terra natal. Rematou taes serviços suggerindo a José Bonifacio o convite ao destemido Cochrane, desavindo com o Chile onde estava servindo, e que veio pôr sua espada e sua pericia nautica ás ordens do novo Estado que surgia. Não é este o logar de enaltecer a collaboração assim prestada. Mas, indiscutivel é o facto de que o nome de Felisberto Caldeira Brant Pontes se acha indissolavelmente ligado aos daquelles que preparavam o advento dos triumphos navaes da nova esquadra.

Mais difficil era a missão diplomatica junto á Inglaterra. Teria o reino do Brasil, unido ao de Portugal, o direito de representação internacional propria, para seus interesses peculiares? Hoje em dia a solução do caso foi affirmativa quanto aos dominions do Imperio Britannico. Naquelles tempos, porém, tal problema era uma novidade chocante e a iniciativa do Brasil seria tida por extranha.

Vinha simplificar o caso o facto de serem taes poderes de 12 de Agosto de 1822, emanando, bem ou mal, do reino do Brasil, unido ao de Portugal. A separação da metropole, occorrida a 7 de Setembro do mesmo anno, annullava a plenipotencia com a proclamação da Independencia do novo Imperio. Eliminava a carta de creença, pela desappareição da entidade que a expedira. Praticamente ficava o Brasil sem representação em Londres.

Achou o marechal meios de solver o imbroglio. Sua amistosa intervenção na Bahia, em 1805, provendo ás necessidades da esquadra britannica do almirante Popham, havia provocado uma carta de agradecimento do Almirantado. Della se valeu para entrar em relações pessoaes com o Governo Inglez, especialmente com Canning. Taes relações intensificaram-se com o correr dos tempos; os dois estadistas approximaram-se, tornaram-se amigos, cada qual respeitando, admirando e confiando no outro.

A principio, entretanto, encontraram ambos difficuldades especiaes para agirem de accôrdo, pelo menos officialmente. Canning, pelos motivos indicados, não podia receber ao brasileiro com caracter diplomatico. Si, na vigencia da união Portugal-Brasil, era duvidosa a legalidade dos poderes conferidos na carta de crença enviada do Rio de Janeiro, a proclamação do imperio só conferiria representação internacional, após seu reconhecimento na *societas gentium*.

O assumpto, contudo, era grave demais para que delle se desinteressasse o gabinete de St. James. O movimento independentista americano tinha as sympathias britannicas obedientes aos interesses das classes productoras do Reino- Unido. De facto, o systema colonial iberico fundava-se no monopólio commercial das metropoles com seus territorios ultramarinos. As luctas contra Napoleão e seus aliados haviam permittido, nos Oceanos, o triumpho do motto *Rule, Britannia, rule the waves*; e, assim, a Hespanha, sob o

guante de Bonaparte, vira estancar-se o commercio com a America, com grandes proveitos para o reino insular que conquistára esses novos mercados, proporcionando-lhe lucros de grande vulto.

As condições com o Brasil eram outras: Portugal era o mais velho aliado da Inglaterra; juntos haviam luctado contra o Corso; agora esse companheiro de batalhas mundiaes via esphacelar-se seu dominio colonial. Como agir? O commercio inglez, a industria insular, a City desde o primeiro momento, abraçaram a causa do novo Imperio; cuidavam de vantagens proprias, já com a experiencia provada das emancipações hispano-americanas.

A politica internacional do gabinete inglez a curto intervallo teve dois rumos: legitimista, ao lado das metropoles, com a orientação high-tory de Castlereagh; liberal, emancipadora, após o suicidio desse procer, e influenciada pela mentalidade progressista de seu successor, George Canning. Este pautava sua acção pelos

reclamos economicos de seu paiz, além da norma liberal que os acontecimentos prenunciavam.

Nem era só esse o ponto de vista: havia terminado, victoriosa, a longa campanha de Wilberforce, pela abolição do trafico negreiro; e o ministro inglez esperava poder valer se das circumstancias brasileiras para lhe arrancar o compromisso de prohibição de importar escravos, mediante o reconhecimento do Imperio e da Independencia, mau grado as opposições lusitanas. Tal foi o objecto da missão de Lord Amherst, despachado vice rei das Indias, quando, a seguir para seu posto, aportou no Rio de Janeiro. Aqui, embora D. Pedro e José Bonifacio quizessem a abolição, não se julgavam em condições de accetar o compromisso, taes as condições economicas e sociaes do paiz. E por isso mangrou esse primeiro esforço de Canning pela accitação dos factos consummados.

Luctava, entretanto, com difficuldades custosamente removiveis: os elementos de contacto, mais afastados ainda

quanto ao Brasil do que com a metropole lusitana. Tres mezes de facto, eram o minimo de tempo decorrido entre a ida e a volta de quaesquer communicações transatlanticas. Portugal tinha ministro em Londres, que a seu turno era representada em Lisbôa. No Rio de Janeiro, um consul, H. Chamberlain, exercia funções diplomaticas; sem instrucções especificas para os novos acontecimentos, entretanto, não podia ser sinão mero informante dos successos diarios.

Taes obices aconselhavam o urgente reatamento das trocas de vista autorisadas, officiosas enquanto se não tornassem officiaes. Dahi a volta de Brant ao Brasil em Julho-Outubro de 1824.

Outro motivo, talvez mais urgente ainda, consistia na desordem absoluta reinante, no Rio, quanto ao julgamento dos problemas. De facto, quanto ao reconhecimento da Independencia e do Imperio, a ansiedade era enorme no Brasil recém-redimido, apesar da ostentação com que affectavam alardear o nenhum inte-



resse do facto quanto á nova entidade internacional. Mas, em realidade, tudo era uma confusão de erros e de noções imprecisas, quando não positivamente falsas.

Portugai, potencia de categoria inferior, não tinha trajetória própria no firmamento diplomatico. Desde seculos, modestamente figurava como satellite do astro britannico, já obumbrados no olvido do passado os dias gloriosos do devassamento dos Oceanos, das Indias e da America. Com intensa luz, fulgia apenas a campanha peninsular contra Napoleão, na qual ainda Wellington era a cabeça de commando.

A cõrte portugueza, já no Brasil, seguia o impulso e os conselhos do gabinete de St. James, sem lances proprios de grande destaque, e estes, mesmo, limitados ás questões fronteiriças com a França, o linde das Guyanas, e com a Hespanha nas linhas de Olivença.

Não seguia, pois, com extremado apuro a complicação dos meandros das

correntes e contra-correntes dos interesses em debate no ambiente europeu.

O Brasil enxergava, apenas, nas iniciativas inglesas, trazidas por Lord Amherst, o desejo de se aproveitarem as discussões entre a metropole e sua antiga colonia para se conseguirem os alvos commerciaes do Reino Unido, á procura de novos mercados e a abolição do trafico servil, vencido, quanto ás Ilhas Britannicas, pela campanha de Wilberforce. Londres, dizia-se no Rio de Janeiro, continuava protegendo os interesses lusitanos, pouco se importando com a ruina do novo Imperio, cujas forças ficariam inanidas se estancasse o afluxo do braço servil que as vivificava.

Hoje, mais bem esclarecidos os factos, offusca a evidencia do erro de apreciação então vigente, e mais ainda com a mentalidade apocada e alheia a cogitações mais altas do pessoal que dirigia as cousas do Brasil. Resultante inferior, ainda perturbada pelas intervenções apaixonadas das massas populares em lucta.

Comprehende-se, portanto, que, para a Inglaterra, no Brasil se olhasse de esguelha.

Para esses diplomatas, insipientes e aprendizes, era natural voltassem as vistas para outro quadrante do horizonte, a Austria, cujo soberano acontecia ser sogro do imperante da ex-colônia libertada. Não se recordavam de que, nesse theatro politico, no qual sómente interesses se debatiam e nunca sentimentos, a monarchia dos Habsburgos havia conseguido assombrar os occupantes do tablado pela sua independencia de coração e pela illimitada capacidade de esquecer serviços anteriores ou liames puramente moraes. Regra bastante generalisada, aliás, cujas applicações se não amorteceram, desde então até hoje, em quasi todas as nações, e de que o sacro egoismo do Governo italiano não é senão uma exemplificação contemporanea.

Apesar da conducta austriaca para com Napoleão em 1814 e 1815, D. Pedro, genro igualmente de Francisco I, talvez se julgasse em condições diversas do Córso vio-

lento, genial parvenu, e contasse com uma sympathia que fôra comprehensivelmente negada ao conquistador brutal.

De facto, o calculo foi justificado em parte pelos successos subsequentes, apesar da directriz difficil e contradictoria que encerrava quanto ás miras da Santa-Alliança triumphante após Fontainebleau e Waterloo.

Para Metternich, inspirador da nova politica, as Americas eram vagas expressões, interminos continentes revolucionarios, detestaveis todos elles pela insurreição contra os poderes legitimos, e pelo exemplo que davam ás nacionalidades subjugadas da Europa. Ainda requintava sobre taes noções de horror o tzar Alexandre. E não eram esses, méros conceitos theoreticos. Tinham sua evidenciação terrivelmente prática e ameaçadora na incessante competição dos povos europeus na questão do Oriente, na lucta pela posse de Constantinopla, dos Estreitos e dos Balkans entre Russia e Vienna, no predomínio entre a Cruz e o Islam.

A *bête-noire* de Metternich, que o levava a abandonar e deixar trucidar os Gregos em revolta, pela implícita esperança de redenção que o auxílio traria a outras regiões, esmagadas pela preponderancia austriaca, na Italia e na Allemanha.

Systema do equilibrio eminentemente instavel, que o menor movimento faria ruir. Existencia precária, cujo prolongamento era condicionado pela immobilidade e pela compressão de todos os batimentos dos corações nacionaes.

Rumo fôra este, ao qual a Inglaterra nunca acquiescera, mesmo quando a victoria britannica e da coalisção d'era ao elemento *high-tory*, de Castlereagh e de seus partidarios, a indisputada regencia da politica exterior do Reino-Unido. Apesar das características de independencia das relações exteriores orientadas por Londonderry, novo titulo de Castlereagh, suas tendencias eram de tal fôrma legitimistas que Metternich o tinha como estreito e intimo collaborador. De sorte que, quando as complicações entre os hespanhóes e

seu lamentavel rei Fernando VII, auxiliado pelos ultras francezes, levaram á reunião do Congresso de Verona, mesmo com as limitações á Europa das deliberações a tomar, tinha o mentor da Santa Alliança recebido a nova do suicidio do estadista inglez como uma irreparavel perda da politica de puro monarchismo absoluto, ainda sublinhada pela ascensão ao poder de George Canning, espirito liberal e adheso ás correntes independentistas.

Assim, em Setembro de 1828, quando se iniciavam os primeiros passos do Brasil no sentido do Reconhecimento do Imperio, estava a Europa dividida em dous campos, o continental rezando pela cartilha russo-austriaca, o insular regido por George Canning, conquistado pelas noções emancipadoras das novas nações americanas e contrarias ao absolutismo.

Vê-se, por ahi, quanto repugnaria aos dirigentes de Vienna o appello do Rio, pois, si accedessem á invocação, teriam de contrariar a todos os princípios da Alliança, código das relações na Europa, ou, en-

tão, abandonar a chefia aos demais membros della.

Nada disso, **entretanto**, se sabia no Rio. E aqui, desde o primeiro momento e após a missão Amberst, todo o esforço se polarisou no sentido de esteiar a acção brasileira no apoio da Austria.

A principio, pensou-se em enviar um emissario diplomatico, o conde de Palma; fôra um erro, pois sua presença em Vienna, na vigencia das relações entre Portugal e a monarchia danubiana, seria acto inamistoso no qual Francisco I não podia collaborar; a tempo se reflectiu nisso, no Rio, e deliberou-se despachar um antigo officia! allemão, o major Jorge Antonio Schaeffer, possuidor da absoluta confiança do casal imperial, principalmente da Imperatriz D. Leopoldina; seu aspecto e seus modos pouco o recommendavam, tanto que Metternich se recusou a recebe-lo; ordenou-lhe sahir de Vienna, indo elle então para Hamburgo, a engajar colonos, ou, antes, soldados. Foi, finalmente, firmado o proposito de contornar as difficuldades,

expedindo para junto dos Habsburgos, em missão de família, um distincto membro da melhor aristocracia historica de Portugal, Antonio Telles da Silva Caminha, alliado á nobreza mais alta da Austria, o que lhe dava direito de achar perante si abertas todas as portas.

Aproveitou-se a viagem para responder ás missivas do marechal Brant, que insistentemente, pedia permissão para voltar ao Rio a expôr a situação real do problema do Reconhecimento e da Independencia, tão erroneamente apreciado na côrte americana.

De facto, o elemento official do Rio estava inteiramente alheio á feição dos acontecimentos e dos processos nos dous grupos europeus.

E foi o proprio Antonio Telles quem o reconheceu, logo na primeira carta escripta a José Bonifacio ao chegar em Londres, a caminho da Austria, e após ter-se avistado com o marechal e Hippolyto, a 4 de Julho de 1823. "S. M. I., V. Ex., e eu tínhamos idéas mui differentes do verda-



deiro estado em que se achava a importante pendencia do reconhecimento da Independencia do Brasil pelo Governo Inglez.”

Já agora, convencido pelo ambiente inglez da não intervenção pelos argumentos dos improvisados diplomatas brasileiros, talvez cedendo um pouco á intensidade das reivindicações liberaes de Canning, persuadiu-se da inutilidade da viagem a Vienna; para lá iria, escreveu ao Rio, por mera obediencia, enquanto a situação exacta seria explicada ao Governo do novo Imperio pelo marechal regressando de Londres.

Para não romper o tenue fio com o gabinete de St. James, ficaria Hippolyto José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, que já andara, por instrucções de José Bonifacio, associado ás sondagens officiosas do marechal Brant.

Assim em Julho partiu Brant para a Bahia, que o havia escolhido seu representante á Constituinte; pouco se demorou ali e, já em 11 de Outubro de 1823, apresentava á Assembléa recém-reunida seu diploma de deputado.

Em breves dias accumularam-se as maiores difficuldades sobre a cabeça do novel parlamentar, apesar da sua clara recusa de collaborar nas agitações politicas. Sempre fôra avesso, e assim se manifestou durante sua vida inteira, ás luctas e discussões pessoaes. Não o interessavam senão as idéas, os factos e, quanto aos homens, o modo e a medida porque serviam umas e outras. Não era essa a atmospheria dos recintos legislativos do Rio, incendiados, revolucionados pelas hostilidades entre o grupo dos Andradas e seus amigos e os circulos governativos. Sem entrar no detalhe dos dissidios, não ha como olvidar as sentenças de Armitage e de Tobias Monteiro ao ferretearem o personalismo dos alvos, das vinganças e dos processos, de que os Andradas têm a responsabilidade em toda a phase desde a Independencia até a Dissolução.

Era meio em que Brant se não achava á vontade. E menos se sentiria, dada a situação de autoridade moral a que chegara.

## 2. Caldeira Brant e os prodromos da Independencia

Era o unico homem público que, de facto, estava mais ou menos a par das correntes sentimentaes da Europa sobre cousas da America. Consequira alterar as convicções erroneas reinantes no Rio.

Embora não soubesse de detalhes, tinha certa luz sobre o pensamento portuguez quanto a esses acontecimentos. Canning, sempre discreto, para poder agir, não lhe podia esconder que, de modo geral, a Inglaterra via favoravelmente a libertação das colonias.

Lisbôa não comprehendera a Independencia. Além de indignada pela separação, enxergava nella, apenas, a repulsa dos brasileiros pelo movimento constitucionalista. D. João VI, brasileiro de coração, embora

coacto por sua situação no Reino, talvez soubesse melhor, elle que presidira ao desabrochar da colonia e durante treze annos, até 1821, fôra a testemunha da seiva nacional na terra americana, a que tanto queria e pudera auxiliar.

Vencida a revolução liberal, na Villafrancada, é natural, pois, que a nova turma governativa da monarchia bragantina buscasse reatar os laços que o Rio tão violentamente desatara.

Essa, a origem da missão da Voadora e da **Treze de Maio**, em que iam Rio-Maior com o marechal Luiz Paulino, missão urdida no maior segredo, inclusive para com a Inglaterra. Canning só depois de se achar ella em viagem, lhe soube a partida e lhe conheceu os pontos essenciaes. Então, respondeu, a Lisboa, a 2 de Setembro de 1823, que o unico ponto que praticamente parecia poder ser objecto de discussão eram o gráu e o modo de connexão que se lograria manter entre as facções européa e americana da Monarchia Portugueza, compatíveis com a independen-

cia politica do Brasil e com a União de ambas sob o dominio da Casa de Bragança.

Absurda como era a preliminar, já verificada pelos informes de Lord Amberst, do conselheiro Chamberlain e do proprio Brant, não poderia a Inglaterra apoiar a missão da *Voadora*.

O marechal, como se vê pelas datas, sahira da Europa sem saber a attitudo definitiva de Portugal e só chegou ao Rio para conhecer o fracasso da tentativa de Rio-Maior.

Portugal, entretanto, esperava que sua proposta fosse endossada no Rio pelo Governo Britannico. Para esse fim, em 4 de Dezembro de 1823, deu-se conhecimento a Canning das instrucções de Rio-Maior; isto é: voltar ás condições de união anterior á Independencia. Era impossivel a pretensão, e, quando muito, o gabinete insular se limitaria a recomendar ao do Rio para ouvir os emissarios lusitanos. Mesmo esse pouco se não realisou, pois não foram admittidos os diplomatas,

já que não tinham instrucções para reconhecerem a Independencia, e tiveram de ir recambiados para as margens do Tejo.

Tão comprehensivel essa repulsa, embora violenta, ante a exaltação dos animos no Brasil, que, mezes depois, Londres nada poude dizer senão assignalar o mal que fazia ao Imperio haver-se com tal exaggero contra os representantes de D. João. Mas reconhecia o Bretão que o exaggero se excuipava, ante as explicações de Chamberlain e do proprio Brant, e que o sangue a ferver dos que defendiam a independencia com suas vidas mal se coadunaria com embaixadas do antigo poder metropolitano.

Cada vez mais, portanto, se impunha a necessidade de trocar impressões entre o gabinete de St. James e o novo Imperio.

Ainda complicavam-se os eventos. Em Setembro Hippolyto morria.

Rompia-se o ultimo elo em Londres. De Vienna, em data de fins de Agosto, vinham noticias enigmaticas que só depois se esclareceriam, quando Antonio Telles

poude enviar informes que a censura diplomatica não violasse.

No periodo de sua estada no Rio, após pequena demora na Bahia, Brant se achava, por isso, em sérias difficuldades. A 11 de Outubro tomou posse de sua cadeira no parlamento. Não se envolveu muito na agitação politica. Era-lhe avesso, e, para elle, como para o paiz, a obra essencial era liquidar a questão do reconhecimento do novo Imperio. Não interveiu nas luctas sobre o projecto de constituição. A 3 de Novembro o Governo pedia licença para o nomear seu plenipotenciario em Londres. A 12, dava-se a dissolução, libertando os passos da diplomacia imperial.

Para o Brasil, a situação desenhava-se hesitante, pela divergencia das informações.

Já não havia duvida quanto a Londres; quando muito, a questão do trafico dos negros exigiria sacrificios, pois a campanha de Wilberforce ia sendo levada com a tenacidade caracteristica dos emprehen-

dimentos britannicos. Mas, era certo que o Brasil podia contar com a sympathia de Canning, especialmente.

A posição lusitana apresentava obscuridades notaveis. Baseados nos antigos tratados, queriam forçar a mão a Londres, para que esta intimasse o Rio a voltar atraz e acatar as vontades do Governo bragantino. Das manifestações communicadas pelo ministro na Inglaterra, o conde de Villa Real, colligia-se que a independencia brasileira não poderia deixar de ser reconhecida, apesar da discreção e dos cuidados com que o Foreign Office se expressava para evitar ferir justos melindres, não tanto do Palacio de Bemposta como dos ministros de D. João VI, divididos entre as sympathias francezas e as tradicionaes afinidades com a Grã-Bretanha. E um dos grandes obstaculos a vencer era chegar á fala, entre portuguezes e brasileiros, não admittindo os primeiros que se tocasse no assumpto que os segundos viviam a trazer á discussão.



Quanto á Austria e á Santa Alliança os factos eram muito mais complicados do que pensavam os americanos, tanto na sua primitiva e fagueira ingenuidade, quando acreditavam que o parentesco entre D. Pedro I e Francisco de Habsburg tudo apianaria, como quando, levados por informações londrinas, julgavam que a Santa Alliança se ostentaria inimiga inpropiciavel.

De facto, cada qual tinha seus alvos que norteariam sua politica. A Russia, entregue a seu sonho oriental, queria resgatar Constantinopla e os Estreitos, e restituir Sta. Sophia á Cruz, proseguindo e vencendo sua campanha contra o Islam. Metternich, que tinha horror a reabrir a Questão do Oriente, preferiu abandonar os Gregos á sua sorte, deixar campear incontido o furor ottomano, trucidar os heroicos revoltados hellenicos, a praticar um gesto que pudesse dar alento a revoltas e espirito de analyse, minguar o absolutismo da monarchia por direito divino, admittir direitos dos povos, e crear nu-

cleos nacionaes independentes na Allemanha, na Italia esmagada pelo guante de Vienna, ou na Hespanha, cujo admiravel povo era exemplo de honra para a especie humana, que o lamentavel D. Fernando VII deshonrava.

Todos se mancommunavam contra a emancipação das colonias, cuja redução preconisavam, mesmo manu militari: o illuminado Tzar Alexandre, a França vencida pela Santa Alliança, e que queria rehabilitar-se militarmente com um blanc-seing na Península, sob os auspicios do theorista da Liga dos Reis, o pomposo e frio Metternich.

Comtudo Metternich, vendo a opposição ingleza e não querendo romper com Londres, buscava convencer o Tzar de se oppôr a que, no Congresso de Verona, se cuidasse das colonias revoltadas. Os tories exaltados, com o rei George á frente, em seu horror á revolução, antes concordariam com a Russia. A Inglaterra, entretanto, mantinha sua posição de hostilidade a qualquer intervenção. Castle-

reagh, vendo que o rumo high-tory levaria á derrota diplomática do Reino-Unido, preferiu suicidar-se em vespera do Congresso. Tomava conta do poder George Canning, pouco sympathico á Austria, aos ideaes da Santa Alliança e ao Chanceller Austriaco. Influiu esta attitudo nas resoluções de Verona, pois Metternich, em todo caso, não queria romper com Londres, banqueiro que fôra da coalisção e que, nas cousas americanas, fôra ao ponto de intentar entrar em guerra contra Madrid.

Sua posição era difficil, entretanto. Uma cousa era discutir e discordar com Castlereagh, amigo e correligionario, mesmo quando divergente de parecer, e outra, assumir feição de combate igual com Canning, cuja mentalidade era differente, radicalmente contraria a qualquer predominio continental sobre a orientação ingleza.

A questão da independencia das colonias era, em grande parte, um problema de marinha, quer mercante, quer de guerra; e as Ilhas Britannicas a possuíam, emquanto inexestia a da Austria. O Tejo era

um ancoradouro inglês, por onde tropas se poderiam facilmente insinuar na Península, auxiliando o povo hespanhol contra seu rei. É uma questão gravíssima pesava sobre todas as potencias: a successão portugueza ao throno. D. João, velho e doente, tinha dois filhos: Pedro era adepto da politica tradicional de seu paiz com a Inglaterra, enquanto o outro, Miguel, absolutista e favoravel á Santa Alliança, era partidario aferrado de Metternich.

Que reacções saliriam desse cadinho de explosões? Melhor seria agir de modo a ficarem neutros os portuguezes, levando-os a aceitar a scisão colonial, si não houvesse meio de a conjurar.

Dahi, quem sabe? Seria talvez um meio de combater o confuso grupo de republicas chaoticas, oppondo-lhes uma massa monarchica, e esta sob a direcção de um genro de Francisco I.

Das communicações de Antonio Telles, já chegado a Vienna, parecia reçumar uma boa vontade tímida, não querendo apparecer, atraz da cortina, a evitar solu-

ções violentas e sem desejar que Lisboa tomasse decisões contrarias e irreparaveis, antes propendendo a que tudo se fizesse por accôrdo, "sem briga", como o Imperador austriaco vivia a aconselhal-o ao diplomata do Brasil, por mais que este, em seu intimo, se agastasse com o conselho.

Esse conjuncto de indicações bastava para se escolher um rumo de acção, principalmente sendo esta prudente e permitindo prever eventualidades novas.

Londres, claramente, evidenciava-se centro de todas as operações, nem só por sua situação na politica européa, como pela orientação liberal de suas vistas. Vienna d'Austria, que queria manter boas relações com o Reino-Unido, era uma expectativa sympathica ou, pelo menos, sob as vistas e na proximidade de Canning, não seria um adversario pugnaz, talvez frouxo, tibio, sem grandes lances, mas antes pendendo para soluções de accôrdo. A Russia, intransigente e dogmatica, não agiria directamente: infringindo sobre Paris e o Governo de Luiz XVIII, seria um em-

pecilho a propiciar ou remover, e para isso a influencia aproveitavel poderia ser, si o quizesse ou julgasse util, o proprio Metternich.

Para dirigir todo esse concerto, ou antes cacophonia diplomatica, só um brasileiro havia, por seu valor proprio, e pelas suas relações pessoaes no gabinete de St. James: Felisberto Caldeira Brant. O Governo do Rio. já agora, reconhecia esse predomínio absoluto. Commetteu-lhe a direcção das negociações, sem, todavia, o declarar de modo expresso.

Teve de solver os novos problemas creados pela morte inesperada de Hippolyto, em Londres.

Para a Inglaterra, iria Gameiro, removido de Paris, vindo a ser substituido por Domingos Borges de Barros, o futuro visconde da Pedra Branca.

Em contacto continuo com D. Pedro I e com o Ministerio dos Extranjeros, estava Brant a esclarecer as feições especialmente europeas dos casos, e interpretando as communicações do barão de

Mareschal, enviado austriaco, e Henry Chamberlain, consul inguez, a desempenhar praticamente as funcções de encarregado de negocios, e porta-palavra de Canning.

A' frente da Secretaria de Estado estava Luiz José de Carvalho e Mello, o futuro visconde da Cachoeira, cujo amor proprio brasileiro, quiçá exaggerado, e que o levou a incompatibilisar-se com os diplomatas inguezes da missão de Stuart, não podia escurecer o patriotismo e os serviços prestados ao Imperio. Como official-maior estava Luiz Moutinho de Lima Alvarez e Silva, funcionario perfeito, verdadeiro tomo da secretaria, sem visão de homem de Estado, entretanto.

A estes dois homens e ao marechal caberia traçar as directivas das quatro series de plenos-poderes.

Previam quatro hypotheses: as de tratar do reconhecimento do Imperio, estipular, concluir e formar quaesquer tratados ou convenções, até o ponto de ratificação:

a) com todas as potencias da Europa, e até mesmo com Portugal com a intervenção de outra potencia;

b) com os plenipotenciarios de S. M. Fidelissima, procurando ainda assim a intervenção da Inglaterra ou da Austria;

c) com os plenipotenciarios de S. M. Britannica, com poderes para tratar da abolição do trafico da escravatura;

d) com os plenipotenciarios de S. M. Britannica, tão sómente tendo por fim o reconhecimento.

Plenos poderes, decretos e credenciaes iam endereçados ao marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes e a Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa. Ao Gameiro Pessoa iam, em separado, os documentos precisos para tratar com o Governo Francez, si fosse conveniente. Ainda havia um outro, para ambos os negociadores, visando contrahir um emprestimo de tres milhões de esterlinos.

Vê-se, por ahí, quanto a preocupação do trafico de negros pesava sobre o Imperio americano. As instrucções ostensi-



vas cuidavam ainda no assumpto. Mas é nas instrucções secretas que avulta a ansiedade official, e se multiplicam as recommendações por tudo envidar para que se evite tal discussão e que, se não houver remedio senão encarar o malfadado e perigoso problema, sómente agir de modo a salvar o decoro nacional, sem ligar reconhecimento e abolição do commercio negreiro; sómente em ultimo caso, e em desespero de causa, jungiriam uma questão á outra no mesmo acto internacional.

A 3 de Janeiro de 1823, todos os papeis estavam devidamente assignados.

Eram de valor desigual os funcionarios que assim teriam de servir o Brasil em suas novas tarefas. Em Londres, onde havia muito serviço, todos os fios da enredada meada iam encontrar-se.

O futuro Itabaiana não era um homem de Estado, senão um diplomata correcto, cumpridor de deveres, sem qualidades extraordinarias de visão politica e de argucia. Cumpriu honrada, honesta e modestamente suas occupações de tarifa.

Foi um erro do Governo imperial pôl-o ao lado do marechal. Só lhe não causou embaraços serios, por figurar em nível de mediana obscuridade. Creou attrictos, porque se susceptibilisou das attenções com que Canning tratava a Brant, quando a Gameiro nem sequer conhecia; mais tarde, melhor e mais a fundo os aprendendo a conhecer, viu as differenças e, accorde com ellas, mediu intimidades e confianças, amigo que foi do marechal, e simples collega e companheiro de trabalho de Gameiro Pessoa.

Em Vienna, Antonio Telles acabava de chegar. De alta fidalguia, ligado ao que de melhor havia na aristocracia austriaca, sentia-se á vontade, perfeitamente em seu meio. Mais um frequentador de salões viennenses do que um emissario com a delicada incumbencia, que se sabe. Intimo do novo Imperador americano, conversando e discutindo com Metternich e sua roda, dando mais a impressão de quem trata de assumpto de familia a resolver do que de grave embaraço diplo-

matico a escamotear, pelo qual os alicerces theoricos da Santa Alliança iam sendo abalados. Diplomata de occasião, por dedicação pessoal a D. Pedro mais do que por convicção propria, era Antonio Telles figura á parte, destacada nessas personagens hieraticas e de tapeçaria que se acotovellavam na Côrte austriaca, com seu franc-parler, e alheio ás conveniencias mais ou menos convencionaes daquelle meio artificial. Prestou serviços, como se viu mais tarde, e desde o inicio, mau grado os attrictos e as divergencias de pontos de vista, sua acção correspondeu aos motivos que tinham levado D. Pedro a escolhel-o como representante pessoal junto ao sogro.

Restava Paris, desgostoso, succumbido e inerte. Sob o gabinete de de Villèle, gyrava ao aceno da Russia; sem coragem para ter individualidade propria, a grande vencida da Coalisção multiplicava esforços para se convencer e demonstrar á Europa que estava resuscitando. O Tzar exaggerava a attitudo de protector, e não admit-

tia os assomos, raros embora, de independência da grande nação. Não percebia, em 1824, que a cicatrização ia a bom caminho e que o Governo régio estava entregue á intelligencia, á pratica dos homens e dos problemas, que sublinhavam a sagacidade de Luiz XVIII.

A escolha feita para Paris, Domingos Borges de Barros, fôra bôa para a França e para o Brasil. Seu predecessor, Gameiro Pessoa, havia provado em Verona ser anguloso e formalístico; limitara-se a se revelar méro informante sem imaginação e impressionadíssimo pelo predomínio da Santa Alliança, da Russia principalmente. A attitude ingleza, entretanto, bem mostrava quanta fissura havia no bloco aparentemente uno. E as negativas francezas, tão ligadas á revindicta do espirito de panache gaulez, bem deixavam entreluzir quanta possibilidade subsistia para o futuro.

Borges de Barros não era um diplomata. Seu pendor especial eram as questões economicas. Sómente insistia sobre

ellas, mostrando affinidades extranhas com as de de Villèle e a orientação religiosa e de amparo á organização interna do paiz. A elle devemos grandes serviços, quando se tratou de divulgar livros sobre o Brasil, de obter missões artisticas para o incipiente governo do paiz. Em terreno puramente economico e administrativo, esforçou-se por tirar da antiga colonia material e paz para arcabouçar um futuro Imperio.

Assim dispostas suas peças no taboleiro diplomatico, Gameiro Pessoa, Antonio Telles e Borges de Barros, poude o marechal Caldeira Brant encetar a viagem para a grande peleja do reconhecimento. Canning o auxiliaria na penumbra e lhe accetteria as suggestões mais ou menos francamente, com as reservas comprehensíveis. A Austria não tomaria iniciativas de apoio, mas por todo lado buscaria, timidamente, afastar conflictos e facilitar accordos, principalmente em Lisboa. A França preferiria não tomar situações contrarias, por condescendencia pela Russia,

adversaria extremada, mas seria obrigada por suas difficuldades continentaes a não violar claramente de mais o credo legitimista.

Ainda antes de partir para Londres, Felisberto poude prestar um serviço ao Imperio, facilitando a accettazione, pela Bahia, da Constituição que o Conselho de Estado ia elaborando, em cumprimento da promessa feita pelo Imperador ao dissolver a Constituinte, e que se tornou o Estatuto de 25 de Março de 1824. Para isso, demorou-se cerca de um mez na provincia; della partiu a 17 de Fevereiro de 1824, chegando a Falmouth, rumo de Londres, a 8 de Abril. A 13, estava em seu posto, junto ao Governo britannico.

Gameiro já chegara á capital ingleza em começos de Abril, antes de Brant. Dos diplomatas austriacos e dos portuguezes, que logo abordara, recebera noticias animadoras. No Ministerio de Estrangeiros, entretanto, não o haviam recebido oficialmente, declarando-lhe o sub-secretario Pianta que o ministro espe-

raria ao primeiro plenipotenciario, prestes a chegar.

Para Canning, que queria ter noticias fidedignas, nenhuma podia trazer, removido de Paris como se achava o funcionario brasileiro, enquanto Brant vinha do Brasil para onde fôra, em parte, em missão amistosa do proprio Secretario de Estado. Isso feria ao amor-proprio de Gamaeiro que o deixou transparecer na sua correspondencia para o Rio. Não comprehendia elle a superioridade intrinseca da posição do marechal nos meios financeiros e politicos de Londres.

Logo ao chegar, poz-se Felisberto em contacto com o barão de Neumann, da embaixada austriaca. A 15 de Abril, buscou estar com Canning, a lhe contar quanto soubera e aprendera no Rio, e tambem a indagar por que não recebera a seu collega americano. A resposta era obvia: a ansia de informes frescos, pessoas e fidedignos; além do que, nenhum prejuizo houvera, pois de Lisbôa não havia communicações, e Londres queria dar a Por-

tugal prazo razoavel. De facto, a 16, approximavam-se Gameiro e Canning.

Para Neumann era uma nova surpreendente o não querer D. Pedro I ser rei de Portugal e era, entretanto, o que, do Rio, o barão de Mareschal lhe mandava dizer. Propuzera-se reunir em sua casa particular, em primeira entrevista, aos brasileiros e ao conde de Villa-Real, embaixador Misitano; este havia recusado, receando desagradar a seu Governo e augmentar as difficuldades de reconciliação. Os diplomatas da ex-colônia lembravam a conveniencia de avisar a Palmella de sua missão e de sua presença em Londres; as cartas seriam expedidas pela legação austriaca na mala enviada a Lisboa. Já era isso trabalho de Canning que convencera a Austria da necessidade de se pôr á frente da reconciliação. E, realmente, Neumann estava agindo: em começo do anno, avisara Rothschild que seria mal recebida pela Santa Alliança a iniciativa do banqueiro em contractar um emprestimo para o Brasil; já agora reti-



rara essa opposição, o que desatava as mãos á finança ingleza, quanto á nova nação. Canning, ouvido, achou boa a idéa de Neumann de se mandar pelo ministro austriaco a participação de Brant e de Gameiro a Palmella. Sabedor dos boatos existentes em Lisboa sobre ataques maritimos contra Portugal, partidos do Brasil, insistia o ministro inglez sobre a necessidade de tranquillisar o governo lusitano sobre os intuitos pacificos do Rio. Os emissarios do Brasil, ao passo que mostravam quanto sua propria missão expressava de intenções cordatas, apontavam para as noticias correntes sobre a expedição contra a America portugueza, e pediam para que cessasse tal situação. Concordaram todos nisso, e ficou de ser feito o pedido officia! por intermedio das duas potencias mediadoras. Canning ficou, por outro lado, de intervir junto a Lisboa, para cessar o cruzeiro portuguez que ameaçava a charrúa Luconia, em que vi-nham deportados os Andradas e seus amigos, e que arribara em Vigo.

Haviam tambem surgido novidades em Vienna d'Austria. Metternich tinha esclarecido o ponto de vista austriaco: dentro na linha da Santa Alliança, mas sem confundir o Brasil com as republicas hispano-americanas; pensando que o Brasil poderia fazer frente, como um bloco monarchico, ás velleidades libertarias, masonicas e carbonarias dos revolucionarios. Procurava agir junto a Lisboa; fóra tão longe que seu ministro estava alli desprestigiado, e fóra excluído de uma promoção, geral para o corpo diplomatico, nas ordens portuguezas.

O resumo da longa narração era este: convencer Portugal a aceitar os factos. Quando, em Tchernowitz, Francisco I e o Tzar se encontraram, ia Metternich disposto a defender a causa brasileira, mas as exigencias da Ques'ão do Oriente o forçaram a abandonar a America portugueza, o que o levou a deixar de lado tudo o que se referia ao Brasil. Tambem, os exaggeros de tudo quanto se havia pensado na Constituinte indispunham a Santa

Alliança; ao revés, fizeram voltar a sympathia dos austriacos a D. Pedro e aos monarchistas, quando dissolveram a Constituinte do Rio, de sorte que o resfriamento de Tchernowitz durou apenas uns dois mezes.

Mas convieram todos que era preciso esclarecer a situação ao novo Imperio e, para isso, fez-se vir de Bruxellas o conselheiro Camillo Martins Lage, quando elle incumbido de expor ao Imperador o que Francisco I resolvera communicar-lhe sobre o reconhecimento. No dia immediato á audencia imperial de despedida, uma apoplexia fulminou a Lage e tudo teve de orientar-se para que Antonio Telles desempenhasse a mesma missão ultramarina de esclarecimento.

Era esse um ponto de discussão. Metternich achava desnecessaria a viagem; Gentz do mesmo modo. Telles, entretanto, reputava convir conferenciar com os diplomatas em Londres. Seguiria, na duvida. Ao chegar á Inglaterra, acabava de voltar o marechal Brant; da

consulta entre os tres diplomatas resultou a inteira conformidade delles com Gentz e Metternich: Telles só podia estar, e só convinha ficar, em Vienna, e a carta em que esse accôrdo lhe é officialmente communicado pelo marechal Brant é um dos mais dignos dithyrambos que se haja endereçado a um homem.

Ainda um elemento a mais salientava a situação em Vienna: Telles havia obtido a collaboração intima e secreta de Gentz. Tornara-se intimo de Metternich; nenhum segredo haveria para elle, quanto ao Brasil, dentro da Santa Alliança nem, principalmente, dentro da Russia inimiga. Um amigo, constante e de valor extraordinario, vejava sobre todos os seus passos. Vienna decuplicava de valor, tanto pelo que fazia como pelo que permittia evitar. Lisbóa, Paris, um pouco Petersburgo, teriam de receber o influxo amigo da monarchia dos Habsburgos.

Tornava-se dest'arte Vienna posto de primeira ordem para os negocios do Bra-

sil, e Antonio Telles, inseparavel de Brant e de Gameiro no meio do reconhecimento, sempre sob a direcção destes dois ultimos. Borges de Barros, só em linha subordinada poderia citar-se.



### 3. Divergencias quanto á mediação

Divergiam fundamente as posições dos dois paizes, ao se iniciarem as difficéis discussões de Londres.

O Brasil, espicaçado pelo procedimento das Côrtes, havia sacudido violentamente o jugo metropolitano, e, como os acontecimentos tinham levado algum tempo, no qual a situação internacional da Inglaterra estava sendo observada por Brant, então na Capital do reino, já era possível seguir-se a orientação politica da Grã-Bretanha, aliás coherente com seu passado e com seus interesses economicos, contrarios, portanto, ao systema monopolista de Portugal.

Este, ao inverso, dilacerado pelos excessos da revolução do Porto, vivia estai-

recido entre os pavores d'El-Rei e as demasias liberaes.

Em principios de Novembro de 1822, explodira em Lisboa a nova da Independencia, não comprehendida desde logo, e aproveitada pela conspiração surda dos absolutistas para prova do que o liberalismo das Côrtes estava fazendo do patrimonio colonial do paiz.

Os nucleos de tropas lusitanas na America, pouco a pouco, foram cedendo, até que nenhuma permanecesse mesmo no Brasil.

Finalmente, na antiga metropole, em fins de Maio de 23, Villafrancada, expellindo a Revolução Cartista, restabeleceu o Absolutismo e, accôrde com seu modo de vêr, que attribuia os factos do Brasil aos hysteresmos liberaes, quiz restabelecer a normalidade na America, consoante com sua visão politica dos successos.

A expedição de Julho de 1823, da **Voadora** e da **Treze de Maio**, já subordinada á orientação restauradora, cruzou no Oceano com as ultimas tropas que se



retiravam vencidas da Bahia. Ia a missão Rio Maior-Luiz Paulino imbuída da idéa de restabelecer a situação anterior de união, como si nada houvesse sinão arrufos a apagar e não uma independência completa e definitiva a respeitar.

E, entretanto, desde Dezembro de 1822 sabia-se, reservadamente, em Lisboa, que a opinião ingleza era favoravel á separação das duas nações, embora sob a direcção dos Braganças.

Quando o fracasso da missão se divulgou, e se ligaram as tendencias inglezas em favor do Brasil, não admittindo outras intervenções senão austriacas nesse problema, e isso mesmo por ser o Habsburgo sogro de D. Pedro, foi decidido o recurso á mediação de Vienna. Quanto ao Gabinete de St. James, se queria mais do que a mediação, sim o jogo dos velhos tratados, collocando-se o governo britannico como alliado, a defender as pretensões lusas, e isso apesar de se saber (embora se não admittisse) que Londres não julgava que os tratados, em

relação ao Brasil, tivessem força operante. O pedido á Austria é de fins de Outubro. De então até fins de Março, entretanto, Metternich silenciou.

Nesses quasi seis mezes, multiplicavam-se inquietações, pareceres, consultas, desordens e agitações estereis.

Rompeu em Abril de 1824 a conspirata absolutista, afim de pôr de lado, de vez e de qualquer fórma, o infeliz D. João VI. Vencida a Abrilada pelo corpo diplomatico em Lisbôa, sob a chefia do ministro francez, Hyde de Neuville, e afastado o elemento absolutista, D. Carlota Joaquina e D. Miguel, poude El-Rei reassumir o governo, ainda assim oscillante entre as duas tendencias já classicas: a ingleza, representada por Palmella, e a franceza encabeçada pelo conde de Suberra e por Thomaz Antonio de Villanova Portugal.

Ahi, entretanto, adoptaram-se as séries de alvitres negativos, destinados a fingirem decisões que se não tomavam: esquadras e expedições que visavam aca-

bar com as forças do Brasil, dominar o Norte do proclamado Imperio, impedir o triumpho da propaganda republicana; ao mesmo tempo, nada fazer até que se soubesse si o Brasil negociaria; e evitar situações que impedissem a troca de planos. Em summa, preparar-se para reagir, e ao mesmo tempo nada fazer para não chegar a vias de facto, fugindo dest'arte a soluções diplomaticas. O *statu quo*... em summa.

Quando, então, em fins de Março de 1824, Metternich, em longo despacho a seu ministro o barão de Birder, respondeu, reservadamente, dando razão ao Brasil e aconselhando a Lisbôa aceitar os factos consummados, mediante as compensações que julgasse convenientes, o descalabro foi completo, si bem secreto.

D. João considerou o conselho austriaco como partindo da Inglaterra e, praticamente, viu-se abandonado pelos dois paizes, si bem que nada se divulgasse de positivo.

Em todo caso, das missões brasileiras em Londres e na Austria sempre se saberia o bastante para que estas pudessem enxergar nas mediadoras, amigas, e não elementos hostis. Do mesmo modo, o governo bragantino sabia, sem duvida possivel, não ter o apoio das potencias invocadas para dirimirem a divergencia.

As instrucções, finalmente, expedidas a 21 de Maio de 1824 a Villa Real, ministro portuguez em Londres, resentiam-se dessas eternas hesitações e duvidas, a agitarem ameaças e consequencias, sem, entretanto, nada poderem fazer. A Abri-lada, vencedora, produzira sua obra: des-approvando os absolutistas, enfraquecia a these portugueza, que, a um tempo, queria e não queria.

A mais completa ataxia, do lado luso, ao defrontar a mais absoluta resolução do lado brasileiro. A sympathia dos mediadores por este ultimo, a par da mais positiva má vontade contra a indecisão peninsular. Complicava-se ainda a difficulda-de com a delicadeza em que a fraqueza do

ministro inglez Thornton tinha deixado o prestigio britannico na crise da Abrilada. Porisso, pois, para a autoridade da Grã-Bretanha nas ribanceiras do Tejo, apontando para a necessidade daquella de restaurar seu valimento.

Era obvio, portanto, que a rota franceza, ou antes, a de Chateaubriand e do desautorizado representante official, Hyde de Neuville, dominantes nos feitos de Abril, teria de se sotopôr ao influxo londrino. Thornton, em tempo, cederia o logar a outro diplomata inglez, mais inglez e de outra envergadura. Hyde, seguindo Chateaubriand, teria de abandonar Portugal, onde o esforço occulto do Reino-Unido teria de reconquistar o terreno perdido. Foi a obra ulterior de Sir William A'Court cuja reputação nesse sentido, de energia e de interesse insular, não estava por ser feita, e, por isso mesmo, foi, em fins de Setembro, removido de Madrid para a riba do Atlantico.

Ao chegarem, portanto, a Londres, Brant e Gameiro encontravam um am-

biente favoravel em seu conjunto á posição brasileira, e pouco propenso ás exigencias de Lisboa. Além disso, por mais que se indagasse, não se sabia o que o governo portuguez queria ou pensava. A unica limitação quasi que era não se antecipar a inacção de Lisboa.

Perfeitamente amáveis, embora, nem os portuguezes queriam ouvir falar em independencia do Brasil, em Imperio; nem os austriacos queriam suggerir o que quer que fosse para approximar os pontos de vistas oppositos dos dois paizes dantes unidos.

E nesse jogo de disparates o esforço herculeo consistia em manter em contacto diplomatas que queriam ouvir e se não animavam a falar; que nada queriam enunciar e menos formular programmas: que não admittiam se tocasse nas relações reciprocas dos dois paizes, e não permittiam se os considerassem desunidos, um delles, ou unidos os outros.

Tudo cooperava para tornar intrica-dissima a tarefa dos negociadores.

Mesmo lóra da penumbra das secretarias de Estado, bastante havia filtrado para que Portugal se sentisse desamparado, e pouco de mais, para que o Brasil pudesse considerar sua these como vencedora. Ambiguidade e intranquillidade reinavam em uma ambiencia de protecção aos novos processos de escambo das nações commerciantes. Os monopolios de navegação com determinações paizes não mais poderiam sustentar-se, e a organização politica do mundo partilhado entre colonias clientes e metropoles abastecedoras tinham de generalisar-se por outros productores, e mesmo por terras e industrias em que o traieço de transito iria começar a apparecer.

É era nesses conceitos que tinham cahido, atordoadores e destructivos, os terriveis golpes das desillusões austriaca e ingleza. É o peor é que Portugal, completamente alheio a noções de economia, só alcançava o ponto de vista do proprietario rude. Via a nova tendencia, e não a comprehendia. Além d'isso, não enxer-

gava que o Brasil já lhe era em tudo superior, em força, população, recursos, e só tinha contra si o que mais tarde lhe constituiria elemento de grandeza — sua immensa grandeza. E por isso, Lisboa e seu governo retrahiam-se e, encolhidos, em silencio, sem meios de agir, limitavam-se a esperar, deixar vir os acontecimentos, nada impedir, ansiosos por saber o que o Brasil queria e accetaria. Um só ponto tinham por firme: nada de independencia; quando muito, uma combinação inoperante de competencia, um amontoado de exigencias a se juxtaporem, sob o nome insignificante de independencia administrativa em assumpto politico...

Em meados de Abril de 1824, estando a postos todos os operarios da campanha do Reconhecimento do Imperio, Brant á frente, cruzavam-se as perguntas: que quer Portugal? que pretende o Brasil? que pensa a Inglaterra? Como é o problema encarado pela Santa Alliança?

A repulsa da missão Rio Maior havia desnorteado todo o elemento luso; a sen-



tida, si bem que confusa sympathy das mediadoras pelo Brasil (embora se ignorasse a que extensão precisa chegasse); a incapacidade de comprehensão e de acção da diplomacia de Lisboa; a apathia reinante substituida pela negação completa de se externar sobre os factos; tudo indicava quanto Canning, interrogado por Brant e Gameiro — que ha? que pretendem? — tinha razão respondendo, pouco após a Abrilada, em Julho “o Rey treme por sua vida e tudo quanto se ha feito são des sottises”.

Devido ás potencias mediadoras, o conde de Villa Real que já obtivera permissão de ouvir aos brasileiros, comtanto que nada propuzesse, iniciou sua tomada de contacto, e Palmella, por intermedio do barão de Neumann, teve endereçada a missiva officiosa em que os dous Americanos annunciavam sua missão de pôr um termo ao dissidio reinante.

A mudança de politica produzida pela queda dos absolutistas ferrenhos, em Abril, logo acarretou consequencias. A

marinha ingleza despachou para o Tejo mais uma nau de guerra para sua estação naval. Villa Real annunciou que brevemente receberia sua plenipotencia e suas instrucções. Em fins de Maio, o ministro portuguez o declarava por intermedio da embaixada austriaca, cuja indicação decorria do proprio papel que havia desempenhado ao se entabolarem as relações com Palmella.

Havia demoras em Lisbôa, entretanto. Perdia-se tempo e nada se considerava praticamente e com seriedade. Tão ridiculas, que os brasileiros, ainda antes de começarem os encontros officiaes, diziam para o Ministerio no Rio, acerca das novas que corriam sobre hostilidade portugueza: "Hé rematada loucura, que cobrirá o dito Ministerio de hum eterno ridiculo".

O tempo perdido para as negociações não o era para o Brasil e sua defesa. Redobravam os esforços da missão. Junho todo se escôou nas aquisições de material bellico, no engajamento de

marinheiros e de officiaes, no discutir operações de credito, no amparo aos brasileiros prejudicados pela perturbação do mercado consequente aos tumultos da Confederação do Equador, a grande preocupação dos dous diplomatas.

De facto, só a 12 de Julho poude celebrar-se a primeira conferencia official. O que ella foi, recriminações, rugas, receios de comprometter direitos ou pontos de vista, deduz-se das tres horas que durou. Nenhuma conclusão firme, nem resultado pratico, a não ser o compromisso de que a tão falada expedição portugueza se não faria de vela enquanto se não rompessem as negociações; cinco mezes de armistício a aproveitar, portanto.

De real e pratico, só restavam o inicio dos pourparlers e essa suspensão de hostilidade. Nada se havia delineado nem sequer se haviam definido situações e pareceres. Como que á porfia, fugiam todos a pontos firmes.

Canning, essencialmente *matter of fact*, e que não perdia de vista o alvo das negociações com o Brasil, o trafico e o tratado de commercio, desde muito indagara de Brant o que pretendia e finalmente accetara a suggestão brasileira de formular um projecto de accôrdo com a antiga metropole. Esse projecto, prompto desde Junho, sahira obra unilateral; contudo, citava tudo quanto o Brasil queria e nada do que Portugal desejava. Chamou o ministro inglez a si proprio o fundir as duas theses, tomando por base o ponto de vista brasileiro.

Quando, a 19 de Julho, se reunia a segunda conferencia, teve a missão americana de provocar a portugueza sobre si estava disposta a reconhecer os factos consummados. Como negasse tal disposição, pedirara para que consultasse o governo de Lisboa. Villa Real não o podia fazer em face de suas instrucções. Os austriacos, egualmente, só se tinham incumbido de conciliar divergencias de pareceres.

Seria um impasse, si Canning não se houvesse generosamente proposto a organizar um projecto que consubstanciasse e harmonisasse as theses.

Ainda accordaram ir fluir em Lisbôa para se restituirem soldados brasileiros que estavam presos em Portugal

Não cessava a actividade dos emissarios, não só junto a Palmella para chegarem a um entendimento, como para se precaverem nos preparativos bellicos a adquirir na Inglaterra, caso a divergencia dos dous paizes desfechasse em guerra, que nenhum desejava, mas que a inerçia politica portugueza não conseguia afastar.

Um tratado de accôrdo, feito por intermedio de mediadores, ou da Inglaterra só, era seguramente inferior a um entendimento directo, de sorte que Brant e Gameiro procuraram, antes do projecto de Canning, ver si podiam chegar a eliminar o desaccôrdo.

Em reunião secreta dos tres plenipotenciarios, a 1.º de Agosto, Villa Real

alludiu á independencia administrativa: si o Brasil quizesse mais, elle, ministro portuguez, ouviria as pretensões para as transmitir a Lisbôa. Para o fazer, entretanto, deveria conhecer que compensações a antiga colonia offerencia. Nas suggestões feitas, appareciam a reunião das duas corôas na cabeça de D. Pedro, ao fallecer D. João VI, a chamada dos outros ramos de Bragança á successão de Portugal; favores especiaes ao commercio luso: o partilhar a divida publica. A tanto não alcançavam as instrucções do Rio, retrucaram os brasileiros, e qualquer tentativa de reunião futura seria detrimetosa.

A solução manca lembrada pela Inglaterra, qual a residencia alternativa em Lisbôa e no Rio, não solvia as difficuldades. Melhor seria não falar nisso, e assim mangrou uma possibilidade de accôrdo.

Caminhava-se para a acceitação do projecto de Canning, afim de se sahir do impasse. Multiplicavam-se as providencias dos diplomatas brasileiros; o primei-

ro milhão do empréstimo estava contractado, firmada a opção para mais dous, apesar da opposição movida pelos elementos portuguezes. A 12 de Agosto, o projecto de Canning foi apresentado.

Em linhas geraes fundava-se na proposta do Imperio, mas havia um adinniculo secreto da maior importancia: D. Pedro renunciaria á corôa portugueza, sendo as Côrtes chamadas a escolher qual dos seus filhos lhe succederia em Lisbôa, filho que poderia ser o primogenito, ou a filha mais velha si não houvesse herança masculina.

Embora hesitassem a principio, Brant e seu collega acceitaram *sub spe rati*, a conselho do secretario d'Estado Inglez. Na reunião de 12, Villa Real voltou atraz das reservas que havia formulado na vespera e todos acceitaram o projecto com a condição de o discutirem. O diplomata portuguez, entretanto, recusou-se a remetter o documento para seu governo, o mesmo fazendo os austriacos quanto á sua legação. Canning, mais uma vez, sal-

vou a situação, incumbindo-se da remessa e recommendando-o ao governo.

Evidentemente, não despertavam agrado geral as providencias suggeridas, mas já apresentavam um conjuncto de vantagens. Era uma entrada em assumpto; as objecções levantadas podiam ser discutidas.

Já a correspondencia, tanto de um como de outro lado, revelavam um abrandamento na tensão dos espiritos. Como sempre em casos taes, insistia-se na calamidade de uma simples rejeição, nos consectarios della para o principio monarchico na America.

Nisso, iam-se complicando as difficuldades internas do Brasil, aggravavam-se os attrictos e os problemas decorrentes das luctas da Confederação do Equador.

De Lisboa, contudo, variavam os informes. Em fins de Setembro, os boatos da expedição reconquistadora afastavam-se: cessavam os preparativos e ordenavam-se as vendas dos mantimentos já armazenados.



As cartas dos dous brasileiros manifestavam-se mais esperanças; mas, para o fim do mez, apontavam para uma recrudescencia de malquerença do espirito publico na imprensa lisboeta. Causou-lhes estranheza tal mudança, e foram consultar o **Foreign Office**.

Disse-lhes Canning que era isso attribuível ao panico reinante no Rio pelas ameaças portuguezas, segundo se affirmava em Lisboa.

Indignados, os brasileiros replicaram: "Deixae-os connosco, que saberemos haver-nos com elles; e como o objectivo era o reconhecimento pela Inglaterra, e não pela antiga metropole, seremos reconhecidos por S. M. B. si fôr rejeitado o projecto de accôrdo".

Claro que os motins do Norte do Brasil e suas repercussões maleficas sobre os negocios do Imperio inquietavam fundamentalmente aos dous diplomatas que bem viam quanto se aproveitavam delles os adversarios da Independencia. A' medida que as difficuldades se exaltavam, su-

biam também as exigências e a intratabilidade da antiga metropole. Via-se que D. João queria passar a ser o Imperador do Brasil, rebaixado D. Pedro a mero agente do paiz que libertara.

Vê-se, sente-se a explosão de jubilo quando, desbaratada a Confederação, Recife capitulou, em 17 de Setembro.

"Quer a guerra, e o Brasil lhe fará a vontade", diziam elles a Antonio Telles a 2 de Novembro, quando puderam communicar-lhe a boa nova.

O momento tornava-se propicio. Os preparativos approximavam-se de seu termo. As relações com os mediadores cresciam em cordialidade. Mais tarde, quando tiveram de romper relações com Portugal, tanto Austria como Reino-Unido timbraram em proclamar quanto o Brasil fôra correcto, cordato e moderado.

Tinham elles timbrado em multiplicar sua intima intelligencia com os mediadores. Ainda nessa questão da Confederação do Equador, o navio de guerra inglez, em que o presidente revolucio-

nario Paes de Andrade se havia asy-lado, era commandado por um irmão de Canning. Não deixaria Brant de aproveitar o ensejo para prestar serviço ao ministro inglez, a quem o irmão collocava em situação tão embaraçosa.

Não ha exaggero em affirmar que, na defesa de sua causa, os emissarios procuravam interpretar os sentimentos das potencias medianeiras e asseguravam seu respeito e sua consideração pelo elevado de seu procedimento. E erant estes que o proclamavam, a par do desca-so e da pouca estima que a diplomacia canhestra de Lisbôa lhes inspirava.

Metternich, a Antonio Telles, por intermedio de Gentz, tanto quanto directamente, não occultava quanto seus esforços eram mal e inintelligentemente comprehendidos, mas lhe explicava que sua acção era peada pela doutrina da Santa Alliança. Canning, que agia junto ao governo portuguez mais do que Brant suppunha, ia preparando este a uma recusa, e insistia que, em tal caso,

não representava isto a terminação da divergencia.

A importancia dos interesses commerciaes e politicos da America não podia ficar dependente da incapacidade governativa de Lisboa, e, acima de tudo, o prestigio mundial da Grã-Bretanha não podia ficar á mercê do cheque francez levado a effeito junto ao cliente portuguez. Sir Henry Thornton, responsavel por esse fracasso, desde Setembro fôra substituido pelo habil e energico Sir William A' Court, vindo de Madrid. E Pallella, em sua correspondencia reservada, queixava se do quanto era pouco favoravel ás vistas officiaes sua gestão junto ao governo portuguez.

Viviam os brasileiros, em Londres como junto a Vienna, procurando pesar sobre os ministerios de estrangeiros para que agissem sobre D. João VI e seus auxiliares. Tanto mais o faziam quanto mais desfavoraveis vinham as noticias, sob o influxo das luctas do Norte do Brasil e das vantagens transitorias dos

revoitados de Pernambuco. Propositadamente, Lisboa demorava, contando que o tempo a favorecesse a par do triumpho da **Confederação**. O contra-projecto de Canning fôra remettido em meados de Julho para o reino, e só em 7 de Novembro, mais de tres mezes depois, chegava a Londres a resposta portugueza.

Era tal, que Brant e Gameiro se exaltaram e o proprio Canning a classificava de inadmissivel e desarrazoada. Pedia, entretanto, para deixar passar o primeiro momento, pois havia sido um custo evitar-se um rompimento, como queria a principio a diplomacia do reino bragantino. As cousas podiam mudar, accrescentava Canning sybillinamente. Não podia elle querer, nem convinha á Inglaterra, um rompimento armad. Aconselhava, pois, o proseguimento do debate e a accettazione **ad-referendum**, pois a Inglaterra continuaria a agir em Lisboa.

Brant e Gameiro, contrarios embora, attenderam ao secretario de Estado. Pelo menos ganhavam tempo e affirmavam sua

preparação bellica, que tornavam cada vez mais intensa. Ao mesmo tempo, não era a demora que evitaria a rejeição certa por parte do Imperio.

Em definitivo, nada de independencia, sinão administrativa.

A volta ao regime de união, D. João seria imperador, D. Pedro associado ao governo com o titulo imperial: soberanos residindo alternativamente no Rio e em Lisboa; recommençava-se a falar na expedição. Todos os detalhes a Villa Real respiravam guerra e, entretanto, nem sequer os cruzeiros normaes podia Portugal pôr a navegar. E, cousa mais grave, já a situação de Lisboa era outra e a energia de A'Court punha Palmella em má posição. Mostrara em Lisboa cartas de Canning participando a pessima impressão causada em Londres pelas iniciativas lusas.

A França, ante a resistencia britânica, ia recuando de seu apregoado apoio a D. João e annunciava a retirada de suas forças de Badajós. Portugal, reconhe-

cendo o restabelecimento da paz interna do Brasil, mudava de tom.

Mas em Londres chegavam noticias da mais alta seriedade para a diplomacia lusa, e que a comprometteriam decisivamente, perante a Inglaterra e a Austria.

Não servira a experiencia da Voadora e a gaffe se repetira agora.

Ovidado de que o dissidio estava sendo alvo de mediação e desrespeitadas as potencias mediadoras, remettia um contra-projecto á Lusitania, que appellava para as nações da Europa, Hespanha, França, Roma e Russia e, além disso, enviava um emissario, José Antonio Soares Leal, ao Rio, para, sem poderes além de mera carta de apresentação, negociar clandestinamente com o Brasil a mesma incumbencia.

Em contraposição com essa incorrectissima attitude, D. Pedro mandara prender e recambiar para Lisbôa Soares Leal.

Accumulavam-se, pois, os erros de officio por parte da antiga metropole:

tambem Villa Real, vendo progressivamente faltar-lhe o terreno sob os pés, ia perdendo a calma e, a proposito de um incidente, descera a insultar D. Pedro perante seus embaixadores. Esse deslize o prejudicara muito, pois os medianeiros tomaram para si e para o tribunal que constituíam a falta de respeito.

Agora, quando os brasileiros foram procurar a Canning para lhe falar sobre o contra-projecto portuguez, puderam firmar uns pontos essenciaes, que aclaravam as perspectivas da lucta que se antolhava: a Inglaterra só negociaria com o Brasil após o rompimento com Portugal: havendo guerra entre a ex-metropole e o Imperio ficaria neutra a Grã-Bretanha; salvo os desertores dos navios inglezes, consentiria em que seus subditos servissem na marinha imperial; assentia em demorar a intimação do contra-projecto: accéitou uma prorogação do tratado de commercio de 1810, para que de futuro o pudesse estudar com vagar.



A Antonio Telles puzeram a par de todos os detalhes da conferencia de 11 de Novembro de 1824, na qual o contra-projecto fôra entregue. Já então sabiam, mas não se tinham valido desse conhecimento, que Soares Leal fôra preso no Rio e reenviado para Lisbôa. Não pesavam as mesmas razões para se tolerar a attitude lusa.

Ficaram assim os emissarios certos de que interpretariam o sentimento do governo brasileiro ao romperem as negociações, e ao mesmo tempo não o fariam cedo de mais. Mosttavam as folhas portuguezas a situação militar desesperada em que estava o Reino, que vivia, entretanto, a alardear ameaças irrealisaveis. Isso mesmo communicava ao Ministro dos Estrangeiros Carvalho e Meilo, para dar a medida exacta das gabolices.

Além da pessima impressão deixada pelo parecer de Lisbôa, o ambiente havia peorado pela inconvenientissima sortida de Villa Real contra D. Pedro, acerca de um incidente de liquidação do reembolso

de uma quota remettida em 1820 á legação de Londres. De tal fôrma se tinha havido Villa Real que, offendendo aos representantes do soberano brasileiro, se tinham estes recusado a proseguir com elle ter relações. A Austria e a Inglaterra haviam-se igualmente melindrado. O portuguez multiplicara explicações e pedidos de desculpa, mas era isto ainda novo signal do quanto o governo de Lisboa e seus representantes se sentiam em nivel inferior, e viam sua causa em franco desprestigio.

Na conferencia de 11 de Novembro, nem sequer queria o ministro de Portugal consentir na inserção no protocollo do contra-projecto de Lisboa, e foi precisa a energia dos mediadores, especialmente a do inglez, para que ella se firmasse para a minuta da reunião futura, na qual os brasileiros dariam seu parecer.

Coherentes no seu programma de prestigiar as potencias medianeiras, deram Brant e Ganciro ampla publicidade

á ociosa manobra da negociação clandestina de Soares Leal.

Lograram inteiramente seu intuito, sentindo se fundamente offendidas as duas nações interventoras; emquanto louvavam sem limites a correcção do Brasil, não mediam termos na censura á incorrecção de Lisboa e a sua falta de habilidade politica. Cada vez maior se manifestava a adhesão austriaca á causa do Imperio. Este, por outro lado, andava de mãos dadas com Canning.

De informações secretas da nossa missão, constava que a missão Soares Leal era plano absolutista para tracassar a de Londres.



#### 4. O rompimento resolvido. A missão Stuart. A successão portugueza

Parecia de melhor conselho romper as negociações de Londres, renovar as hostilidades, e negociar unicamente com a Inglaterra. Essa opinião, aliás, já era também a de Metternich e de Gentz, participava de Vienna Antonio Telles. E os dous emissarios mandavam para o Rio suggestões para o rompimento em regra das negociações londrinas.

Palmella, ante esses successos todos, sentia fugir-lhe o terreno por baixo dos pés, e por mais que explicasse e procurasse attenuar, esses golpes se multiplicavam. Embora o negasse, já agora era obvio que a Inglaterra não mais toleraria as tergiversações e hesitações do governo de D. João VI.

Por sua acção, Hyde de Neuville, a cavilha mestra da machinação anti-Britannica na península iberica, teve de abandonar Lisboa a 4 de Janeiro. Pouco lhe sobreviveu em função o ministerio portuguez. Palmella a 22 de Janeiro já não era ministro.

Na recepção diplomatica de 31 de Dezembro de 1824, Canning declarava que ia tratar com as republicas hespanholas sobre ajustes commerciaes. O Brasil figurava tambem no programma desses tratados, puderam apurar os diplomatas, após momentos de duvidas devidas a falta de clareza do Foreign Office.

Era completo, por culpa propria, o desbarato da antiga monarchia bragançina. Um dos mais distinctos funcionarios do serviço inglez, sir Charles Stuart, iria ao Rio renovar o tratado de commercio de 1810. Era o reconhecimento do novo Imperio, o cumprimento da missão de Brant. A 15 de Janeiro de 1825, vinha na imprensa publicada a nomeação.

Dahi decorriam varias consequencias. Ficava de facto suspensa a mediação mas era preciso declarar-o nas regras. Além do que, havia divergencias entre a Inglaterra e a Austria acerca das republicas hespanholas e melhor era que esse rompimento se desse por iniciativa de Brant, a que se dissolvesse por si propria a collaboração das duas nações, ficando abandonado o novo Imperio. A 10 de Fevereiro, fechavam-se as negociações de Londres, e agradeceram-se os affectuosos serviços prestados. As potencias interventoras aproveitavam o ensejo para louvarem a cordura, a correcção e o espirito conciliador dos diplomatas americanos, e attribuindo á inhabilidade da diplomacia portugueza o mallogro da negociação.

Já era outro o ambiente. A Austria recommendava a seu ministro nò Rio para auxiliar a Stuart; ao seu representante em Lisbôa, mandava insistir junto a D. João VI para reconhecer os factos consummados.

Já se sabia da missão de Stuart ante o rei de Portugal: apresentar-lhe nota energica justificando o procedimento do Brasil e de seu Imperador e mostrando que a Grã-Bretanha não podia retardar o reconhecimento de um principe que tantos serviços prestara á monarchia e aos Braganças; recommendava ao velho rei que, espontaneamente, por acto proprio e immediato fizesse o mesmo. Quando não, elle, Stuart, partiria para a America sem levar nem consentir na ida de um negociador portuguez.

Desde 25 de Março estava elle em Lisboa, e lá agiu com o governo portuguez, mas a chave da situação foi dada por D. João VI, autorisando Stuart, após longas difficuldades, a agir como melhor julgasse a bem dos interesses portuguezes. A 24 de Maio, partia para o Rio com todos os documentos e instrucções e, praticamente, com uma ordem em branco d'El-Rei para as transigencias que se tornassem precisas.

A missão de Londres estava finda e vencera, tanto quanto á Independencia e



ao Reconhecimento, como nas incumbências económicas e no preparo da campanha, si esta se chegasse a realizar.

Canning sentira quanto Brant facilitara a difficil missão da mediação. Pela correspondencia com Chamberlain, no Rio, e pelo convívio com Stuart no **Foreign Office**, não via chegar com tranquillidade os attritos e os choques entre o pessoal do Rio e o embaixador britânico. Marechal, que recebera ordens para se pôr ao serviço da embaixada do reconhecimento, era austriaco e não gozava, como tal, da confiança inteira do gabinete de St. James. O marechal Caldeira Brant Pontes representava já mais de dous annos de collaboração confiante com o meio britânico; conhecia e comprehendia a mentalidade propria da Inglaterra e sua visão internacional. Nas cartas do estadista inglez sobe de grau em grau a clave pela qual afinam os elogios ao marechal, enquanto, obedecendo ao conhecimento pessoal que tinha de Gameiro, e ás impressões do consul do Rio, Henry Chamberlain,

Carvalho e Mello lhe apparecia pelo menos de trato difficil.

Para o Secretario de Estado, pois, sorria mais uma solução obtida em Londres em que elle se pudesse conjugar a Brant para liquidarem todas as duvidas com Portugal. Villa Real assim desejaría tambem e via mais decoro num acto espontaneo desses, de que a coroação decorrente da missão de sir Charles. Approvada por Canning, a missão brasileira escreveu aos novos ministros em Lisbôa, Brant a D. Miguel de Mello, Gameiro ao conde de Porto-Santo.

Esses titulares responderam hesitantemente, o que obrigou a abandonar a idéa de apressar-se a solução, antes que Stuart attingisse Portugal. E quanto a irem a Lisbôa os dous brasileiros, era lhes isso vedado por suas instrucções, que fixavam Londres para séde de sua missão.

Brant, além disso, estava atarefadissimo na direcção geral de todo o trabalho internacional na Europa, nos da propria missão na Grã-Bretanha, e na obra con-

juncta de compras, de obtenção de credito confiada a elle e a Gameiro Pessoa.

O maximo que podia fazer, e Canning poudo obter d'elle, foi conseguir sua volta ao Rio, para exercer sua acção de presença no aplainar os attrictos e as difficuldades que a experiencia do Secretario de Estado previa. Poudo o marechal apressar seu trabalho e, no *Plover*, a 16 de Maio de 1825, singrava para o Rio, onde chegou dias antes do embaixador Stuart.

Era continuar a função que exercera em Londres, nas trocas de vista entre Canning e os brasileiros, perante as communições de Stuart ante as novas directivas do novo governo portuguez, antes de Sir Charles seguir para sua missão, a caminho do Rio.

Já as distancias entre pontos de vista se haviam reduzido; mas o grande ponto de discordia continuava na forma por que a Independencia se considerava e no partilhar por D. João VI do titulo imperial. Reflectiam um conflicto essencial: o absolutismo, na these portugueza, a conceder a

independencia; a soberania popular, a unanime aclamação dos povos, no conceito brasileiro, a recusar como dadiva o que, na lucta e no sangue, o Imperio havia conquistado, e, por isso, não podia dar a D. João, que fôra vencido.

Todo o trabalho, em Londres, revelava a perfeita comprehensão de Brant e de Gameiro quanto ao sentimento americano e os receios fundados de serem os desejos portuguezes offensivos á mentalidade do Novo Mundo.

Sir Charles, por seu lado, por longo prazo ministro inglez em Lisboa, muito relacionado alli, tendo prestado serviços a seu movimento literario, sympathisava fundamente com os sentimentos do reino peninsular. A isto ajuntavam-se seus pendores politicos, high-tory como era, em contraposição ao espirito extremamente liberal do Secretario de Estado inglez.

Quando, pois, seguiu a embaixada para o Rio, não se podia affirmar haver homogeneidade de vistas e de sentimentos. Acrescentem-se a isso os coefficients

pessoas de quantos, official ou officiosamente, iam collaborar no grande acto, e percebe-se quanto ia revelar-se delicada e difficil a tarefa de quem teria de estabelecer relativo accôrdo entre tantas opiniões dispaes. E esse foi o papel de Brant.

Para o comprehender, cumpre resumir a psychologia dos principaes actores dos acontecimentos.

Logo ao chegar, tanto os navios vindos da Europa, como mais tarde Caldeira Brant, tinham divulgado as noticias sobre as negociações e instrucções de Lisbôa e os sentimentos da diplomacia ingleza e da austriaca.

Henry Chamberlain, o consul inglez, intermediario natural entre o Governo Brasileiro e o **Foreign Office**, só havia servido para complicar as cousas e sómente o tacto e a fina comprehensão da missão de Londres haviam logrado attenuar os obstaculos. Secco, pouco malleavel, não possuia o consul fineza para se pôr em contacto cordial com um povo que lhe era totalmente extranho. Sua interpretação

dos factos locais e das ordens de seus chefes era sempre pejorativa. Creou para com o ministro de estrangeiros, Luiz José de Carvalho e Mello, o futuro visconde de Cachoeira, reputação má junto ao gabinete de St. James. Suas informações eram pouco clarividentes, nem traduziam intelligencia clara dos factos. Talvez a aggravassem os attrictos pessoas, pois Carvalho e Mello era de trato pouco agradavel.

Antithese absoluta do encarregado de negocios austriacos, o barão de Mareschal-Wenzel, residente no Brasil desde 1819 até meados de 1830, já então ministro plenipotenciario. Antigo official de cavallaria, representava a familia reinante de Vienna junto aos imperantes. Ironico a principio, a doçura da terra e dos homens o conquistara como a D. João VI e ao casal soberano. Pelas cousas, pela terra e pelos homens tinha sympathia e comprehensão. Sua posição especial na Côrte e na sociedade permittia-lhe ser admiravelmente informado sobre os acontecimentos no Imperio, tanto quanto sobre os do continente

inteiro. Era um amigo do paiz, e provou ser um auxiliar de primeira ordem de Sir Charles. De Metternich recebera instrucções para prestar absoluto apoio ao emissario de Canning.

O Conde de Gestas, encarregado de negocios da França, tinha uma situação equívoca, como era a do paiz, que representava no scenario europeu, sem a independencia absoluta que a Russia lhe não consentia após a derrota de Napoleão. Sómente agora, com os progressos de Luiz XVIII, ia reconquistando liberdade mais ampla. Já agora, com a viagem a Paris de Metternich, haviam de Vilèle e de Damas ordenado a de Gestas a apoiar Stuart.

Póde-se, pois, dizer que, em seu conjuncto, havia accôrdo, entre todos os agentes diplomaticos, em cerrar fileiras em torno do embaixador. Ninguém, entretanto, o fez tão efficaz e poderosamente como Mareschal.

Começou a fazel-o, ao aportar a Wellesley, em que vinha a missão.

Mau grado os esforços de Brant e de Gameiro, o proprio Canning não chegara a comprehender o dissidio absoluto entre as duas partes da antiga monarchia lusa. Não era hostilidade a D. João, sim repudio absoluto do nexu metropolitano. Sir Charles, profundamente adheso a Portugal, menos ainda do que seu chefe no **Foreign Office**, havia comprehendido e, por isso, não entendia a repugnancia dos brasileiros em, mesmo por sembra, tolerar um resquicio sequer de união. Foi Mareschal quem lh'o revelou, e mostrou a impossibilidade de manter o mais tenue liame entre as duas nações, fortalecendo assim o que Brant vinha repetindo em Londres desde 1822.

Aqui vinha Sir Charles encontrar elementos que desconhecia. A principio, um só fôra o plenipotenciario brasileiro nomeado, o ministro de estrangeiros, Luiz José de Carvalho e Mello, o futuro visconde da Cachoeira; formara-se em Coimbra, occupara todos os postos mais altos de que o novo Imperio poderia dispôr, ministro, membro do Conselho de Estado, um



dos redactores da Carta, senador. Era aferrado a suas opiniões, e cioso de suas prerogativas sociaes; mantinha à distancia seus colaboradores. Chamberlain, aspero elle proprio, não nutria a menor cordialidade com o ministro, talvez pela semelhança dos genios e pelo opposto das theses que cada qual sustentava com ardor. Além disso, Carvahno e Mello era quasi intratavel quando julgava vislumbrar menospreço na attitude assumida para com o Brasil. Talvez extranhasse tal susceptibilidade.

Sobre elle temos extensos depoimentos, de seus contemporaneos e collegas de principios; de Mareschal, de quem era grande amigo, da escriptora Mrs. Graham, que lhe tece, bem como á familia, os maiores elogios. Contra elle, manifestam certa prevençào os informantes influenciados por Chamberlain, taes como Canning e Stuart, e tambem os que formaram a traz dos injustos azealumes de Luiz Montinho, o official-maior da Secretaria de Extrangeiros, tornado adversario de seu chefe

pelo modo distante e superior com que este o tratava. Em realidade, o que se pôde conservar das criticas, é sua hypersensibilidade em tudo quanto tocava ao que, talvez exaggeradamente, suppunha ser melindre nacional. Mas, do ponto de vista pratico, facil é imaginar quanto tal pendor haveria de aggravar as discussões.

Tambem foi um erro, que complicou o debate e a redacção dos actos diplomaticos, não ter Moutinho sido presente a esses, o que levou a varios erros e desentendimentos que provavelmente se teriam evitado com sua presença pessoal. O resumo que elle deixou, sob a fórma de **Apontamentos**, com serem obra de grande valia, ressumbram vaidade ferida e hostilidade não mascarada aos plenipotenciarios.

Admira, e é só explicavel pelo seu personalismo doentio, ter Varnhagen utilisado tanto taes desabafos para censurar a Carvalho e Mello. Aliás, a propria carreira ulterior de Luiz Moutinho em nada justifica o alto juizo que formava de si. Um sabedor de tradições, de formulas e de

processos, e um honrado e digno rond de cuir, sem a menor visão politica.

Após se haver divulgado a gravidade dos problemas agitados nos poderes de que Sir Charles vinha munido, nada menos do que a origem da soberania de que o Brasil vivia investido, deliberou-se fortalecer a defesa do Imperio. A Carvalho e Mello deram dous collegas de igual categoria, o barão de Santo Amaro e Francisco Villela Barbosa, o futuro Marquez de Paranaguá. Redactores da Constituição, membros do Conselho de Estado e do Ministerio. Aliás, fortaleciam detalhes no valor global da missão: Santo Amaro era a souplesse, a intelligencia maneirosa, o saber contornar difficuldades e achar soluções novas, onde os recursos pareciam exgottados; Villela Barbosa, antigo official do Exercito, passava pelo crivo de seu exame minudente todos os pontos susceptiveis de controversia.

Que a escolha fôra feliz, prova-o o exito do trabalho. Viram o Imperio e o

Brasil triumphantes todas as suas theses sustentadas desde o inicio, e defendidas com egual denodo e ardor identico em Londres, e no Rio de Janeiro.

O absolutismo da diplomacia portugueza teve de abaixar bandeira ante a tranquillã affirmação de soberania popular dos representantes brasileiros. O proprio Stuart teve de recuar de suas opiniões de *high-tory* para acatar a orientação liberal e clarividente de seu chefe Canning.

Mas convém guardar em mente que a lucta de opiniões se manifestou ardua e tenaz, e que o accôrdo final foi custosamente obtido. Desde 17 de Julho até 29 de Agosto duraram os debates.

A principio, começaram as divergencias com o proprio Imperador, e foram bastante acaloradas. Insuficientemente esciarecido sobre o ponto de vista portuguez, nomeara-se um plenipotenciario unico por parte do Brasil a 19 de Julho; mas, desde 24, o numero foi reforçado a tres. Além disso D. Pedro declarou não retroceder da sua aclamação popular ao throno

Imperial, no que collidia com Stuart, absolutista, que só admittia como titulo a herança paterna; a voltar atraz sobre esse principio preferiria o inglez tornar á Europa. Houve um trabalho preparatorio afim de se poderem iniciar os *pourparlers* em pontos em que o contraste de idéas não fosse absoluto.

Quando, afinal, ante as queixas de Sir Charles das delongas em se começarem as trocas de vista, se reuniram os plenipotenciarios, a 25 de Julho, novo conflicto, e violento, surgiu.

O embaixador declarava só poder abrir a discussão, baseado nos poderes de D. João VI, e isso mesmo si os brasileiros admittissem umas preliminares, mediante as quaes os pareceres portuguezes poderiam ser lidos. Ora, por parte do Brasil logo a principio se declarara que, nem taes condições iniciaes dispensavam exame, nem os poderes vindos de Lisbôa seriam admissiveis. Nesses termos, diziam os brasileiros, era inutil discutir e proseguir a conferencia.

Ora, de facto, ninguém queria romper. Começaram a estabelecer os pontos em que os desaccórdos eram menores, ou mesmo quasi nullo. Para esse trabalho de aproximação, muito auxiliou Marechal, grande collaborador de Stuart. Antonio Luiz Pereira da Cunha, o futuro marquez de Inhambupe de Cima; Carneiro de Campos, o futuro marquez de Caravelias, desempenharam egual papel, amparando os diplomatas do Rio. Ninguém, entretanto, se salientou como o Imperador, pela firmeza de suas convicções como pela incontrastavel autoridade. Não lhe foi inferior o marechal Brant, amigo de todos os pro-homens do Imperio; cabendo-lhe amaciar os melindres dos mais afogueados e amparar as susceptibilidades que se afiguravam offendidas, como no caso de Luiz Moutinho.

Juiz competente na questão, pois era a parte combatida pelos diplomatas do Imperio e fôra impressionado desfavoravelmente pelo que, em Lisboa, lhe haviam inexactamente informado sobre o mare-

chal, Sir Charles julgou dever seu fazer amende honorable. Ao conde de Porto-Santo, após a assignatura do tratado reconciliador e ao communicar o exito da missão, escrevia elle: “Je dois, en même temps, désabuser Votre Excellence sur le compte de M. Felisberto Brant”. “Quoique chaud partisan de l’indépendance de son Pays, il a envisagé la négociation avec le Portugal comme le moyen le plus propre á assurer ce but, et c’est en grande partie par son intervention que j’ai pu vaincre les difficultés politiques et financières que me paraissent d’abord insurmontables”.

A Canning, igualmente, elle havia mostrado sua desconfiança, mas, após o resultado favoravel, elle entoava seu poenitet-me.

“The efforts of General Brant to bring the negociation to a successful issue, and the consideration that, by identifying his own interests with those of His Majesty’s Government, he has been raised to the highest favor with his Sovereign

and has completely reestablished British influence at Rio de Janeiro, have induced me to do every thing in my power to further his wishes”.

No que elle pouco falava era nos pontos em que havia fugido de suas instrucções portuguezas, pelo menos das ostensivas, pois não ha exaggero em affirmar que o tratado fez o contrario do que exigiam as directivas de Lisbôa. Confir-mava, mesmo em detalhes, o ponto de vista brasileiro: a origem popular do Imperio, a aclamação pelo povo de seu Imperador e da dynastia, a separação absoluta dos dois governos.

Mas para chegar ahi, o trabalho fôra tenaz e longo. Levara trinta e seis dias e um esforço de dialectica e de approximação, que só pôde avaliar quem seguiu os detalhes da negociação.

A victoria dos pontos de vista do Imperio, porém, havia sido completa e, para bem de ambas as nações, agradaram á antiga metropole. Os grandes obreiros dessa difficilissima tarefa eram numerosos.



Entre elles, na primeira fila, se achavam Canning, Brant, D. Pedro, Stuart, os plenipotenciarios do Rio, de Londres, de Paris e de Vienna. Repetindo phrase do embaixador britannico, ninguem tanto como o marechal havia dispendido estremo esforço para afastar escolhos e levar o barco ao porto de salvamento.

Na grande derrama desde logo feita por D. Pedro I, recahiu sobre Brant o titulo de visconde de Barbacena, com grandeza. Além disso, era elle, com muito pouco desejo proprio, nomeado embaixador em Lisboa para cumprimentar El-Rei D. João VI.

Na correspondencia recebida por Canning, tanto na de Stuart como na do marechal, essa má vontade vem expressa: Sabia o diplomata americano que nas rodas officiaes de Lisboa, assim como D. Pedro era o "brasileiro", em sentido pejorativo, elle, Brant, era ma' visto. A ambos se attribuia o insuccesso dos planos metropolitanos, que elles haviam feito

gorar pela perspicacia e visão politica com que os tinham annullado.

Previo, portanto, que sua ida ao Reino acarretaria para si proprio situações falsas, quando não desagradaveis.

Permittiu-lhe evitar essa alta e honrosa incumbencia, o ser nomeado, a 21 de Novembro de 1825, ministro da Fazenda. Borges de Barros recolheu-lhe a herança como embaixador, posto para o qual foi nomeado em 16 de Fevereiro do anno seguinte. Mas a missão não chegou a realisar-se, pois D. João VI fallecia a 10 de Março.

De facto, os actos de 29 de Agosto de 1825 não trouxeram immediata tranquillidade ás duas monarchias. Em Portugal todas as correntes partidarias se manifestaram chocadas: D. João VI, tão sómente movido pelos seus sentimentos de pae, para quem D. Pedro era o predilecto, e de victima de D. Carlota Joaquina, de quem D. Miguel era instrumento de malquerença contra o infeliz marido, tornou publica sua approvação a um acto que lhe assegu

rava o triumpho de sua vontade quanto á successão da corôa portugueza e, digamol-o á puridade, satisfazia á sua vaidade senil de cingir o titulo ôco de imperador brasileiro. Mas não teve diplomacia em divulgar sua approvação. Em vez de cumprir o que Sir Charles, em seu nome, nas cartas reversaes de 29 de Agosto, havia promettido, de substituir ou de omittir a carta-patente nos poderes do embaixador inglez que o representava, agiu de má fé, como declarou mais tarde Canning, e deu publicidade a esta carta perempta na lei de 15 de Novembro, que approvava o Tratado de 29 de Agosto de 1825, e assim demonstrou a capitulação do Reino, a fraqueza vaidosa do soberano, ostentando a plena victoria da antiga colonia.

Disso se soube no Imperio, em inicio de Janeiro de 1826, e logo começou a grita, a motivar reclamações do governo brasileiro e difficultrar a troca das ratificações. Nem só os actos officiaes do Governo portuguez se haviam tornado publicos, como haviam chegado ao Rio as "Reflexões so-

bre a carta de lei de Sua Majestade Fidelíssima o Senhor Rei D. João VI", folheto publicado pelo liberal francez Pierre Chappuis, perseguido em França, na Hespanha e tambem em Portugal, donde fugira para o Rio.

Ora, nesse trabalho, não era só censurado o tratado, mas tambem a Convenção financeira, que os diplomatas haviam estipulado só se divulgaria á Assembléa Legislativa, depois de sua reunião, communição que se realisou a 19 de Junho. E o conhecimento dessas clausulas monetarias, embora inexacta e tendenciosamente apresentadas, causou no Brasil, que as ignorava, uma funda e penosa emoção ainda existente junto aos que conhecem incompletamente os factos e seus detalhes.

Na Bahia, ou antes, em todo Norte, a agitação fazia-se sentir, e encontrava elementos nas brasas que ainda restavam mais ou menos latentes nas cinzas dos movimentos de 1817 e 1824, sempre mantidas accesas pelos elementos republicanos e maçonicos que tanto influiram no primei-

ro quartel do seculo XIX na America do Sul.

Quiz o Imperador ap'aciar esse foco de perturbações da ordem, sempre tão facil de se formar nas provincias nortistas e, conbecedor do prestigio ahi desfructado pelo visconde de Barbacena, deliberou leval-o em sua companhia. Brant, para o acompanhar, exonerou-se das pastas da Fazenda e do Imperio, nas quaes se conservou apenas por çous mezes incompletos, de 24 de Novembro de 1825 a 21 de Janeiro do anno seguinte.

Logo ao chegar D. Pedro de volta da Bahia, para o Rio, aportou o brigue *Providencia*, pelo qual, a 24 de Abril, se soube do fallecimento d'El-Rei D. João VI. Abria-se o problema da successão portugueza. Inilludivel a gravidade do caso. Nos çous paizes havia consequencias a tirar para que se não annullassem as theses do tratado de separação. Desde os primeiros debates em Londres, quizera D. Pedro silenciar sobre uns quantos assumptos, para só resolvel-os quando inadia-

veis: um delles era a separação das duas coróas, embora não tocasse na successão dos dous paizes.

O desapparecimento de D. João punha termo a algumas das criticas, é certo; já se não podia recear que o titulo imperial passasse para o throno lusitano; mas outras, mais numerosas, permaneciam de pé.

A mais grave, quiçá, era a legitimi-  
dade da herança de D. Pedro, perante as leis portuguezas. Verdade é que as medidas communicadas de Lisbôa já representavam decisões prolongando a opinião ou os actos do rei defunto: a regencia nomeada por D. João; mas esse direito era contestado, ante a escolha que tinha feito do successor natural por um principe estrangeiro incapacitado de reinar em terra portugueza; esse, pelo menos, o motivo ou o pretexto invocado pelos absolutistas na longa contenda entre miguelistas e liberaes.

No Rio, o Imperador tambem tivera a mesma duvida e procurara esclarecel-a, consultando a alguns de seus conselheiros.

E' ponto ainda obscuro, mas que se poderá liquidar agora que no Archivo Publico se tornaram a descobrir os "papeis de S. Christovam" que por tanto tempo se consideraram perdidos.

No Foreign Office, bem como em França, entretanto, não pairavam duvidas quanto a caber a successão a D. Pedro e a serem legitimas todas as suas iniciativas, menos talvez a outorga pessoal de uma Carta Constitucional.

Sir Charles Stuart, que estava em palacio quando as novas de Lisbôa chegaram, e conhecia bem o Reino e as correntes da opinião nacional, achava a conjuntura gravissima. Elle collaborou estreitamente nas soluções tomadas. Dos pareceres conhecidos, o do visconde de S. Leopoldo, e o do visconde de Barbacena, se pôde dizer que o do ultimo representa a opinião concordante do signatario, de Sir Charles, do visconde de Paranaguá e do de Santo Amaro. Mas o Governo tinha de levar em conta a effervescencia nacional, commovida pelos boatos postos

em circulação pela ratificação portugueza do tratado de 29 de Agosto de 1825 e, principalmente, pelos commentarios tendenciosos de Chapuis, além da suspeitosa malquerença da Camara dos Deputados, prestes a se reunir, contra o brasileirismo do Imperador, suspeita existente desde a Constituinte dissolvida.

Villela Barbosa, o visconde de Paranaguá, muito sympathico á antiga metropole, aconselhava francamente a accettazione da corôa lusitana; o que era tambem o parecer de D. Pedro. Os outros conselheiros reconheciam ser esse procedimento constitucional, mas o julgavam inconveniente. Além de outros argumentos, apontava Sir Charles para a desconfiança e a antipathia com que qualquer solução seria acceita em Lisbôa, si ella revelasse obedecer a conveniencias brasileiras, sem attenção ás considerações puramente do Reino Europeu e de suas leis. Vê-se como a situação era delicada. Após longas discussões e exames poude Brant



grupar em um parecer as opiniões de Santo Amaro, Paranaguá e Sir Charles.

Nesse trabalho, havia accordo com S. Leopoldo quanto á constitucionalidade e á inconveniencia da accettazione da herança de D. João VI. Mas, falando como homens de Estado, faziam ponderações complementares para dar solução aos problemas que se antolhavam ao monarcha portuguez.

Mostravam os inconvenientes, do ponto de vista luso, ante os tres partidos da antiga metropole que, nessa reunião, talvez tomassem o pretexto, sinão o motivo, de nova revolução; ainda alludiam, como o Brasil o fizera em tempo, por seu lado, á pouca sympathia despertada por um rei reinando a duas mil leguas de afastamento, a confusão que o povo fazia entre união de corôas e união de paizes, parecendo que Portugal teria sido absorvido pelo Imperio americano. O resultado, mais cedo ou mais tarde, desfecharia em guerra e separação absoluta.

A solução estaria na cessão dos direitos de D. Pedro a seu herdeiro natural, mas este padeceria dos mesmos vícios legaes que seu pae, de sorte que sómente as Côrtes de Portugal poderiam dar sahida ao caso.

Apparecia facil a tarefa ao redactor desse parecer, desde que D. Pedro:

1.º, declarasse authenticamente accetar a corôa unicamente pelo limitado tempo que fosse necessario para pôr em pratica as medidas que devessem garantir para sempre a separação e a independencia das duas nações e corôas, fazendo, porém, a felicidade de ambas;

2.º, confirmasse a regencia nomeada por D. João VI;

3.º, concedesse amnistia geral e plena;

4.º, convocasse as Côrtes ás quaes faria apresentar uma carta constitucional para sua accitação e juramento, e depois deste beneficio, conseguiria das Côrtes e da nação o que quizesse;

5.º, expedisse credenciaes para o corpo diplomatico, mudando algumas pessoas e alterando algumas graduações.

Deveria, porém, fazer tudo isso antes da abertura da Assembléa, para introduzir na fala do throno um brilhante artigo que dissipasse todas as apprehensões.

Esse parecer prudente, que attendia á situação dos dois paizes, não poude ser inteiramente seguido, apertado D. Pedro entre as duas ameaças, Portugal sob a imminencia de uma revolução immediata, o Brasil sobresaltado com a possibilidade de uma reunião de coróas, suspeita ao sentimento nacional. Foi o que o Imperador respondeu a Stuart, quando este lhe foi dizer quão graves achava as decisões tomadas.

De accôrdo com seu temperamento, sempre inimigo de delongas, D. Pedro tinha agido logo ao receber os despachos de Lisbôa, a 24 de Abril de 1826. A 25, confirmava a regencia de D. Isabel Maria; a 26, concedia uma amplissima amnistia. Entre 26 e 27 de Abril foram dados os pa-

receres de Brant e de S. Leopoldo. A 28 reuniu-se o Conselho de Estado. Sir Charles, diariamente, estava em contacto com os proceres e o Imperador. Mas, em horas, o ambiente no Rio e na Assembléa Legislativa havia mudado por obra dos boatos e das intrigas decorrentes da desconfiança quanto ao Imperador, em face das insinuações de Chapuis e dos actos officiaes de Lisboa. E por esse jogo de paixões incendidas, o Imperador agiu em assumpto portuguez não como rei de Portugal, sim para satisfazer desconfianças brasileiras. Assim, ao invés de attender ás prudentes precauções aconselhadas por Brant, Paranaguá, Santo Amaro e Sir Charles, preferiu a 27 de Abril outorgar por si só uma carta constitucional ao Reino europeu. No dia immediato, a 28, nomeava es membros da Camara dos Pares que a Carta havia creado.

Finalmente, a 2 de Maio abdicava em sua filha d. Maria da Gloria. Não o fazia incondicionalmente: a rainha teria de desposar o tio, o infante D. Miguel, o qual accitaria e juraria a Carta.

Para evitar os perigos que a Carta, ainda desconhecida de Portugal, poderia provocar, D. Pedro incumbiu Sir Charles, de partida para o Reino a 11 de Maio de 1826, de a levar a Lisboa, bem como es demais documentos referentes á successão. Stuart, por dedicação aos Braganças, embora não recebesse a opinião do **Foreign Office**, accitou a espinhosa incumbencia.

Ficava terminada a liquidação dos actos referentes á separação das duas corôas e dos dous paizes. Restava apenas a Convenção pecuniaria de 29 de Agosto, que tanto perturbava os animos no Brasil, e que o paiz não entendia.

Pelos encargos financeiros que acarretavam, as proprias convenções previam que só o Legislativo os poderia firmar. Ora, a Constituinte fôra dissolvida, e desde 1823 a ausencia de Assembléas legislferantes estava causando estranheza. Fernandes Pinheiro, ministro do Imperio em 1825, iniciou sua gestão pela convocação dos collegios electoraes. Já, a 23 de Janci-

ro do anno seguinte, estavam nomeados os senadores, e a 16 de Maio installava-se a sessão inaugural da 1.<sup>a</sup> sessão legislativa.

O Senado, como era natural e fôra o intento da Carta Constitucional, congregava o escol dos homens publicos do Imperio, muitos delles experimentados no Governo e conhecedores pessoaes dos processos e do pensamento de D. Pedro I, por haverem collaborado com elle. Na Assembléa Geral Legislativa, menos adhesa ao Imperante, havia muita desconfiança e os conflictos logo surgiram.

Haviam estes influido no procedimento observado quanto á abdição da corôa portugueza e, embora o topico em que esses successos politicos se communicavam na Fala do Throno houvesse recebido entusiastico acolhimento nas duas casas, era facil vêr a differença de temperatura dos ambientes nos terminos usados em cada qual para felicitar o chefe de Estado: o Senado, grato, respeitoso e confiante, a 12 de Maio; a Camara, a 13, alludindo ás pe-

rigosas desconfianças que D. Pedro havia feito cessar com sua proclamação.

Neste ramo temporario, é que se formulavam as criticas mais severas. Surgiram a proposito da obrigatoriedade da prestação de informações mediante a apresentação de relatorios annuaes. Essa não era a opinião official, e bem se avalia a que choques daria origem, quando, a 27 de Maio, a Camara requereu taes esclarecimentos de todos os ministerios. Todos, uniformemente, negavam terem os ministros tal obrigação, embora, por cortezia, os remettessem todos. Só a 19 de Junho mandou o Ministerio dos Extrangeiros os apontamentos, nos quaes vinham os referentes aos actos de 29 de Agosto de 1825, á convenção financeira, portanto. Até então silenciara, por força das cartas reversaes.

Os negociadores dos tratados estavam todos no Senado, com excepção do visconde da Cachoeira, fallecido a 5 de Junho. Inhambupe lhe tinha succedido na pasta, Paranaguá, Brant e o visconde de Cara-

vellas lá estavam também; de sorte que nessa casa se fizeram o exame e a defesa do tratado. Quem mais se salientou na exposição do mecanismo da operação foi o visconde de Barbacena. Após a explanação que deu a 5 de Agosto, ninguém mais discutiu os actos que dantes impugnavam. Todos estavam já de accôrdo. Era simplesmente honesto chamar o Brazil a si a metade da divida publica, quando unidos os dois paizes, e garantida ella por um producto brasileiro, o pau-brasil. Os donatarios de capitánias haviam cedido sua propriedade e esta pertencia agora ao Imperio; empregados, coagidos por suas funcções, haviam seguido para Lisboa e tinham sido substituidos; como, honestamente, deixar de compensal-os?

O accôrdo era geral; mas, para que nenhuma duvida pairasse sobre os factos e se fizesse justiça aos negociadores, suspendeu-se o debate e se imprimiu o relatório. Quando, a 18 de Agosto, se reabriu a discussão ninguém mais oppoz a menor critica. Havia ficado claro como a evi-



dencia que a Independencia não fôra comprada e que as clausulas pecuniarias tinham visado apenas, e em condições vantajosas para o Brasil, assumir sua quota nos encargos communs com Portugal, quando una a monarchia. E' o que Rio Branco luminosamente firma em sua nota á mesma critica feita por Oliveira Lima.

A questão, entretanto, não estava liquidada, pois os pontos de vista dos dous ramos da Assembléa eram diversos: o mecanismo das operações, no Senado; as violações constitucionaes, na Camara.

Houvesse um pouco de cordialidade, e taes nugas, do ponto de vista pratico, se teriam composto, tão evidente era que, em começo de regime inteiramente desconhecido, taes attrictos seriam normaes no funcionamento de machina nova. As paixões tudo complicavam. Eram reciprocas as culpas, e ninguent queria reconhecer-o. Só o tempo sanaria as faltas e permittiria se lubrificassem as juntas. A lei de 15 de Novembro de 1827, ao fundar a Divida Publica, legalisou, coo ponto de

vista constitucional, o accôrdo financeiro de 1825. A Fala Imperial, em 1828, prometteu a remessa annual regular dos relatorios ministeriaes. O perpassar do tempo e a gravidade da situação geral do paiz fizeram desaparecer as cinco psychologicas que os plenipotenciarios brasileiros haviam querido evitar, e que os erros de Stuart e de D. Pedro tinham commettido: entre os empréstimos portuguezes em Londres escolhidos para pagar a divida brasileira, a adopção do de Outubro de 1822, que se contractara precisamente para combater o Brasil: a indemnisação a D. João VI, a titulo de propriedades particulares, quando no regime absolutista lusitano se confundiam os bens de El-Rei com os do paiz.

Em todo caso, em Setembro de 1826, podia considerar-se praticamente e internacionalmente solvido o problema da independencia brasileira nas suas relações com Portugal, quer quanto á separação das nações, quer quanto á las dynastias.

## 5. A Campanha do Sul

Desde o anno anterior, Canning considerava finda a pendencia portugueza; mas só agora começava o movimento independentista sul-americano das colonias hespanholas a reflectir sobre o Brasil, e, de fôrma tal, que o Secretario do Estado inglez declarava sinceramente aos diplomatas brasileiros não considerar firme nem estavel o throno imperial. Para isto, baseava-se elle na actividade das lojas masonicas do Imperio, que já tanto motim haviam provocado no paiz, a explodirem nas revoluções de 1817 e 1824; cujos emigrados, em Londres, tanto se ligavam e combinavam com os das antigas possessões hespanholas da America, que ainda pelejavam pela conquista da sua independencia. Como se sabe, só em Junin (6 de

Agosto de 1824) e Ayacucho (9 de Dezembro de 1824) se deu a decisão final que aniquilou o poderio hespanhol na America. O governador hespanhol de Chiquitos, indignado com a victoria dos insurrectos, collocou-se sob a protecção brasileira, em Cuyabá, a 13 de Abril de 1825; as autoridades locais logo marcharam a tomar conta da nova provincia. Felizmente, no Rio, comprehenderam que sancionar o acto era iniciar a guerra contra Bolivar e Sucre, e por avisos de 13 de Agosto e de 15 de Dezembro de 1825 se expediram actos que repuzeram as cousas em seu estado primitivo. Mas, ao Sul, as condições eram mais complicadas.

O imperialismo de D. João VI tinha procurado aproveitar-se das luctas na foz do Rio da Prata e das resistencias de Montevideo. Artigas, que queria a autonomia do Uruguay no quadro das Provincias-Unidas, ou então a independencia absoluta, fôra vencido e forçado a expatriar-se.

O odio contra Artigas havia forçado as populações da margem direita do caudal a tolerar, frementes de indignação conculcada, as manobras conquistadoras portuguezas que o general Lecór dirigia, não tanto como militar, mas como politico. Assim a odiosa comedia da acta de incorporação á corôa portugueza poudo realisar-se em 1821 ante o protesto quasi unanime de todos os habitantes das duas margens platinas, sem forças, entretanto, para luctarem contra o poderio das tropas de Lecór e a actividade do grupo minimo de uruguayos separatistas.

O ambiente, entretanto, ia soffrendo transformações. A regencia de D. Pedro, procurando justificar-se de sua rebeldia contra a metropole que a amesquinhava, provava que já não era a mesma a força material em que se esteavara em Montevideo os partidarios do divorcio com Buenos Aires. Dentro em breve, a Independencia brasileira repercutiu nas tropas de occupação, e não tardou muito que os elementos portuguezes, fieis ao reino eu-

ropeu, ficassem em minoria, passando Lecór, general cansado e incapaz, mas que havia compreendido estar findo o papel de Portugal na America, e desde 1817 permanecia á frente da tropa na Banda Oriental, a dominar esse territorio.

Essa situação, favoravel a D. Pedro I e ao Imperio então fundado, tornava solidarios com ella toda a administração e o governo do Rio. E assim, foi continuando na Cisplatina, figura da inactividade e da incomprehensão, a manter-se pelo suborno ante a apathia forçada de uma população exgotada pelas campanhas locais a se conformar com os acontecimentos não por convicção, mas pelo desespero e pela impotencia. Pensavam os patriotas que lhes voltaria a posse da capital abandonada pelo elemento portuguez. Procuraram o auxilio portenho para esse fim. Com surpresa viram Lécor tomar conta da cidade. E em Buenos Aires, o governo do general Rodriguez sabendo quanto era fraco elle proprio, declarou preferir a negociação diplomati-

ca. O cabildo de Montevideo por varias vezes votou que não reconhecia a acta incorporadora. A esses intuitos obedeceu a missão argentina ao Rio do conego dr. José Valentin Gomez, em meados de 1823, a pedir a retrocessão da Cisplatina ás Provincias-Unidas. E' pagina triste para nossa diplomacia a recusa do Ministerio de Extrangeiros do Brasil, e doe lêr os argumentos vazios de que, para justificar a recusa, se serviu o ministro Carvalho e Mello em Fevereiro de 1824.

Recrudescceu a agitação dos espiritos na capital argentina, mas o novo governo, Las Heras, por impossibilidade material, nada pode fazer, sinão assistir de braços cruzados á exaltação crescente da Cisplatina. Tam-se tornando cada vez mais intensas as repulsas locais, e os sentimentos de solidariedade das provincias da margem direita com a da margem opposta invadida pelo estrangeiro.

Nisso, explodiram, pela America hespanhola inteira, as conquistas de Ayacucho, e as suas consequencias, o desap-

parecimento da ameaça de recolonização portanto. Flammejou o sentimento independentista, em Buenos Aires e na Cisplatina, como em todas as outras possessões castelhanas.

Talvez com certo exaggero, de Londres, em 1825, Canning avisava a Brant e Gameiro que o Brasil seria atacado pelos Estados Platinos e que Bolivar se ligaria a elles. Noticia inexacta que, mais tarde, em Agosto, Gameiro reduziria a proporções mais modestas, mas que já prenunciavam o amparo, pelo menos moral, da Grã-Bretanha em favor de Buenos Aires. No Rio, a impressão era a mesma, e toda a correspondencia diplomatica do Ministerio com Londres e Vienna é uma longa e angustiosa invocação por intervir a Inglaterra afim de se pacificarem os espiritos e se removerem as ameaças dos conflictos sulinos.

Canning muito receava tal choque para o throno imperial. De sorte que a assignatura do tratado de reconciliação com Portugal não representava para elle



o fim das difficuldades com que o Brasil ainda estava a braços.

O incidente de Chiquitos, tão ameaçador em suas possibilidades, no fim de 1825 estava removido e sanado. Mas a exaltação na foz do Prata não arrefecia.

Foi nesse periodo de fins de 1824 que D. Juan Antonio Lavalleja, antigo subordinado de Artigas nas campanhas deste e partidario sincero e extremado em seus ideaes politicos, julgou chegado o momento de renovar os esforços para libertar sua terra. Contando com a collaboração, por emquanto apenas platónica, das Provincias Unidas, passou-se para a margem argentina; como pessoalmente não pudessem agir junto aos partidarios da independencia uruguaya na propria Cisplatina por causa da vigilancia das forças occupantes, tratou de arranjar um vanguardeiro que os fosse avisar e congregar. Para a missão, convergiram as escolhas em D. Juan Manuel Ortiz de Rozas, que accitou a incumbencia, a qual, partindo d'elle, não despertaria as suspeitas, que logo surgi-

riam si Lavalleja apparecesse á frente della.

Coincidiu tal escolha com a onda de entusiasmo despertado na capital portenha pela victoria decisiva de Ayacucho.

Em Janeiro de 1825 iniciou Rozas seu trabalho de tocar a rebate os antigos companheiros de Artigas.

A 19 de Abril, desembarcavam na Agraciada os immortaes Trinta e Tres commandados por Lavalleja e logo encontraram o trabalho feito pelo batedor, D. Juan Manuel. A 25 de Agosto a Sala dos Representantes, convocada na Florida, votava a annullação de todas as declaratorias anteriores, e declarava a reincorporação da Provincia Oriental ás Provincias Unidas.

Não se mantinham immoveis os patriotas argentinos. Apesar dos conselhos do Governo, em favor do alheiamento de todos os movimentos da Cisplatina, os auxilios particulares aos insurrectos eram taes que a base material da revolução bem se poderia dizer estar em Buenos Aires.

Estes acontecimentos não escapavam a Pereira Sodré, consul imperial, que os communicava para o Rio. protestava perante D. Manuel Garcia, ministro de Estrangeiros do governo argentino, do qual em resposta só ouvia logares communs. Finalmente, o Governo imperial, mandando reforços a Montevideo, ordenou ao almirante Rodrigo Lobo, commandante da esquadra, que levava a tropa, fosse até Buenos Aires verificar a situação. De 5 a 11 de Julho, durou a discussão com D. Manuel Garcia, inhabilissima por parte do almirante. Nella, entretanto, declarava o governo platino, prenuncio grave, que lhe não podia ser indifferente a sorte da Banda Oriental. Em 27 de Junho de 1825, votaram-se no Congresso Constituinte Nacional fundos para organizar um exercito de observação na linha do Uruguay; e a discussão reboava a clangores de guerra.

Chegara o novo consul Falcão da Frota, com função do encarregado de negocios; mas a exaltação não arrefecia; as armas do consulado haviam sido des-

feiteadas em 29 de Junho; em fins de Julho, officiaes das forças de Lobo soffreram um desacato. Finalisou esta serie de insultos com as manifestações com que foi recebido o voto da Sala de Representantes uruguaya, a 25 de Agosto, sobre a reunião da Banda Oriental ás Provincias Unidas.

De Montevidéo, Lecór, inerte e incapaz, limitava-se a escassas communicações ao Governo no Rio, o qual, aliás, lhe mandou reforços com a esquadra de Rodrigo Lobo. Mas, no territorio aquem do Prata, propriamente dito, sua acção era contraproducente. Em Rincón de las Gallinas, a 24 de Setembro, foram surprehendidas e destroçadas pelos independentistas umas poucas forças brasileiras, em que se perderam, em favor da revolução, uns setecentos cavallos. Nada de extraordinario nesse revez, mera alternativa nos successos de guerra; mas cerca de duas semanas depois, no recontro de Sarandy, a 12 de Outubro, acção combinada na qual Lecór tem sua responsabilidade compromettida e sobre o qual, bem o nota Tasso

Fragoso, pesa a culpa do novo insuccesso brasileiro, por ter permitido que Bento Manoel sahisse contra Lavalleja e Rivera sem os reforços que haviam sido previstos, o que deu em que luctassem apenas 1.200 brasileiros contra o dobro de cavallarios da parcialidade opposta.

O Congresso Argentino foi submergido pela onda de enthusiasmo resultante dessas duas victorias. Havia silenciado ante a mensagem da Sala de Representantes uruguaya, em 25 de Agosto de 1825: mas após Rincón de las Gallinas e Sarandý, proclamou a 25 de Outubro a incorporação da Banda Oriental ás Provincias Unidas.

Ante esses factos, nosso consul em Buenos Aires, Falcão da Frota, só tinha de se retirar. Era a Argentina que declarava a guerra. Ao Governo Imperial s'era licito levantar a luva, o que fez a 18 de Novembro em proclamação, á qual se seguiu o decreto de 10 de Dezembro, que declarava a guerra.

Cabia agir e firmar as responsabilidades, castigando aos que houvessem errado.

Nas operações da esquadra, parece que fôra um grave erro do Rio a escolha do almirante Rodrigo Ferreira Lobo. Pelo menos, tal foi a impressão de Sir Charles Stuart, quando, com estupor, a communicou a Canning em sua correspondencia, na qual elle chegou a dizer que, em Portugal, esse official soffrera conselho de guerra por covardia, tendo sido desairoso o resultado. Em todo caso, enquanto permaneceu á frente da força naval no Prata, durante o bloqueio iniciado a 31 de Dezembro de 1825, até sua substituição, a 12 de Maio de 1826, pelo almirante Pinto Guedes, o futuro barão do Rio da Prata, si dera mostras de escasso valor profissional, nada fez que deslustrasse o pavilhão.

De acção concertada com Lecór, não ha traços; passivo e apathico, este nada fez para difficultar as relações entre as duas margens, e, entretanto, o ponto de apoio para abastecimentos de toáo genero, em pessoal e materia!, para os elementos

insurgidos, se achava na margem direita, á mercê da travessia fluvial.

O commando que retiravam de Lobo para o transferir a Pinto Guedes, talvez fosse, pois, o sanar o erro anterior da escolha.

Mas, em terra, o caso foi outro. As operações tinham sido delineadas e levadas a exito por José de Abreu, o Barão do Serro-Largo, soldado de cultura escassa, mas conhecedor como poucos da campanha e de seus entroveiros, guerrilheiro até a alma. Na emoção funda causada no Rio de Janeiro pelos revezes de Rincón e de Sarandy nenhuma coparticipação lhe cabia. O primeiro era cousa normal no curso das luctas, e o segundo era filho da incapacidade do commando de Lecór. Este, pois, é que devera ter sido substituído. Não o foi pela malfadada intervenção da politica, dada a solidariedade do Governo Imperial com o general que havia abraçado a causa do Brasil nos acontecimentos de Montevideó, quando se scindiu a divisão dos Voluntários Reaes,

ficando D. Alvaro da Costa com o governo lusitano. Não se podendo olvidar o serviço politico de Lecór, mandava o bom senso reconhecê-lo, mas sem ferir os interesses militares em jogo, que exigiam um chefe, uma cabeça conhecedora do meio, da tropa e dos processos locais de combate.

O general José de Abreu era filho de seus próprios esforços, subira por seu valor, seu prestigio nascera de seu conhecimento de combatente das coxilhas. Suas dragonas eram dadiwa de suas proprias armas e de seu viver a cavallo.

E, entretanto, o destinaram para nomear um general, Massena Rosado, sobre o qual são unisonos os informes desfavoráveis, que Tasso Fragoso resumiu e colligiu na **A Batalha do Passo do Rosario**, em resumo esmagador para esse general.

Possuisse o adversario um pouco de mordant, e os onze mezes de commando desse official, de 1.º de Dezembro de 1825 a Novembro do anno seguinte, se teriam celebrisado por desastres irreparaveis.



Como foi, revelou-se um incapaz, administrativa e militarmente falando. Accumulou a força em Sant'Anna do Livramento, menos a tropa de Bento Gonçalves que, com toda a razão, recusou sahir da zona de Jaguarão. Em Livramento, nem pasto havia para as cavalhadas; o lugar não era salubre. Nunca uma tropa foi tão mal chefiada e soffreu tanto.

O exercito republicano manteve-se inactivo; suas poucas investidas mais visavam arrebanhar gados e cavallos do que combater. O facto é que os historiadores militares platinos apreciam pejorativamente tal inacção, principalmente quanto a Rivera.

O periodo em que succediam taes factos correspondia aos preparativos da apresentação á Assembléa Geral, prestes a se reunir, do tratado de 29 de Agosto, e dos debates da successão da corôa portugueza. Ainda lhe augmentava os encargos e as difficuldades a situação internacional sul-americana, que o proprio

Canning julgava tão perigosa para D. Pedro I e o Imperio.

Mas uma modificação de pessoal era imprescindível, e no Rio não padecia duvida nem soffria contestação ser impossível a permanencia no commando do incapaz que era Rosado. E assim se escoou quasi todo 1826.

Como vimos, só em fins de Agosto cessaram as controversias nas Camaras e poude o Governo cuidar na lucta do Sul.

D. Pedro, assim no!-o refere Stuart, escandalizado, em suas cartas a Canning, pensava primitivamente em acccitar a corôa de Portugal e, caso a campanha da Cisplatina continuasse a inspirar cuidados, mandar vir para o Sul tropas da antiga metropole. Esse pensamento, que foi abandonado, em fins de Abril, não se realisou com a abdicação: e, logo em seguida, as tendencias lusitanas do Imperador se revelavam por fórma que o elemento brasileiro condemnava com a maior acrimonia. Isso limitaria a escolha, como devia ser, aos officiaes nacio-

naes e áquelles que, embora portuguezes, sinceramente se tinham identificado com a nova patria.

Em seus dissídios com Portugal, o Brasil havia achado na diplomacia britannica o esteio forte que lhe tinha assegurado o reconhecimento do Imperio. Já agora, não podia contar com o mesmo auxilio. Em primeiro logar, a politica ingleza favorecia a emancipação de todas as antigas colonias, e não podia firmar preferencias. Em seguida, o Reino-Unido era o representante de um dos mais poderosos imperialismos que o mundo tenha conhecido, desde as luctas com a Hollanda no seculo XVII, imperialismo que se transformou, mas não desapareceu ainda em nossos dias. Com o Brasil, que Londres tinha auxiliado a se constituir em nação independente, o choque já se dera, quando as politicas platinas divergentes de d. Carlota Joaquina e de D. João acenavam para a possibilidade de uniões dynasticas que, da maior parte da Sul-America, sinão de toda, faria a

séde de um imperio regido pelos Braganças e Bourbons. Lord Strangford não fôra ameno ao tornar inexequíveis taes planos. Do mesmo modo, agora, o alargamento do Brasil não seria conveniente ás pretensões da Grã-Bretanha por dominar as rotas commerciaes do Atlantico Sul, que ella queria realisar fazendo de Montevidéo uma como cidade hanseatica; idéa que vinha de longe, balisada pelas expedições de 1806 e 1807 (lord Popham e general Whitelocke), pela orientação de Canning nas questões platinas, e que se realisou com a occupação das illhas Malvinas em 1833.

O Brasil, pois, nesta contenda da Cisplatina, longe de poder contar com o gabinete de St. James, só podia vêr nelle um adversario cortez, mas adversario. Era sómente com as torças proprias que nos era licito contar. E essa convicção nem sempre parece clara, e mesmo nem sempre se revela, na orientação seguida pelo gabinete imperial do Rio de Janeiro.

E' assim que, constantemente, vemos instrucções dadas a nossos diplomatas para grangearem o apoio inglez, esforços que, naturalmente, mangraram, pois se contrapunham ao interesse do Reino Unido.

Além disso, a posição do Brasil era fraca, pelas deficiencias pessoaes de D. Pedro I.

Até a dissolução da Constituinte, e salvo pequenas intermittencias, fôra elle popular. Ainda um renovo de adhesão decorrera da abdição da corôa de Portugal em 1826. Mas, em realidade, era crescente a impopularidade do imperante; além das razões politicas, das suspeitas e da campanha que contra elle moviam, seus modos de tratar a todos alhejavam-lhe sympathias. A partir de 1825, recrudescce a má vontade, pela vida dissoluta que levava com a famigerada Domitilla, em contraste com os soffrimentos e a dignidade de attitude da Imperatriz, que o povo respeitava e cujas desventuras o penalisavam.

Na Camara temporaria, principalmente, era sensivel tal hostilidade, que se traduzia na acerbidade das criticas aos actos officiaes e ás iniciativas do Governo, nas quaes enxergavam actos ou desejos de D. Pedro I.

Assim, quando a constancia e gravidade das accusações feitas á direcção da guerra do Sul demonstraram a necessidade de substituir os chefes della, as censuras apreciavam sem caridade os novos nomes apontados. No visconde da Laguna, por sua collaboração no advento do Imperio, não se tocava. Mas Rosado tinha que sahir.

O procer escolhido foi o visconde de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes. Contra elle formou-se aos poucos, e culminou após a batalha do Passo do Rosario, em 20 de Fevereiro de 1827, uma corrente de reparos e de objurgações, querendo negar-lhe todos os meritos militares e apresental-o apenas como general de antesalas dos potentados do dia e

estrategista de antecamaras rescendentes a aimiscar.

Propaganda perversa do odio, que ainda não silenciou.

Nada mais injusto, entretanto.

Sua actividade publica fizera-se toda no Exercito, até 1821; nella, no serviço, ganhara todos os postos, até que, por exigencias de seu patriotismo, passara a trabalhar na diplomacia, aproveitando, além de seus meritos pessoaes, as situações preponderantes que lhe haviam grangeado seus prestimos de cavalheiro e o conhecimento que adquirira dos directores da politica externa da Inglaterra. Tinha, pois, a pratica de vida militar e as luzes technicas de um soldado altamente intelligente, mas ao qual a sorte não permitira a vida dos acampamentos em tempos de guerra.

Em outro terreno, acabava de vencer a lueta diplomatica do tratado de reconciliação com Portugal, e, no Senado do Imperio, a logica da sua argumentação fôra o principal elemento de victoria no

meio adverso da Camara dos Deputados, para provar a inanidade da mór parte das increpações levantadas contra a Convenção financeira, causa tão grave das exacerbações patrioticas da Assembléa recém-reuniá e da imprensa, sublevada pelos boatos e pelas accusações tendenciosas de Chapais. Taes triumphos lhe asseguravam, pelo menos, o respeito dos vencidos.

Era considerado pelos pro-homens do tempo, a começar pelo Imperador, que lhe dispensava mostras da mais plena confiança. De vida resguardada e austera, não tinha intimidades suspeitas. Não pertencia á roda da favorita imperial, roda na qual, entretanto, contava amigos e admiradores. Suas relações todas o respeitavam e lhe acatavam os conselhos. Figurava entre as patentes mais altas da época, e não devera a empenhos e favores, sinão á antiguidade (e elle bem o fez sentir, agradecendo o ministro), as ultimas promoções recebidas. Dera, desde a Africa e na Bahia, as provas de coragem



que mais tarde lhe proclamaram tambem seus camaradas e commandados da guerra do Sul.

Acabada, no Senado e na Camara, em fins de Agosto de 1826, a grande pejeja diplomatica da Independencia, estava, portanto, isento de outros encargos, a não serem os parlamentares, como senador, quando, a 12 de Setembro, o Governo o foi buscar para commandar em chefe no Sul.

Para lhe tornar indiscutivel a autoridade, evitar conflictos de precedencia e de graduação, successivamente o nomeou marquez, a 4 de Novembro, e o confirmou no posto de tenente-general, a 17 de Dezembro de 1826.

Não conhecia o terreno do Sul, nem a officialidade e os processos locais de combate, disseram, como censura, mais tarde. Mas, de facto, era superior em conhecimentos a todos os guerrilheiros da Cisplatina. Todos a elle se subordinaram e lhe teceram elogios. Aproveitou a todos, mas não é certo que o indi-

vidualismo intenso característico desses chefes sulinos lhe tenha sido inteiramente dedicado. Si o general José de Abreu, barão do Serro Largo, pe'lejou e perdeu a vida em Passo do Rosario, de Bento Manoel Ribeiro até hoje se busca uma explicação para sua ausencia na mesma batalha.

Desde logo após sua nomeação, Barbacena traçou seu plano de campanha e indicou as medidas que reputava necessarias. E' de 2 de Outubro o Memorandum de Brant ao Imperador, expondo essas idéas.

As directivas politicas, em primeira linha. Convém recordar que D. Pedro herdara as idéas de D. João VI, de expansão para Sul do Brasil, até ás fronteiras naturaes, que eram o Paraguay e o Rio da Prata.

Barbacena propugnava a expulsão do inimigo além do Uruguay e, em termos, a conquista de Entre-Rios. Queria obrigar a Argentina a pedir a paz, sem possibilidade de retomar as armas.

Para isto pedia 15.000 homens, um deposito de 4.000, com o armamento correspondente; e, como recurso, seis milhões de cruzados para um anno.

Preconisava unidade de systema, esforço geral e concentrado. Condennava o systema das operações parcelladas, sem nexo. Por isso censurava, com razão, a projectada expedição á Patagonia; mesmo a de Entre-Rios não lhe despertava enthusiasmo, embora a propuzesse.

Nas exigencias que formulara, formavam a base de seu plano: o ser chefe unico, sem partilha de autoridade; da inacção e incapacidade de Lecór, aprendera que o chefe da esquadra devia cooperar com elle e nunca contrariar suas operações. O Rio Grande devia dispôr sempre de tres embarcações, incumbidas das ligações e dos abastecimentos. Ao general devia ser dado o poder de premiar e de castigar; as presas de guerra, gado, prata e ouro se dividiriam pelo exercito e pelas guarnições segundo plano que propunha; a caixa militar deveria dispôr

sempre de seis mezes de soldo em reserva, e no fim do anno de 1826 não deveria haver dividas, estando a tropa fardada, armada e regularmente paga em dia.

Vê-se que foram estudadas as causas dos insuccessos do visconde da Laguna.

No Rio, o ministro da Guerra, o conde de Lages, lhe era pouco sympathico e formulou restricções. A occupação de Entre-Rios constituiria segredo e sobre ella se deliberaria mais tarde mas tanto essa expedição como a da Patagonia estavam resolvidas, contra a opinião do general.

Para obter effectivos, o recrutamento só se poderia fazer de accôrdo com a lei, isto é, dentro na competencia dos presidentes de provincia.

Os premios não poderiam exceder á graduação de tenente-coronel; e as presas, ao serem distribuidas, haviam de se cingir á legislação vigente.

Com essas modificações, aliás não essenciaes, as propostas de Brant eram acceitas.

Uma das provas do merito de um chefe, seria ver o pessoal de que se cercou. Toda a gente de pejeia local, sabedora do terreno e das possibilidades, foi aproveitada por Barbacena, e merecem louvores dos que escreveram sobre a campanha. E' Tasso Fragoso quem elogia a Serro Largo e a João Chrysostomo Calado. Cunha Mattos, Soares de Andréa, Machado de Oliveira, figuram entre os grandes nomes da historia militar do Brasil. As narrativas de Seweloh, de Brown, exaltam o soldado brasileiro e os chefes que os conduziram, abrindo excepção, e severa, sómente quanto a Bento Manoel. Não é sobre o chefe, que os escolheu, que vae recahir o louvor? E como se utilisou este das forças que lhe davam a commandar?

Seguiu para o Rio Grande a 3 de Novembro: estivera com Lecór em Porto Alegre e lhe verificara a nihilidade militar; tudo, absolutamente tudo, ignorava das tropas sob seu commando, até os

effectivos. Barbacena providenciou e agiu em quanto lhe coube nos recursos.

São de Tasso Fragoso, na “**Batalha do Passo de Rosario**”, as apreciações que ora transcrevemos: “Sua decisão de marchar para léste (o Marquez tinha ido á Capella do Livramento para dissolver o inutil agglomerado desconnexo e que Rosado havia imaginado) e incorporar-se sem demora ao nucleo de Brown, mostranos um espirito reflectido, que soube, no momento opportuno, pairar acima dos factos secundarios e ter visão perfeita da situação militar e das medidas que ella requeria. Tanto a marcha strategica d'elle, como a de Brown, são modelos de persistencia na execução de um plano elaborado com sabedoria. O mesmo conceito póde applicar-se ás de Barreto e Bento Gonçalves. Estes dois destacamentos de segurança pelos flancos exteriores das duas massas brasileiras operaram na perfeição, abrindo um veu espesso e permanente que frustrou as tentativas

do inimigo para descobrir-nos os movimentos”.

E assim, sem ter commettido um unico erro até então, chocavam-se, a 20 de Fevereiro de 1827, em uma batalha de encontro, os dois exercitos, o de Barbacena e o que D. Carlos Maria de Alvear commandava, cerca de 6.000 brasileiros e 12 peças contra 8.000 argentinos e uruguayos e 24 canhões. pois perto de 1.500 homens de cavallaria, por motivo até hoje inexplicado, sob o commando de Bento Manoel Ribeiro, não compareceram ao combate.

Passo do Rosario, ou Ituzaingó, como o chamam os historiadores platinos, foi a batalha das desobediencias, diz o insuspeito general argentino Paz, tal a pouca observancia dada ás ordens emanadas do commando. A inspiração dos chefes subalternos movia as tropas e determinava os revides e repulsas partidos das unidades brasileiras. O influxo do commando em chefe, em que se evidencia a superio-

ridade de verdadeiro conductor de homens, não se fez devidamente sentir.

Esse elemento que, até certo limite, pôde compensar as diferenças de effectivos, não se exerceu bastante. Já em pouco mais de dois mezes Barbacena fizera de um agrupamento chaotico um exercito, inda insufficientemente coheso e disciplinado, mas já respeitavel. As forças vindas do Rio e do Norte mostraram sua resistencia e seu valor. As do Sul, milicianos, com suas propriedades e estancias taladas pelo inimigo, tirham menor capacidade de constancia, e desertavam mais facilmente. A infantaria foi admiravel. O marquez, severo para firmar a disciplina indispensavel nesse amontoado ainda tão desconnexo de gente armada, não era bastante conhecido della. Talvez tivesse podido exigir della mais do que fez.

Nessas condições, que forças moraes restariam em confronto, sinão as que levaram Napoleão a formular a regra, quasi sempre verdadeira "la victoire revient toujours aux gros bataillons"?



A par disto, que responsabilidade recae sobre o ministro da Guerra, o conde de Lages, que não remettia os elementos (armas, munições e gente) que o marechal com sufficiente antecipação lhe pedia? sobre o chefe da cavallaria ligeira que, apesar das ordens, embora fosse dever intuitivo, não soube "*marcher au canon*"?

Mas a paixão politica no Rio, querendo inutilisar o marquez, moveu campanha insana para o responsabilisar pelo insuccesso que ella propria em parte facilitara, ou mesmo provocara.

Revez tactico incontestavel, em nada influiu no desfecho da campanha. Nem sequer poude Alvear perseguir o vencido, que se retirou a meia legua, em Cacequy e por São Sepé e Passo de São Lourenço se postou em Jaculy. Essas mesmas tropas, nos recontros ulteriores com as forças argentinas ou uruguayas, em Serro Largo e Herval, levaram a melhor sobre seus adversarios.

Entrementes, a batalha de Passo do Rosario em nada havia melhorado a situação argentina. A situação das Províncias Unidas estava cada vez mais desesperada, a ponto do Governo julgar ser a paz com o Brasil questão de vida ou de morte. Dahi resolver-se a missão de D. Manuel Garcia com as instrucções de 27 de Abril de 1827, e, conforme este artigo, ulteriormente em sua defesa, uma verdadeira carta branca para fazer a paz a todo custo com o Imperio do Brasil. Essa missão redundou no tratado de 24 de Maio, não ratificado por Buenos Aires, é certo. Era o triumpho puro e simples do imperialismo joannino e de D. Pedro, pois por elle desaparecia a Cisplatina, definitivamente incorporada ao Brasil.

Este facto explica varios episodios dos conflictos sulinos.

D. Pedro, como vimos, estava em situação difficillima. A abdicção da corôa de Portugal havia desencadeado a revolução dos absolutistas e, embora D. Miguel desautorisasse aos que invocavam seu

proprio nome como bandeira de partido, e affirmasse acatar as deliberações do rei abdicatario e da Carta Constitucional, todo o paiz estava convulso e D. Pedro, tutor e pae da rainha menina, d. Maria II, mais se inquietava no Rio com as difficuldades do Reino do que propriamente com os graves obstaculos com que o Brasil se debatia em seus problemas governativos. A Assembléa Geral era um enigma constante e um adversario do Imperante.

A vida licenciosa de D. Pedro não lhe trazia sinão desprestigio e enfraquecimento. E, enquanto os meios politicos aconselhavam que o chefe do Estado, com sua assistencia pessoal no Sul, removesse os embaraços locais, D. Pedro não se sentia em condições de deixar o Rio, onde ficava mais longe do alcance do desaguisado portuguez, menos apto a influir nelle e no governo do reino. Mais amigo de Portugal do que do Brasil, diziam seus adversarios no Imperio; levavam a critica mais longe, até, emprestan

do-lhe o intuito de enfraquecer este para preparar uma eventual reunião. A isto acrescentavam as confabulações de que eram séde o palacete da Marquiza de Santos, e que não abonavam a situação do paiz.

Taes eram os motivos a que attribuiam a ausencia do Imperador no terreno da guerra. E as criticas repetidamente lhe chegavam aos ouvidos.

Quando, peorando as noticias, deliberou substituir o general Rosado, sentiu que elle proprio deveria ir ao Sul, mas nunca pensou em demorar se longo tempo nessas paragens. Todos os informes colligidos apontam para uma viagem rapida, como soia fazel-o. Quasi: repentinamente, partindo apenas vinte e um dias após o visconde de Barbacena, seguiu para Santa Catharina a 24 de Novembro. No Sul trabalhou valentemente e muito auxiliou ao novo general em chefe. Já nas conferencias que celebrou com o ministro inglez Gordon, que surgira inesperadamente a procurar o Imperador, nessa via-

gem confirmava seu prompto regresso. Já estava a caminho de volta, quando no presidio das Torres teve, a 25 de Dezembro, pelo marquez do Quixeramobim, noticia da morte da Imperatriz. Apenas cinco dias antes, a 20, soubera as primeiras novas da doença fatal, na cidade do Rio Grande.

A mesma rapidez fulminea presidiu á volta. Partiu de Santa Catharina a 4 de Janeiro de 1827, e a 15 chegava e desembarcava no Rio de Janeiro.

Politicamente, varios problemas novos appareciam, com essa conjuncção de successos: a victoria tactica argentina de Ituzaingó, a incapacidade das Provincias Unidas em proseguirem a guerra, o empenho da Inglaterra em pacificar o estuario platino, a viuvez do Imperador, qual de mais difficil soluçào.

A derrota tactica do Passo do Rosario foi conhecida no Rio no correr de Março. Pouco depois, em inicios de Abril, começaram a chegar cartas do marquez ao Imperador e ao ministro da Guer-

ra, peçindo para deixar o commando durante o periodo de dous mezes, pois o inverno paralyzaria as operações. De facto, as cavalhadas, que eram escassas, morriam com o frio intenso de Abril e Maio; os pastos requeimados pelas temperaturas baixas não alimentavam os animaes; do Rio, o Ministerio da Guerra não remettia o que o exercito precisava. A missão de D. Manuel Garcia para a obtenção do tratado de 24 de Maio de 1827 não consentia se expedissem ordens energicas para reencetar a campanha, nem, quanto á Assembléa e ao Governo, que se lançasse mão dos recursos precisos para cumprir taes ordens, nem que ellas existissem. Recomeçou uma propaganda para ser reaproveitado o inepto e funesto Lecór, que, de facto, a 18 de Setembro foi nomeado. Já o marechal Brant, desde Julho, tinha ido ao Rio.

D. Pedro, desanimado com o procedimento fraco das tropas milicianas sulinas, e ante a grita que na Camara dos

Deputados se levantara contra o recrutamento, autorisara a missão do coronel Cotter para engajar soldados estrangeiros, olvidado de como as unidades brasileiras do centro (Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo) haviam sabido cumprir seu dever.

A lucta da Assembléa contra o Imperador e seu governo não cessara, sinão se exacerbara sem fim. A guerra movida ao marquez era simples capitulo dessa offensiva politica.

Vinham as cousas agora aggravar, pelo aspecto politico, as luctas no reino; e, como a preocupação de D. Pedro pelo throno da filha era manifesta, embora naturalissima, repercutia na Assembléa Geral, na qual o Imperador era accusado de sacrificar o Imperio aos interesses portuguezes.





## 6. O segundo casamento do Imperador

Outro ponto delicado era a posição pessoal de D. Pedro, com 28 anos apenas e uma vida sexual intensa e desabrida, com uma família de meninas e apenas um varão de menos de anno de idade. A marquezia de Santos não poderia ser uma solução. Um segundo casamento impunha-se. Ora, D. Pedro não era facil de aceitar como noivo. Casal-o exigia diplomata habilissimo, pois a fama corrente a seu respeito quasi impossibilitava a tarefa. O seu sogro, ou antes Metternich, não podia ver com bons olhos um acontecimento que ameaçava quiçá a herança imperial do Brasil, na descendencia da duqueza d. Leopoldina, caso dessas segunda nupcias, e em substituição ao pri-

meiro, nascesse e vingasse um príncipe varão.

E D. Pedro I não tinha muito a quem escolher. A bem dizer só um único diplomata brasileiro, por seu valor próprio, e pelo prestígio conquistado junto aos governos europeus, poderia encarregar-se de tal tarefa: o marquez de Barbacena.

No livro precioso em que descreve as relações entre D. Pedro I e a marquesa de Santos, conta-nos Alberto Rangel a genesis desse segundo casamento: o Imperador voltando succumbido do Sul; sem grandes mudanças em S. Christovão, mas vendo seus filhos sem carinhos maternos e, após alguns dias, conversando com o barão de Mareschal, encarregado de negocios da Austria, abordando o delicado assumpto, no qual o Austriaco, como representante tambem da familia da desventurada Imperatriz, tanto podia influir com seus conselhos. Pouco durou a hesitação, e o problema da presença de Domitilla logo achou solução logica,

que só podia ser uma: separarem-se os dous amantes. Já bastavam cinco annos de escandaloso contubernio. O proprio Imperador da Austria, em sua carta de pezames, suggeria ao viuvo um novo enlace, apontando como possivel a escolha de uma das princezas bavaras. Em todo caso, partiu de D. Pedro, e foi alegremente aceita por Mareschal, a idéa de incumbir ao proprio Francisco I de achar a nova noiva para o thalamo imperial. Erro do brasileiro, pois os filhos do primeiro leito poderiam vir a ser ameaçados pela prole do segurdo. Que não acudisse a lembrança ao Imperador americano, comprehende-se, dado seu genio generoso, impulsivo e extranho a calculos interesseiros. Não era de esperar o mesmo desprendimento em Vienna d'Austria.

O certo é que D. Pedro logo seguiu seu primeiro impulso e a 23 de Junho velejava para a Inglaterra no brigue de guerra Duqueza de Goyaz o Coronel Luiz dall'Hoste, commandante do 2.º batalhão de granadeiros, portador confidencial da

carta ao soberano austriaco, incumbindo-o dessa empreitada matrimonial. Levava todos os documentos precisos. Já anteriormente, D. Pedro havia accedido ás solicitações do sogro, dispensando D. Miguel, exilado em Vienna, de ir estabelecer-se no Rio, até que pudesse desposar sua sobrinha e rainha de Portugal d. Maria da Gloria. Tal obediencia e conformidade tinha elle manifestado ás ordens do irmão, quando da abdicação, que as suspeitas deste se dissiparam, e quiz proval-o attendendo ao pedido do governo austriaco.

Foi além, entretanto, e dias depois, a 6 de Julho de 1827, seguiu para Vienna o representante de S. M. F. no Rio, Carlos Mathias Pereira, com a missão de entregar ao infante o decreto real investindo-o da loco-tenencia do reino em nome de D. Pedro.

O Imperador, então, mandou que se expedissem instrucções a Barbacena, definindo-lhe a missão. Eram multiplices as incumbencias, e bem se evidenciava que

não pudessem ser confiadas a mãos inexper-  
tas, o que explica a carta branca, que  
lhe foi entregue.

Dizia, com effeito, o marquez de Que-  
luz que as redigira, a 18 de Agosto de  
1827: “E porque a escolha de V. Ex.  
cuja presença no exercito era da maior  
importancia nesta occassião, foi motivada  
tanto na confiança e estima que V. Ex.  
soube inspirar aos gabinetes d’Austria e  
Gran-Bretanha durante as difficeis nego-  
ciações de 1824 e 1825, como mui princi-  
palmente nas provas que V. Ex. tem dado  
de consummada dexteridade e ardente zelo  
em tudo que diz respeito ao serviço e pes-  
sôa de S. M. I. estou autorizado pelo  
mesmo augusto senhor para declarar a V.  
Ex. que, achando difficuldade na execução  
literal de qualquer dos artigos destas ins-  
trucções, poderá V. Ex. providenciar como  
entender, uma vez que preencha o grande  
fim de obter o transporte de sua majes-  
tade a imperatriz com a maior brevidade  
possivel. . .”

Teria de seguir para Londres, dirigir-se á legação austriaca para saber do ponto em que estavam as negociações para o casamento incumbidas ao marquez de Rezende e as da loco-tenencia commettidas a Carlos Mathias Pereira. Conforme as informações, iria a Vienna ou a Lisbôa, como julgasse melhor, comtanto que tivesse obtido a collaboração de S. M. Britanica para a politica portugueza de D. Pedro.

Teria de explicar em Londres que o Imperador contava illimitadamente com o governo britannico, quanto ao apoio prestado á carta, e ao governo que D. Pedro tinha nomeado para o Reino.

O marquez teria de fazer valer a ratificação do tratado de commercio anglo-brasileiro, de que era portador, e mostrar que o desejo do Imperio para estreitar suas relações diplomaticas com a Grã-Bretanha era tão grande que, mesmo quanto ao trafico de escravos, embora as negociações do Rio expuzessem o gabinete a graves criticas da Assembléa Legislativa, não fraquearia o governo.

Teria, ainda, de explicar os planos do segundo casamento do Imperador. Para a travessia a seguro do Atlantico, suggeriria, ou, si preciso e visse exito de deferimento, pediria que navios inglezes comboidassem aquelle em que a noiva viesse. Dava os detalhes para a execução dessa providencia.

Talvez o infante D. Miguel já tivesse viajado para o Rio, mas Brant poderia assegurar, nas duas Côrtes, que D. Pedro o faria regressar a Portugal, apenas com poucos dias de permanencia no Brasil.

Resolvida a questão do transporte da nova imperatriz, seguiria o marquez para Vienna, mas passando por Paris, onde faria ao governo da França a participação do casamento do Imperador; do primeiro ministro, de Villèle, procuraria obter que vasos de guerra francezes acompanhassem a esquadra em que viajaria a nova soberana.

Providenciava sobre funções de Rezende e de Barbacena junto á princeza, durante a viagem. Renovava a expressão

de sua segurança quanto á obediencia de D. Miguel e quanto á generosa cooperaçãe dos soberanos da Austria, da França e da Grã-Bretanha.

Disponha sobre recursos financeiros e sobre o pessoal da missãe.

Levava ainda o emissario todos os documentos e peças necessarias para agir, bem como credencial de embaixador e plenos poderes para tratar o casamento.

Ainda estava incumbido de tomar em Paris tres ou quatro funcionarios de fazenda, para iniciarem no Brasil os serviços de contabilidade.

Com esse viatico, iniciou Brant, a 19 de Agosto de 1827, sua viagem á Europa.

Aproveitou sua estada de 50 horas na Bahia, para pacificar a cidade, onde o fermento revolucionario, anti-monarchista, era intenso. Ao Imperador deu conta, em carta, da situaçãe da provincia e indicou as medidas precisas para o restabelecimento da paz.

A 20 de Outubro chegava a Falmouth, e logo recbia a terrivel noticia da morte



de Canning. Duplice ferida era esta: o amigo que perdia, o grande e forte ponto de apoio que desaparecia no trato com o gabinete de St. James. Não quiz perder um momento sequer, e na mesma tarde, ás 2 horas, seguiu para Londres.

O fallecimento do grande estadista inglez foi o inicio das difficuldades que o marquez logo encontrou.

O casamento bavaro logo mallogrou: era de se recear serem ellas estereis, além de que uma já era noiva, e a outra, de 15 annos apenas, estava apaixonada. Francisco I lembrou-se da outra sobrinha, filha do fallecido rei da Sardenha, mas ainda não havia chegado resposta. O infante estava a caminho de Londres, d'onde partiria para Lisbôa. O governo inglez, já seguro de que D. Pedro mantinha sua abdicacão e de que D. Miguel obedecia ao irmão, já se reconciliara com a orientacão deste e tencionava multiplicar as provas de deferencia ao loco-tenente. O marquez era obrigado a esperar a sua chegada. As noticias de Turim, da rainha viuva da

Sardenha, nada adiantavam, pois queria a rainha examinar a situação da nova imperatriz eventual em face da Constituição brasileira. A' espera da solução, e como D. Miguel demorasse em deixar Vienna, resolveu Barbacena seguir para Paris, onde chegou a 19 de Dezembro, horas antes da chegada do infante áquella cidade. Quer por dissimulação ou por ainda não estar sob o influxo de d. Carlota Joaquina e dos absolutistas, o facto é que o príncipe se manifestava inteiramente obediente ao irmão. "O seu credo politico reduz-se a cumprir as ordens de V. M. I. e a resignar-se a carregar a pesada cruz que V. M. lhe impóz, scilicet, governar Portugal em circumstancias tão difficeis", escrevia o marquez ao Imperador em 1.º de Janeiro de 1828. A 26 do mesmo mez. partiu para Londres, ficando em Paris o diplomata brasileiro, encantado com o príncipe, e transmittindo esta impressão a D. Pedro. Com de Villèle, acertou a ida dos technicos em contabilidade para o Rio.

A 6 de Janeiro partia o marquez para Vienna, ahi chegando a 21 e dous dias depois era apresentado a Francisco I, que lhe participou nada ter conseguido quanto a achar uma noiva para D. Pedro. A impressão do diplomata foi desagradabilissima. Tinha chegado de Turim a resposta esperada: fôra negativa, pois a princeza não se podia resolver a separar-se da mãe para sempre. Quiz o Imperador austriaco que esperassem resposta do rei de Wurtemberg; mas as probabilidades eram contrarias á acceptação. Já Barbacena estava desconfiado; pedia alguns dias, entretanto, para firmar juizo definitivo. A 13 de Fevereiro, as recusas já eram oito e, a pedido do marquez, o Imperador da Austria bem como Metternich suspenderam as diligencias, por verem que taes esforços offendiam a delicadeza de D. Pedro, e para esperarem novas informações do Brasil. Já agora, em cifra, e sem nada deixar perceber na côrte austriaca, enviava ao Rio o recado: "Suspeito haver trahição para que não tenha mais filhos. Não

dê o menor indício desta suspeita (acrescentava elle ao imperador), porque antes de oito dias hei de ter o desengano”.

Ora, a reputação de D. Pedro como marido era pessima, e não eram poucos os informantes que o detractavam. Marechal era um delles e podia medir seus pareceres, pela situação especial que occupava na Córte imperial.

As demais autoridades consulares rivalisavam com elle na triste pintura que faziam do Imperador como esposo. Nas cõrtes das princezas nubeis, falavam com horror do príncipe, e as tentativas matrimoniaes eram recebidas com horror e desespero, o que multiplicava as recusas.

A familia imperial não partilhava esses excessos pejorativos, mas não conseguia convencer as demais de que a par de irregularidades sentimentaes, tinha D. Pedro grandes qualidades. E, entretanto, essa era sua convicção sincera.

Além disso, Metternich dominava os Habsburgos, e receava que dum novo casamento nascesse um filho que viesse pre-

judicar os direitos do menino a que d. Leopoldina dera á luz, o futuro D. Pedro II; e o Chanceller não admittia a idéa de enfraquecer os titulos hereditarios da creança que, a adoecer e morrer, privaria da corôa a progenie da infeliz archiduezza austriaca.

Os ministros portuguezes não viam o novo enlace com bons olhos: si d. Maria da Gloria fallecesse, antes de ultimada a abdicção, seria provavel que D. Pedro nomeasse o novo filho varão e então D. Miguel ficaria posto de lado.

Barbacena, na intimidade de Metternich, procurava certificar-se do que havia, e ficou impressionadissimo com o que lhe ponderaram seus informantes. Fôra erro grave nembrir das negociações ao Imperador austriaco, dominado pelo Chanceller, e era urgente tirar os *pourparlers* das mãos deste. Além disso, tinha havido desuso na troca de idéas sobre o caso e se comprometeram o bom nome e a delicadeza do Imperador do Brasil.

Era preciso suspender todos esses passos mal dirigidos, e foi o que Barbacena fez, com plena annuência e approvação de Francisco I e do poderoso Principe Chancellor. A 14 de Fevereiro, deixava Vienna, pondo termo a todas as tentativas do segundo casamento até virem novas instrucções do Rio.

Dudley tinha succedido a Canning e, no mesmo rumo de pensar quanto a Brasil e Portugal, ideara um projecto de tratado para assegurar no reino peninsular a orientação que D. Pedro tinha traçado, assegurado pela garantia das potencias. Barbacena tinha manifestado seu accôrdo e Paris e Vienna concordavam com as medidas a tomar. D. Maria da Gloria ia em 1828 á Europa; a abdicção se completaria, ficando definitivamente separadas as duas corôas.

Um pacto da familia seria celebrado para regular a successão das duas linhas reinantes em Portugal e no Brasil, mas sempre separadas.

As partes contractantes obrigar-se-iam a sustentar reciprocamente seus direitos e leis fundamentaes, contra qualquer sublevação democratica.

Fallecendo o Principe Imperial, ou d. Maria da Gloria, sem successão, a corôa, em cada um dos Estados, passaria a tocar a quem coubesse na familia reinante, porque a reversão só teria logar na extincção de qualquer dos ramos.

Celebrar-se-ia um tratado de commercio, com reciprocas vantagens.

Ainda procurou Barbacena, em Paris, melhorar as relações com Hespanha.

Ao voltar de Vienna, passou por Paris a 23 de Fevereiro e seguiu para Londres, onde chegou a 3 de Março. A 20 seguiu para Falmouth e a 26 velejava para o Rio, à vista dos successos referentes ao novo casamento imperial.

Antes de embarcar, recebia do ministro Itabayana a assustadora noticia do boato que corria da traição do infante D. Miguel, logo ao chegar em Lisboa. Si o mallogro da missão matrimonial exigia

conferências e receber instrucções novas do imperial noivo, mais urgente se tornava a ida ao Rio para se estudar o accôrdo com as côrtes europeás em um tratado sobre a politica portugueza, garantida por ellas, recrudescia a necessidade, si se verificasse a traição do infante, da qual ainda era possível que a noticia fosse falsa.

Em 16 de Maio de 1828, o marquez chegava ao Rio de Janeiro. Já em 24 de Junho, estava preparando a volta. O Imperador deliberara enviar d. Maria da Gloria a educar-se em Vienna d'Austria, junto ao avô e Barbacena iria acompanhá-la como tutor subrogado.

Os acontecimentos de Lisboa, embora chocassem a Wellington, ainda não o levavam a considerar o infante como usurpador, agindo, como agira, em nome de D. Pedro. Mas em 23 e 25 começaram a inquinar de illegal o reinado do primogênito, e a 27 o excluíram do throno. A 1.º de Julho proclamaram a D. Miguel e a 7 de Julho foi deferido o juramento do costume.



Com as delongas na viagem, nada se sabia, e boatos, apenas, corriam, de sorte que quando, no Rio, ficou deliberado que d. Maria da Gloria partisse para Vienna, sob a guarda de Barbacena, inquietações sómente, e nada de definitivo, povoavam as mentes dos interessados na côrte regulada por D. Pedro.

Mais necessario ainda se tornava apurar esses pontos, quanto D. Pedro I, impulsivo e generoso, tinha feito o que Barbacena lhe havia desaconselhado, tinha completado a abdicção, fiado nas cartas da Europa, de Francisco I e do marquez, e a 3 de Março de 1828 ordenava que a regencia de Portugal se exercesse em nome da rainha menina.

Ao mesmo tempo, as instrucções ao diplomata, na incerteza da situação, não podiam ser rigidas nem precisas. Ao velejar a esquadra que levava d. Maria da Gloria, a 5 de Julho de 1828, só lhe podia recommendar o Imperador medidas de experiencia e de cautela. O destino era Vienna, para educar-se debaixo das vistas

do avô. Finda essa commissão, proseguirra elle na busca de uma noiva.

“Os acontecimentos que têm occorrido em Portugal, desde a chegada do infante D. Miguel, têm bem naturalmente surprehendido e affligido sua majestade, e lhe tem causado justos receios sobre o futuro bem estar da sua augusta filha, e socego do seu paiz, pelo qual sua majestade sempre terá vivo interesse, apesar que as disposições manifestadas da maneira mais franca e menos equívoca pelas cõrtes de Vienna e Londres de suas intenções em favor da manutenção dos direitos da rainha, têm dado a sua majestade a bem fundada esperanza de ver falhar qualquer empreza culpavel que se tente fazer a semelhante respeito”.

E, receoso, não queria amarrar as mãos do diplomata e lhe diz: “Sua Majestade vendo que a distancia e a incerteza, tanto sobre o progresso das negociações em Portugal, como sobre a situação geral na Europa, necessariamente influirão nas medidas que se devem tomar, não dá a

V. Ex. instrucções detalhadas, e circumscriptas, que poderiam não combinar com as circumstancias do momento, mas confia inteiramente no zelo e talento de V. Ex. e no amor que V. Ex. consagra á sua imperial pessoa”.

Com tal carta branca, a Imperatriz e a D. Francisca, a 2 de Setembro de 1828, findavam em Gibraltar, a caminho de Genova, conforme rezavam as instrucções do marquez de Aracaty, em 27 de Junho desse anno.

No namorado theorico que era D. Pedro, a questão da noiva era preponderante. Para ella, dava a Barbacena todos os poderes: por isso vos incluo tres assignaturas em branco, e ponho á vossa disposiçãõ a minha legitima”.

Mas noticias urgentes e graves, enviadas por portador, vieram sear a rebate, annunciando para a pobrezinha da rainha tão desvalida os maiores perigos.

O visconde de Itabayana e o marquez de Rezende, por expresso especial e de inteira confiança, participavam os aconte-

cimentos de Lisboa, a revolta da Madeira e dos Açores, em favor da legalidade. Aconselhavam: fosse á Madeira, voltasse ao Rio. A não ser assim, seria para D. Pedro I a perda da tutela da ilha, a ultima arma que lhe restava para disputar a corôa ao infante, e o meio da rainha não ficar captiva, como se fizera com o filho de Bonaparte, com o fito de casar com o usurpador, ou simplesmente para renunciar a seus direitos e receber uma pensão vitalicia.

De Londres e de Vienna devia desconfiar, diziam elles, pois esse é o plano desses dous gabinetes.

Ao receber estas novas, a ansiedade do marquez foi intensa. Todo o elemento constitucional do reino o desejava, mas tinha inconvenientes: embora de Vienna, principalmente, vinham as medidas occultas para restabelecer o absolutismo em Portugal, não existiam provas publicas, e deixar de ir a Vienna, claro mostrava donde partiam os obstaculos. Ir á Madeira era ficar á mercê de uma expedição que conquistasse a ilha.

Resolveu o marquez ir a Londres, e ao Imperador explicou os motivos.

A Austria, Metternich, portanto, era o principal motor dos planos de usurpação: si d. Maria da Gloria fosse para Vienna, realisariam seus adversarios a ultima e unica coisa que lhes faltava: possuir a rainha. Em epoca propria a forçariam a abdicar em favor de D. Miguel; e então ou casaria com elle, ou, caso casasse, como se dizia, com uma princeza bavara, ella receberia uma pensão vitalicia.

Éra obvio que não deveria ir para a Austria, ante os receios alimentados pelo marquez de Rezende e por Itabayana, mas, como Vienna retirara seu ministro de Lisboa, não se podia accusal-a ostensiva e publicamente.

Para evitar compromissos, cumpria salvar as apparencias. Sendo indifferente ir á Austria atravessando a Italia, ou passando pela Inglaterra e pela França, melhor seria tomar este ultimo caminho, percorrendo os Estados de soberanos que, por tratados e por honra, estavam compromet-

tidos a garantir S. M. Fidelissima. Por isso, o marquez estava resolvido a fazer a viagem por Londres. O governo britânico se veria forçado a tomar posição. Si, nesse itinerario, o gabinete inglez fizesse qualquer **démarche**, deveria a Austria romper a mascara, caso ella a tivesse. Si houvesse um accôrdo com a Inglaterra, e a França e Austria adherissem a elle, a viagem a Vienna poderia realizar-se tranquillamente. No caso contrario, a rainha ficaria a salvo na Grã-Bretanha.

Tinha o Reino-Unido enviado ao Rio lord Strangford, precisamente sobre esses negocios portuguezes e talvez não quizesse resolver sem ter resposta previa do Rio, mas, por isso mesmo, podia D. Pedro dar respostas dilatorias, pretextando nada poder dizer sem saber o que, nessa phase nova dos negocios do Reino peninsular, alli tinha acontecido.

Madeira só podia ser occupada pela rainha, tendo forças da Inglaterra e da França para manter a ilha e isso só por meio duma convenção com esses paizes.

A não ser assim, haveria risco que se não deveria correr. Sem estas medidas, ou orders expressas de S. M. Imperial, acompanhadas de uma esquadra de apoio, o marquez comparava o perigo a correr ao dos desembarques dos Stuarts na Escócia.

Na carta ao Imperador, diz esperar chegar em Londres para saber, ouro e fio, tudo quanto se tinha passado quanto a Portugal, e quanto aos casamentos. O desejo da desiorra vê-se quando diz: “emquanto a Austria me suppuzer inteiramente absorvido com os negocios de Portugal e cuidando de fazer viagem para Vienna, ajustarei o casamento de V. M. com alguma das princezas, que não estão debaixo da tutela da Austria, e sem l'he dar tempo para intrigas.”

O homem que agia com essa energia e essa clarividencia tinha 58 annos, era um doente, tendo passado por crises graves em Londres e na guerra da Cisplatina.

Essas mesmas soluções tomou e communicou para o Rio nos dias em que os

ventos contrarios o forçaram a permanecer em Gibraltar. Assim mantinha elle informado o marquez de Aracaty, no Rio, o visconde de Itabayana, em Londres.

O grande receio de Barbacena era que D. Pedro cedesse ás instancias de lord Strangford em sua missão ao Rio; ainda sobre isso lhe escreveu de Gibraltar; sobre Mareschal, tambem nutria desconfianças, e punha Aracaty de sobreaviso.

Afinal, amainaram os ventos e, a 8 de Setembro, largava para Inglaterra, entrando a 24 em Falmouth.

Estava a Gra Bretanha em phase critica de sua politica exterior.

Em vespuras do Congresso de Verona, suicidando-se Castlereagh, Canning havia assumido a direcção do governo, e havia dirigido para a esquerda a orientação publica. Desde 1822, um largo sopro liberal animara o Reino-Unido em suas relações internacionaes. Um refluxo dessa maré começara com a morte do grande inglez, em 1827.



O duque de Wellington, assim como os ministerios que dirigiu, era essencialmente high-tory, violento, pyrrhónico e cabeçudo.

Seu oraculo era Metternich. A longa lucta contra a Revolução Franceza e seu consectario, Napoleão, havia-lhe falseado os pontos de vista: liberaes, constituições, eram palayras que a seus ouvidos soavam como blasphemias, a que contrapunham legitimismo, direito divino, absolutismo.

Os actos de D. Pedro, abdicando em sua filha, mas dando ao Reino uma carta constitucional, eram tão insupportaveis a elle quanto ao Chanceller austriaco. Elle não instigaria a usurpação, mas veria com bons olhos uma combinação politica que restaurasse o primitivo absolutismo, de sorte que uma ascenção ao throno de D. Miguel, desposando d. Maria da Gloria e revigorando as antigas leis, lhe sorria certamente.

Emquanto vivo, Canning não o permittiria. Mas logo que falleceu, com D. Miguel em Vienna e doutrinado por Met-

ternich, logo teve factores de exito a tentativa de modificar o status de Portugal.

Essa foi a rota seguida pela Austria, tanto nos conselhos dados para conseguir de D. Miguel sua docilidade ao irmão e suas ordens, como nos pedidos feitos a D. Pedro para restaurar seu mano exilado á sua primitiva situação de destaque e de influencia. Mareschal, optimo diplomata e respeitado pelo Imperador do Brasil, agiu habilmente nesse rumo, e venceu a campanha sobre o Imperador, que não desconfiava das manhas de D. Miguel, atraz de quem estava d. Carlota Joaquina. Logo que a pequena rainha portugueza seguiu para a Europa com Barbacena, rumo de Vienna, partiu para o Rio, a conciliar os interesses dos dous ramos da casa de Bragança, como se dizia, o emissario lord Strangford. Elle ia reunir-se a Mareschal, ambos a serviço da politica absolutista chefiada pela Austria, a quem convinha um Portugal de direito divino, ligado a uma Hespanha do mesmo credo, todos

sob o predomínio do pensamento reaccionario encarnado no Chanceller de Francisco I.

Neste, como em Wellington, não entrava a idéa de usurpação; mas, postas a rolar as pedras ao longo desse resvaladeiro politico, quem as deteria na tenue barreira de uma loco-tenencia e de uma fraca creança coroada, quando as forças a agirem eram as velhas tradições legaes do Reino e os rancores nacionaes, e os braços a moverem esses elementos eram os da Imperatriz-Rainha d. Carlota Joaquina? E era por isso que Barbacena, que conhecia os factores em jogo, com tanta ansiedade avisava D. Pedro I.

Para que o programma se realisasse ponto por ponto, bastava que d. Maria da Gloria ficasse em poder da Austria.

A ida a Londres, pelo imprevisto da solução, burlava toda a trama. Na Inglaterra, a menina estava livre; não era mais possivel contar com sua passividade. Havia dous elementos novos que se não confundiam com Wellington e o seu gabi-

nete: a opinião publica e a familia reinante. E ambos se achavam firmemente ao lado da rainha desthronada.

Isso verificou-se logo ao chegar a Falmouth. O Marquez, por meio de officio ao visconde de Itabayana, havia, desde Gibraltar, avisado ao governo real, e este logo havia resolvido recebê-la oficialmente como antiga amiga e alliada da Inglaterra. Wellington, avisado por carta de Falmouth, de 24 de Setembro, bem como Aberdeen, responderam a 26. Vêem-se as contrariedades nas respostas, atravez as amabilidades protocollares dos textos: Aberdeen alludia ao proseguimento da viagem a Vienna: o Iron Duke lamentava que o aviso da viagem a Londres não tivesse vindo do Rio, isto é: era a propria mudança do itinerario que era objecto de nota.

E esse foi o esforço da permanencia de quasi II mezes de d. Maria da Gloria na Grã-Bretanha; a familia reinante, com o rei George IV á frente, o primeiro gentleman da Europa, a esmerar-se de galan-

teria e cuidados com a pobrezinha, trahida e perseguida por aquelles proprios que lhe eram protectores naturaes; o gabinete a multiplicar obices e provas de que se arrependia dos compromissos assumidos pela Nação, quando vivo Canning.

Não houve prova que não desse George IV com a família Real da absoluta solidariedade que mantinha com o que havia sido feito por Canning, D. Pedro e o Governo legal de Portugal. Mas tudo foi feito por Wellington e Aberdeen para voltarem atraz. D. Miguel era, por todo inglez, tido por verdadeiro monstro e o proprio gabinete o tinha por tal; seus esforços visavam a Carta, que queriam abolir, assim como Metternich. Acompanharam-no, na usurpação, sem fazerem sua a causa miguelista, afim de verem si conseguiam fundir os dous pontos de vista, o absolutista (que era o delles quanto á forma de Governo) e o constitucional que a Inglaterra tinha solememente reconhecido, a começar pela rainha, que o

Reino-Unido sempre reconheceu e tratou como tal.

Quanto mais D. Pedro refugava a D. Miguel, ao absolutismo, a Mareschal e á Austria, a Strangford e aos **high-tories**, mais se enfurecia o gabinete de St. James e causava agruras e difficuldades á pèquena princeza exilada, á sua còrte e seus partidarios. Não cabe aqui desenvolver esse capitulo da historia portugueza, ao qual Barbacena prestou serviços relevantes por delegação de D. Pedro, pae e tutor da rainha.

Para sustentar seus correligionarios, os emigrados portuguezes que se mantinham nos Açores, largas sommas eram precisas e para isso d. Maria e o conselho da regencia, tendo interrompido as relações com os usurpadores, se valiam do dinheiro que, pela convenção financeira de 1825, se achava em poder do Brasil. Mas quando acabou tal fonte de recurso e começaram as angustias financeiras, o gabinete de Wellington redobrou de má vontade.

Os momentos passados por Barbacena nesse periodo são dos mais dignos e dos mais duros de sua vida e foram soffridos por dedicação a D. Pedro, que tão mal os reconhecia.

A Austria e a politica de Metternich, com o lance da ida a Londres, haviam ficado desarvoradas.

Francisco I havia mandado suas carnuagens a Genova receber a neta. Com a inesperada mudança para um paiz onde a rainha estava fóra do alcance do partido absolutista, ficava o Chanceller obrigado a usar argumentos e não podia empregar a força. De sorte que, mandando o corde de Lebzeltern a Londres com os meios de transporte para vehicular a rainha de Portugal a Vienna, teve o desgosto de assistir ao mallogro da missão, ante a recusa de Barbacena, que allegava precisar de novas instrucções do Rio, e a abstenção do rei da Inglaterra que expunha ser o menos competente para falar em viagem á Austria, pois a rainha era sua hospede.

A 10 de Novembro Lebzeltern regressara ao continente.

Em realidade, o procedimento indigno de D. Miguel havia levantado em favor de d. Maria verdadeira cruzada protectora, na qual toda a Familia Real tomava parte, bem como a população de Londres. Wel-  
lington e seu ministerio se sentiam fracos e impotentes ante essa affirmação de opi-  
nião; vingavam-se cahindo sobre emigra-  
dos, sobre Barbacena, sobre a rainha. De  
uma feita, Rothschild quasi promove a  
fallencia do Brasil afim de enéraquecer a  
causa régia, a pretexto de demora no paga-  
mento dos juros da divida do Imperio.

Taes eram as difficuldades, que Bar-  
bacena advogava estrenuamente a volta  
ao Brasil, a partir de Novembro de 1828.  
Finalmente, poudo o marquez, na ansie-  
dade mortal em que vivia ante as graves  
responsabilidades em que incorrera pela  
ida de d. Maria da Gloria á Inglaterra,  
descançar inteiramente pela approvação e  
pelo louvor de D. Pedro. O conselheiro  
Francisco Gomes da Silva enviou-lhe na  
correspondencia uma carta particular, de  
commovido agradecimento.



Ao sogro, dissimulava as queixas que tinha, explicava todos os seus passos. Apesar da tristeza que tinha em não poder mandar a princezinha para junto do avô em Vienna, annunciava que as fundas alterações das occorrencias em Portugal impunham a volta de d. Maria da Gloria ao Brasil.

Mas, até que esta se pudesse realisar, innumerous foram os obstaculos a vencer. As cartas que não chegavam a tempo, ou que vinham irregularmente, tornando contradictorias as instrucções e as ordens. Os emigrados portuguezes, alvo da perseguição do gabinete inglez. O gabinete de Wellington, renitente e agindo de accôrdo com Metternich, a esperar novas resoluções de D. Pedro I, motivadas pelas ponderações conjunctas de Mareschal e de lord Strangford no Rio. Felizmente, mangrou todo o esforço miguelista, e apenas difficuldades em conciliar as ordens recebidas, assim como fundas complicações monetarias creavam os obices quanto á partida.

Mas, no Rio, dous inimigos de Barbacena haviam calumniado a este, verdadeiro martyr de sua dedicação a D. Pedro e á rainha de Portugal, e, á ultima hora, abusando do pendor do Imperador, aos cochichos, conseguiram que se remetesse para Europa um outro emissario, que iria substituir o marquez. A' ultima hora, os poderes dados por D. Pedro não se tornaram operantes, pois previam apenas um caso que se não verificou. Mas, mesmo á ultima hora, ao modelar procurador do tutor de d. Maria não foram poupadas as agruras da ingratição.

Comtudo, a missão deste era duplice. Barbacena evitava falar na segunda, com receio das complicações creadas por Metternich, mas a questão do novo casamento era tão grave quanto a sorte da rainha de Portugal. Ora, toda a politica austriaca, batida na questão miguelista, vinha-se sobre o marquez, a quem destrava, e sobre o malfadado noivo desse difficillimo enlace novo, que o chanceller combatia onde quer que tivesse influxo, e era a Europa quasi toda.

O brasileiro, porém, ia trabalhando pela calada, examinando as candidaturas possíveis, destrinchando as que eram meras artimanhas provocadas por Metternich e destinadas a fracassar para maior desprestígio do allegado barba-azul do Brasil.

A grande difficuldade residia em achar uma noiva que não obedecesse aos acenos e ás intrigas politicas do Chancel-ler austriaco. Acontecia que uma outra familia, que os factos haviam elevado ao throno, os Bonaparte, partilhava essa oge-riza. Napoleão havia por demais feito tremer a todos os thronos europeus, para que, nos seus parentes e affins, se não procurassem vingar de todas as trepuras e vexames experimentados. Essa era a situação da familia de Eugenio de Beauharnais, grão-duque de Leuchtemberg.

Casara com uma irmã do rei da Baviera, tornando-se cunhado da Imperatriz da Austria. Mas tanto a grã-duqueza-viuva como o soberano bavaro estavam em maus termos com o Chanceller.

Lembrou-se dessa indisposição o visconde de Pedra Branca, ministro em Paris, e suggeriu a Barbacena, como futura imperatriz, a Princesa Amelia de Leuchtemberg.

E' preciso reter os papeis confidenciaes do tempo, para avaliar os ardis, as precauções postas em pratica para, dessa tenue base, chegar ao tratado matrimonial de Cantuaria, de 30 de Maio de 1829, que se concretizou no casamento solemne de 2 de Agosto do mesmo anno, em Munich. Barbacena representava o Imperador do Brasil, e para poder tudo realizar nos estreitos prazos que lhe restavam, teve em cinco dias de fazer as 330 leguas que o separavam de Londres.

Mas, de facto, Metternich e sua politica, incluindo nos seus associados os *high-tories* inglezes, souberam do casamento, quando feito e não mais susceptivel de mallogro provocado por Vienna. Tanto D. Pedro I como o marquez estavam vingados.

Na manhã de 27 de Agosto de 1829, estavam reunidas a bordo da fragata brasileira, a Imperatriz, em Portsmouth, tanto a rainha de Portugal, salva por Barbacena, como a segunda soberana do Brasil, que elle, por procuração, havia desposado em Munich.

A 30, partiram para o Brasil. Um vento de victoria entunava as velas. A duplice missão cumprida, quanto á legitimidade do throno portuguez, e quanto ao segundo enlace do Imperador, aureolava o cumprimento dos esforços de Barbacena. Mas, augurio ainda mais alto e promissor, a monarchia liberal, organisaçaõ por aquelle que fôra D. Pedro IV de Portugal, ia a caminho do triumpho, pois já havia chegado á Inglaterra a noticia da grande victoria do conde de Villa Flor sobre os miguelistas na ilha Terceira, nos Açores.

## 7. O vidente

Quando, a 16 de Outubro de 1829, chegou a fragata á Guanabara com a Imperatriz e a rainha de Portugal a bordo, e poudo D. Pedro avaliar os inegualaveis serviços de seu embaixador, procurou galardear-os e fazer esquecer a ingratição da enviatura do marquez de Palma para o substituir. Grã-Cruz effectivo da ordem da Rosa, que acabava de crear; mordomomór de S. M. a Imperatriz; nomeação da sua filha, a futura viscondessa de Santo Amaro, dama do paço; seu filho Felisberto elevado a visconde de Barbacena com grandeza; seu filho Pedro, mais tarde conde de Iguassú, feito camarista, foram actos de agradecimento que se succederam em prazo curto. O mais eloquente era o alvará de 2 de Dezembro, que salien-

tava os grandes feitos do marquez, e que foi referenciado pelo tenaz inimigo de Barbacena, José Clemente Pereira. No paço, tanto o Imperador como d. Amelia multiplicavam as entusiasticas provas de reconhecimento pela habiliçade com que tinha solvido os intrincados problemas que se lhe tinham deparado. Sua posição, realmente, era sem par nesse momento, e nenhum homem publico no Imperio podia apresentar folha egual de serviços prestados.

Era de gravidade inqualificavel a posição do governo nas relações entre as Camaras e o Imperador.

Os ministros revelavam-se abaixo da critica. Na Camara dos Deputados, começava a dominar na opinião publica um pugillo de politicos do mais alto valor, conscios do prestigio da Assembléa, decididos a se revelarem um Poder de Estado, nem sempre medidos em suas censuras. Nos ultimos tempos, o Imperador, das janelas do Paço da Cidade, proximo á Camara, endereçava remoques aos parlamentares que mais se salientavam em sua

oposição. A opinião era francamente contrária a D. Pedro: de 53 jornaes, que tantos eram os que em 1830 se publicavam no Brasil, onze apenas lhe seriam favoráveis.

Ao encerrar-se a sessão, que era a ultima da 1.<sup>a</sup> Legislatura, a 3 de Setembro de 1829, consistira a Fala do Throno nessas poucas palavras: "Está fechada a sessão", que bem revelam o ambiente e a natureza das relações entre Legislativo e Executivo.

A desconfiança de que o Imperador era portuguez mais do que brasileiro era geral. Alimentavam-n'a as preocupações da usurpação miguelista, os receios de que o Brasil fosse arrastado nas difficuldades da lucta pela Carta Constitucional portugueza, que o paiz soffresse pelos auxilios aos partidarios de d. Maria. Além disso, a conducta politica do chefe de Estado nada tinha de constitucional; agia segundo linhas de puro absolutismo. O regime parlamentar tinha de ser creado, e



era a tarefa que a Camara se tinha imposto. O Imperador não a comprehendia.

José Bonifacio, já de volta do desterro, havia perdoado a D. Pedro I e, desprendido de tudo, se limitava a dar-lhe conselhos patrióticos e desinteressados: substituisse, por brasileiros natos, seus conselheiros portuguezes, afim de desanuviar a atmospherá politica, como era mistér. Assim pensava tambem o marquez, que era quem José Bonifacio aconselhava tomasse conta do governo, mas que reluctava acceitar o posto.

O exilio fôra escola para os Andradas. Para Barbacena, a lição da Grã-Bretanha exercera egual ensino. E todos viam que o governo parlamentar ainda não tinha sido instituido e que o paiz se achava á mercê de tumultos e de paixões que destruiriam a unidade nacional e cujas consequencias ninguem podia prever. Quinze dias recusou ser governo. Não poude persistir entretanto. Delle dependia, de facto, salvar o Brasil unindo-se, como governo, á Camara dos Deputados, como

disse na Camara a Paula Sousa, em 27 de Julho de 1830: "a idéa lisonjeira de affirmar o systema constitucional, e de salvar a minha patria, unindo-me a esta Camara, é que me fez acceitar tão pesado encargo".

Assim formou-se o ministerio de 4 de Dezembro de 1830, que o Chalaça, chaco-teando, chamava o ministerio de cinco crioulos e ao qual vaticinava que não duraria cinco mezes.

Brant era sua figura primacial, na pasta da Fazenda, e eram seus companheiros o visconde de Alcantara, na Justiça, Paranaguá na Marinha, Caravellas no Imperio, Miguel Calmon nos Extran-geiros e o conde de Rio Pardo na Guerra.

Quando por acto de deslealdade e para servir ás intrigas de seus adversarios, o Imperador demittiu, a 30 de Setembro de 1830, esse amigo sem par, quiz o marquez ainda lhe prestar um serviço de brasileiro e, a 15 de Dezembro, antes de se retirar para sua fazenda, lhe escreveu uma carta, na qual ainda lhe abria os olhos. Nella vem descripta a posição do Imperio

e de seus governantes nesse fim de 1829 e principio do anno seguinte:

“Eu sabia por uma triste experiencia que V. M. possuindo em supremo grau as virtudes da franqueza e beneficencia, uma e outra exercitava com a generalidade de seus subditos; sendo a unica inconcebivel e constante excepção os ministros de Estado, para os quaes poucos dias depois da nomeação V. M. só mostrava desconfiança, reserva e ás vezes atroz perseguição”.

“Era, portanto, a minha repugnancia e proposito decididos contra a acceitação de taes empregos”.

“A minha coragem, a minha resolução e proposito, tudo cedeu ás palavras e lagrimas de V. M. apresentando o quadro do throno em perigo e tendo em roda de si uma familia innocente e quasi divina”.

“Igual repugnancia sentiam os marquezes de Paranaguá e de Caravellas, o conde do Rio-Pardo, visconde de Alcantara e Miguel Calmon; repugnancia filha em uns da propria experiencia, em outros

da longa residencia e conhecimento da côrte”.

“Entretanto, sendo chamados por V. M. I., e estando convencidos de que a proclamação do absolutismo pelas Columnas (o club absolutista de Pernambuco) envolveria o Imperio em guerra civil, pon-do em risco sua integridade e fórma de Governo, cederam todos: com a condição, porém, de abandonar V. M. I. o systema de contrapeso, e divisão, para seguir um de unidade e constitucionalismo”.

“O systema em que assentamos tinha por base invariavel: ministerio homogeneo e solidario; ganhar a maioria da Camara dos Deputados, para salvar a Nação de uma bancarrota, fazendo para esse fim todos os sacrificios e concessões que não offendessem as prerogativas da Corôa e a dignidade imperial; prorogar, adiar e convocar as Camaras até que se obtivessem as medidas desejadas, recorrendo-se á dissolução no caso unico de se declarar a Camara electiva manifestamente hostile ao

Governo, e de tal maneira que a dissolução mercesse a aprovação da Nação”.

“Não houve a menor differença de opinião entre os membros escolhidos para o novo ministerio, porque supposto o marquez de Caravellas sustentasse o principio que em nenhum caso se deveria dissolver a Camara dos Deputados, porque a Nação sempre tomaria o seu partido, conveiu afinal que circumstancias se podiam dar, em que a dissolução se tornasse inevitavel, e o ministerio pudesse tambem conseguir o apoio da Nação fazendo justiça imparcial, removendo immediatamente dos empregos as pessoas indigitadas como partidistas do absolutismo, e, sobretudo, sustentando nas Camaras principios constitucionaes e fazendo propostas de tão reconhecida utilidade que a Camara fosse obrigada a approval-as ou perder a confiança publica”.

“Finalmente foi admittido por todos que, supposto houvesse alguns deputados, de cujo character era licito desconfiar, comtudo a maioria queria indubitavelmente o

bem da Patria, e a monarchia constitucional, e, portanto, que essa maioria, mais dia menos dia, seria em favor do ministerio, seguindo este á risca o systema proposto, e tudo se conseguiria começando V. M. I. mesmo por ter confiança nos ministros, fechando os ouvidos a intrigantes e desempenhando no rigor da palavra as funções de Imperador constitucional”.

“Vossa Majestade tudo isto prometteu, e quiz dar por escripto a sua promessa, mas os ministros recusaram-n’o, contentando se com a Palavra Imperial”.

Pela primeira vez, um ministerio se formara com um programma definido, e parlamentarismo constitucional. Ante um Executivo invasor, a barreira da Constituição. Era a salvação do throno de D. Pedro I, cujo absolutismo, ingenuo de tão inconsciente, o ia levando ao divorcio com o Imperio que havia libertado.

Esse programma ia serenando o ambiente. Não que a Camara perdesse para com o Imperador a funda e irremovivel desconfiança que a saturava. Mas era

uma tolerancia reciproca que se estabelecia; era a collaboração cortez com homens do valor de Evaristo da Veiga, de Bernardo de Vasconcellos, Feijó, Araujo Lima, Hollanda Cavalcanti, Limpo de Abreu, os Andradas, Paula Sousa, Honório Hermeto e tantos outros; ante um Executivo facil em tomar iniciativas das Camaras, um Parlamento sereno, vigilante e competente; o systema de poderes equilibrados imaginado pelo Estatuto de 25 de Março de 1824.

Claro que dessas relações, em que a tensão desaparecia, resultava um serenar de ambiente em que o ministerio auxiliava. Aos ouvidos doentamente susceptiveis de D. Pedro chegavam facilmente os cochichos de intrigante. Não mais elle, mas Barbacena dominava e reinava no Brasil. Subalternidade que seu genio impulsivo e intolerante não supportaria. E não faltavam elementos de sizania... Aracaty, Lages, José Clemente e outros.

Breve, notou o marquez que, junto ao monarcha, agia e preponderava uma jun-

ta, a constituir um verdadeiro **Kitchen-cabinet**, occulto mas intimo, que se sobrepunha ao ministerio ostensivo. O mais poderoso desses conselheiros occultos era o celebre Chalaça, o Cons.<sup>o</sup> Francisco Gomes da Silva, homem que se deveria estudar de perto e não através das diatribes, ou dos dithyrambos, inspirados pela subserviencia ou pela dedicação sem limites nem critica. Valia certamente mais do que a fama pejorativa que lhe crearam.

De Barbacena era amigo e só se afastou, sem o revelar nem dar provas publicas de agastamento, quando se quiz valer de suas intimidades absolutas em S. Christovão para se sobrepôr ao ministro.

Logo que isto se verificou, tratou Barbacena de afastar esse elemento de lucta contra o Parlamento, por favorecer o absolutismo do Imperador. Com algum esforço, é certo, foi obtido o despacho do Chalaça e de Rocha Pinto para commissões na Europa, para onde partiram a 25 de Abril; elles as accetaram apparentemente jubilosos, mas dellas se serviram



para conspirar contra o ministro ao qual continuavam a escrever e fingir confiança e amizade.

Pensava o marquez ter assim conseguido paz para trabalhar. Era esquecer as innumeradas perfídias de que está cercado todo homem publico. Era ainda olvidar o trabalho intenso de sapa que, da Europa, os desterrados moviam incessantemente junto a D. Pedro contra o ministro que os tinha tirado do Rio.

Este, na administração, pouco podia fazer. Inda assim, poudo tornar normaes as relações com o Parlamento, cessando as grosseiras hostilidades reinantes; os funcionarios que se haviam notabilisado por seus processos absolutistas foram substituidos por outros, sem compromissos dessa natureza: mandou dissolver as sociedades das Columnas, em Pernambuco, e suas filiaes no Ceará, processando-se seus membros por attentatorios contra as instituições nacionaes; o capitão de milicias Pinto Madeira, commandante militar em Jardim e Crato, no Ceará, fortemente

accusado por seus abusos partidarios, foi destituido. Reduziu a força de terra e a de mar, pois a guerra do Sul estava finda e a paz assignada, com o que largas economias se conseguiram. As tropas estrangeiras que ainda havia no Rio Grande do Sul foram dissolvidas.

Ordem, moderação, justiça e tolerancia passaram a ser a senha do Governo, que timbrava em se mostrar representativo e constitucional, fugindo a tudo quanto pudesse parecer absolutismo.

Obvia a pacificação que se notava nos espiritos; normalisava-se a atmospheria politica e afrouxava, na Assembléa, a virulencia da opposição; o elemento ponderado da forte critica liberal procurou, collaborando, approximar-se do Governo.

Os adversarios e inimigos de Barbacena, mal intencionados, aproveitavam as mudanças, que redundavam em augmento de prestigio do estadista, para o intrigarem com o Imperador, apontando ao marquez como dono do Brasil, unico cuja vontade era acatada e preponderava na

vida publica. E infelizmente a isso se prestava o genio descordado e impetuoso do imperante, que adorava cochichos e intrigas e por elles, não raro, pautava sua vida. Por vezes dominava-se, mas nem sempre lograva vencer-se. Era uma perpetua lucta para o marquez mover-se entre tantos escolhos.

Inda assim, por numerosas occasiões, tomavam a deanteira seus sentimentos mais nobres. A 9 de Março de 1830, por exemplo, nomeou Barbacena conselheiro de Estado, na vaga do visconde de São Leopoldo. Mas o prestigio crescente cercava-o dos melhores elementos da politica e disso se valiam intrigantes para o apontarem como dominador do paiz, de que elle se apossaria como chefe do partido republicano, que escriptores insuspeitos, Justiniano José da Rocha, por exemplo, descreviam tão poderoso em seu folheto **Acção, Reacção e Transacção**.

A opinião dominante era resumida pelo **Jornal do Commercio** de 22 de Maio, dando conta do relatorio do marquez:

“Não se fala nesta capital sinão no relatório apresentado ás camaras pelo excellentissimo marquez de Barbacena; a sua franqueza, constitucionalidade e clareza de idéas, têm monopolizado todas as attenções, e estão acima de todos os elogios”.

Era nessa atmospheria de apaziguamento que os dias corriam, quando veio dar novo impulso a essa onda de cordialidade a convocação da sessão legislativa extraordinaria de Setembro de 1830, na qual os deputados viram um penhor dos intuitos constitueionaes do Governo.

Foi quando estalou o raio: as intrigas da camarilha dos adversarios do marquez somniavam-se ás calumnias do Conselheiro Gomes da Silva para desfecharem o golpe contra o benemerito mineiro.

Na *Gazeta Official*, com a data de 30 de Setembro, sahia publicado o seguinte decreto, referendado pelo visconde de Alcantara:

“Convindo liquidar-se quanto antes a divida de Portugal contrahida pelo tratado de 29 de Agosto de 1825; e sendo necessario, para esse fim, tomarem-se primeiramente as contas da caixa de Londres, examinando-se as grandes despesas feitas pelo marquez de Barbacena, do meu conselho de Estado, tanto com sua Magestade Fideiissima, minha augusta filha, como com os emigrados portuguezes em Inglaterra, e especialmente com o meu casamento; e não podendo estas verificarem-se legalmente, exercendo ao mesmo tempo o mencionado marquez o lugar de ministro e secretario de Estado dos Negocios da Fazenda: Hei por bem demittil-o do dito cargo de ministro e secretario de Estado dos Negocios da Fazenda”.

Indescriptivel, o assombro causado.

No mesmo dia 1.º de Outubro, Barbacena officiaava a Alcantara accusando recebido o decreto da demissão que solicitara,

dizia a carta imperial de remessa. Pedía licença para representar contra a inexacção, pois não pedira exoneração e apurando detalhes. A 28 de Setembro, D. Pedro annunciara sua resolução de tomar conta das despesas, e ponderando que conviria passasse o marquez para o ministerio dos Extrangeiros afim de não presidir, elle proprio, á tomada de taes contas, Barbacena lhe observara, deante do visconde de Alcantara, que a incompatibilidade era a mesma em qualquer pasta, ao que S. M. respondera: **Sim, deve sahir.** O ministro lembrou-se que conviria adiar essa demissão por oito dias, afim de se resolverem os projectos em andamento; mas o Imperador exigira a sahida immediata, podendo o marquez falar no Senado sobre os mesmos projectos.

O decreto, pois, a não ter a causal para tomar mui rigorosas contas, deveria referir a verdade inteira: Hei por bem demittir. Cumpre dizer que o primeiro decreto continha, contra a verdade, a clausula de a pedido. Foi cumprida a so-

licitação do ministro e o decreto sahio sem nota de ser a pedido.

Mas na missiva de D. Pedro ainda figurava una allusão á caixa magica da legação de Londres, que era como os criticos malevolos se referiam ás operações, que queriam acoimar de incorrectas, da delegacia do Thesouro Nacional em Londres.

E logo cuidou o ministro, offendido em sua honra, de obter do Imperador licença de publicar suas contas, para justificar sua lisura. A 11 de Outubro, concedia-lhe essa permissão o Imperador. E' de 18 do mesmo mez a Exposição clara e convincente do marquez, victima dos alevosos termos do decreto de demissão.

Documentada plenamente, a ella vinha appensa longa e minuciosa especificação de todas as despesas feitas por conta da rainha de Portugal, no total de £ 177.738-9s-10d. Vinham a correspondente approvação de D. Pedro I, as autorisações para movimentar fundos, e a conta corrente do marquez com o Thesouro.

Nella, na conta de Haver de Barbacena, vinham declaradamente £ 35.000 que elle ainda não tinha recebido. Depois dessa conta, declarava o homem de Estado, haviam accrescido varias despesas de Janeiro a Março, e referentes ao casamento, que haviam elevado os gastos deste a £ 42.272. Pois bem, mesmo ali havia um debito de £ 1.326-7s-2d em favor do diplomata!...

A suspeita que as calumnias do Chalça queriam lançar sobre o procurador era de que elle se havia locupletado nas contas!... Elle que, toda a vida, fôra um modelo de honradez e de desprendimento!... A quem Metternich ùzera constar que nenhuma solicitação seria recusada pela Austria, desde que elle a favorecesse na questão da ida de d. Maria da Gloria a Vienna e da solução do problema da corôa portugueza, accôrde com as vistas da Santa-Alliança!... De quem, mais tarde, o Governo constitucional de Portugal, já reinando em paz d. Maria II, feitos offerecimentos para que o Reino



lhe reconhecesse os eminentes serviços prestados, a única resposta obtida foi que agira segundo sua consciencia e com ella estava satisfeito!...

O epilogo, pois, dóe demorar sobre tanta ingratição e injustiça tamanha, sómente veio em 1836 do Tribunal do Theouro, por deliberação de 9 de Setembro e portaria de 2 de Outubro desse anno. Era a quitação das contas que se lhe passava a 27 de Outubro de 1836, reconhecendo a favor do marquez um saldo de £ 1.405-19s-11d, que lhe ficava creditado, por depender de decisão da Assembléa Geral. Realmente, recebeu este saldo em Fevereiro de 1838.

Essa injusta accusação motivara uma campanha de oito annos, e fôra causada pelos odios políticos, pelas paixões partidarias e pelas rivalidades pessoases. Tivera por base fraquezas e ingratições do Imperador, que só enxergava um ponto do horizonte: o problema restaurador em Portugal. E elle, realmente liberal de coração, a conselho de tantos co-

chichos e intrigas, não via que por ali enveredava pelo absolutismo, que queria combater.

Ainda então, na celebre carta prophetica de 15 de Dezembro de 1830, quiz Barbacena lhe prestar immenso serviço de leal subdito e de bom brasileiro. Mostrou-lhe os obices nascidos por sua propria erronea orientação, pelos obstaculos creados aos defensores da Constituição, tanto por elle proprio, como por seu sequito e seus conselheiros irresponsaveis. Terminava assim, alludindo ás accusações de que elle, marquez, queria dominar o Brasil com os republicanos:

“Unindo-me eu á facção republicana, pouca duvida poderia haver de successo, ao menos temporario; mas, longe disso, cortei as communicações com toda a gente, recusei entrar para as sociedades existentes, e si, por desgraça do Brasil e de V. M., sobrevier semelhante mudança, o que infallivelmente acontecerá si V. M. não operar

em si uma reforma immediata de comportamento, sua ruina é certa; mas eu continuarei, sem ser molestado, a viver na mesma obscuridade a que ora me condemnei, contemplado talvez com desconfiança como membro das antecedentes administrações, que serão todas confundidas pelos autores da revolução, militando ainda contra mim o facto da minha recusa, agora, de accetar as doutrinas republicanas”.

“Ainda ha tempo, Senhor, de manter-se V. M. I. no throno, como o deseja a maioria dos brasileiros; mas si V. M., indeciso, continuar, com as palavras de Constituição e Brasileirismo na bocca, a ser Portuguez e absoluto de coração, neste caso a sua desgraça é inevitavel, e a catastrophe, que praza a Deus não seja geral, apparecerá em poucos mezes; talvez não chegue a seis”.

“A extincção dos ministerios secretos; separação absoluta de creados, ou confidentes portuguezes, lingua-

gem e comportamento de um genuíno brasileiro, ainda podem reconciliar a V. M. J. com a Nação, e salvá-lo da catastrophe que está imminente”.

Cerrou ouvidos ao conselho o Imperador. Cada vez mais restaurador e portuguez, só olhava para o reino de seus maiores. Sentia finda sua missão americana.

O limite marcado por Barbacena era de seis mezes. De facto, a realisação se deu em menos de quatro, pois a 7 de Abril de 1831 D. Pedro, forçado a abdicar, seguiu, barra a fóra, rumo da Europa.

E só lhe não succedia a Republica porque Vergueiro salvou a monarchia, para bem do Brasil.

## 8. O occaso

Tinha cincoenta e sete annos o Marquez ao voltar da Europa com as duas princezas. Moço ainda, portanto, podia continuar a prestar prolongados serviços si a saude o ajudasse.

Não era esse o caso, entretanto. No Sul, já uma forte crise de lithiase renal o havia abatido, pouco antes da batalha do Passo do Rosario. Em Londres, por 1828 e 29, outros incommodos de fórma herpética, constantemente o traziam adoentado.

Era firme intenção sua, em consequencia, retirar-se das posições preeminentes da politica para tratar de sua saude e dos interesses proprios, tanto mais quanto a experiencia no trato dos homems, e o conhecimento pessoal e intimo que tinha

do Imperador, com suas qualidades e seus defeitos e fraquezas, lhe aconselhavam tal retiro.

Como vimos, não lhe consentiram os acontecimentos seguisse seus impulsos.

Já agora, feita a abdicação, na qual não collaborou, mas que não podia deixar de approvar como solução unica do problema que D. Pedro creara para o Brasil, quiz evitar se desse nova conjuntura em que se visse coagido a aceitar posto de sacrificio, para o qual já se sentia sem forças.

Uma phase tinha transcorrido na historia do Imperio. Os homens do Primeiro Reinado haviam exgottado sua missão. Alguns eram verdadeiras nullidades, e nada mais podiam dar. Outros, que ainda largos serviços estavam destinados a prestar, tinham de modificar sua mentalidade. Eponymos, embora, da primeira camada dos homens de Estado do Imperio recém-fundado, teriam de approximar-se da gente nova que havia surgido na primeira legislatura e na segunda, a qual tradu-

zia o sentimento nacional, até em seus exaggeros.

Graças a essa evolução, puderam elles desenvolver o valor politico que já haviam revelado e, em geral, sua collaboração, valiosissima sem duvida, desenvolveu-se principalmente no parlamento. Calmon e o visconde de Albuquerque, que ainda foi governo na Regencia e no Segundo Reinado, quasi constituem uma excepção. Villela Barbosa, o marquez de Paranaguá, suspeitissimo a todo o pessoal da Regencia, só voltou a cargos de governo após a Maioridade que auxiliou decisivamente. Pedro de Araujo Lima, o marquez de Olinda, o Regente da Maioridade, e que era notoriamente adverso a todos os absolutistas, formava na Camara dos Deputados entre a maioria adhesa aos parlamentaristas. Representante da primeira phase da monarchia, fôra ministro do Imperio em 1823, tinha o grande prestigio de sua ancianidade; era a tradição que nelle se venerava, o que explica que seu ultimo ministerio se realisasse em 1865.

Pensava Barbacena que o Brasil tinha entrado em periodo novo de sua vida nacional e que o governo cabia naturalmente aos responsaveis pela ordem triumphante de idéas, os quaes em sua maioria se achavam na Camara. Por isso recusava sempre voltar a cargos de administração, aos quaes, ainda por cima, sua saúde talvez não pudesse resistir. A isso, porém, não acquiesciam seus collegas da Camara e do Senado, que lhe conheciam o valor e o queriam aproveitar. Sempre reluctou, até que, em 1835, Feijó o convenceu pela grande amizade que os ligava; nesse anno, indo o marquez á Europa, assumiu o compromisso de, em seu regresso, partilhar das fainas da primeira regencia una. Não levou a effeito essa promessa, pois peorando sua saúde, não podia mais, em 24 de Junho de 1836, quando chegou de volta ao Rio, tomar sobre os hombros o peso de uma pasta. Além do que, Feijó, violento e teimoso, já revelara intolerancia e prepotencia que o systema parlamentar não comportava e que o levaram, em Setem-



bro de 1837, a renunciar á regencia. Barbacena, educado na lição ingleza, não podia concordar com a rota do Regente para com a Camara.

Melhor ficaria ao marquez o auxilio a prestar ao Governo do paiz na sua cathedra de senador. Foi assim que contribuiu poderosamente para a discussão da reforma constitucional em 1832, na feitura da lei definindo os pontos a reformar no Estatuto, pela Camara só. É curioso ver como elle antecipava criticas ultteriores: era, por exemplo, contrario ao poder moderador, cuja suppressão advogava.

Tomou parte, ou teve mesmo a iniciativa, nos principaes actos emanados da Camara vitalicia. Assim, cuidou das medidas relativas ao gravissimo problema da moeda, problema no qual seus pareceres e seus discursos ainda hoje merecem ser lidos e meditados.

Em tudo mantinha a tradicional generosidade, e a nobreza de sentimentos, que, em Minas Geraes, haviam sempre caracterisado os Caldeiras na Demarcação

Diamantina. Nunca guardou rancor ou se vingou das ofensas recebidas. Ainda uma prova elle deu com o Imperador abdicatario. E' sabida a vileza do procedimento seguido para demittir Barbacena do ministerio em 30 de Setembro de 1830. Ingratidão e traição culminaram para com o admiravel servidor da Patria, que acabava de salvar a Rainha de Portugal, e de solver o difficil problema do casamento imperial. Passados dous mezes e meio, a victima do imperial offensor, perdando as faltas de quem o aggredera, lhe dirigia a admiravel carta prophetica de aviso de 15 de Dezembro.

Em 1833, a 6 de Maio, e já agora mero duque de Bragança, endereçava ao Senado Brasileiro uma carta de protesto sobre direitos proprios que julgava violados. Foi o documento ás commissões reunidas de constituição, de diplomacia e de fazenda.

Os pontos feridos eram despesas que o ex-imperante julgava se deverem attribuir ao Thesouro, e sobre a dotação an-

nual da Imperatriz, que se havia suspenso por força da abdicação. Foi o marquez o relator, logrando obter para seu parecer o voto unanime das commissões. As maguas que podiam ficar das ingratições passadas haviam calado ante o dever do juiz a deferir causa justa.

E assim procedeu sempre.

Mas a cidade chegava com seu inevitavel cortejo de achaques. Em 1835, já se achava o homem de Estado com 63 annos de idade e seus males se iam aggravando. No Senado, onde, entretanto, não era dos mais velhos, ninguem mais do que elle desfructava respeito, veneração e prestigio. Era um dos raros burgravios do Imperio. Todos lhe procuravam e pediam opinião, conselhos e pareceres. Feijó, grande amigo seu, o queria ter como auxiliar do Governo. Appellando para a reciproca amizade, conseguia obter promessa de collaboração para quando voltasse da Europa, pois não mais podia adiar a busca de allivio a seus males.

Iria primeiro consultar especialistas para a affecção de pelle que o torturava, talvez ligada á lithiase renal que tantas dôres lhe trazia.

Quiz Feijó aproveitar-lhe o prestigio em Londres para solver varios problemas da economia nacional. Aceitou a honrosa, mas difficil incumbencia o Marquez. Impoz uma condição, entretanto: como o motivo inicial da viagem era o interesse pessoal, a saude combalida e suas lavras auríferas em Minas, que queria valorisar, desempenharia a commissão publica sem estipendio e a expensas proprias, só pela honra do encargo e pelo desejo de servir o paiz.

E assim o novo plenipotenciario, gratuito, teria de debater em Londres a interpretação do tratado commercial anglo-brasileiro de 1827 e sobre o trafego de escravos. Si não pudesse abolir as restricções na faculdade de taxar a importação e regular a arrecadação e os despachos das mercadorias, pelo menos deve-

ria alcançar a inclusão de accrescimos para certos generos.

Davam-lhe tambem o encargo de procurar junto á Santa Sé uma intervenção poderosa que puzesse termo á vexata **questio** da nomeação e da confirmação dos bispos que tanto perturbou até 1837 as relações com a Curia.

Ainda o sobrecarregavam com o estabelecimento de um plano de colonisação. Inda, por cima, pediam-lhe para ajustar a fundação de empresa ou companhia que se incumbisse de retirar o papel-moeda da circulação.

ficava autorizado a contractar dous engenheiros peritos em abrir poços artesianos; outro, pratico na construcção de pontes e calçadas; um machinista de barcos a vapor; dous casaes de suissos, praticos de agricultura, formados nos methodos das fazendas normaes de Felleberg; dous irmãos moravios para a civilisação e a cultura dos indigenas.

Habilitava-o, em Londres, nos agentes do Thesouro, com os recursos precisos para as despesas a effectuar.

Recebia ainda a responsabilidade de promover os meios para construir uma via-ferrea, ou mais de uma, do Rio a Minas, Rio Grande do Sul a Bahia, de accôrdo com a lei que o Parlamento acabava de votar, em 31 de Outubro de 1835. Como modelo, não obrigatorio, dos favores concessiveis, remettiam-lhe o decreto que havia concedido vantagens á Cia. de Navegação do Rio Doce.

Em Novembro de 1835, partiu o marquez para a Inglaterra, e a 28 de Dezembro estava em Londres, onde logo começou a trabalhar.

Não cabe em ligeira biographia entrar nos detalhes do desempenho dado a essas multiplices incumbencias a que, nem todas, logrou levar a termo. Assim, sua missão em Roma não pode ter exito por motivos ligados á politica invariavel da Santa Sé. Mas, em Londres, pode concluir accordos ou chegar a interpretações

que satisfazião ás vistas do Imperio. Só em obras especiaes cabem essas minucias.

Durou sua ausencia do Brasil até 24 de Junho de 1836. Infelizmente, ia baixando sua saude. Este motivo, e a forte opposição que ia motivando a hostilidade do Regente em obedecer á regra maxima do Governo parlamentar — obedecer ás indicações do parlamento — impediam um ministerio Barbacena, que era um convencido das praticas britannicas.

Continuou a agir no Senado, onde sua voz era tida por oracular.

Ainda em 1837 apresentou, sobre o trafico dos negros, um projecto que mais tarde foi aproveitado como base da lei de Eusebio de Queiroz. O mallogro da lei de 1831, dizia elle, proveio bem do facto de não terem ainda achado os meios de burlar o texto legal. Já agora haviam sido fundados ao longo da costa os campos de concentração dos escravos recém-importados, campos em que dos negros brancos se faziam os crioulos ladinos, já conhecendo a lingua e os habitos do paiz;

o commercio interno dos tanganhões, comboieiros e mercaderes levava pelas estradas ás fazendas as infelizes alibárias humanas que os agricultores compravam, e, dizia Barbacena, era impossivel punir essas transacções, que correspondiam ás exigencias imprescindiveis da economia nacional. Por isso aggravava e accumulava multas, castigos e penalidades sobre o trafico maritimo na travessia do Atlantico. Assim, contra o projecto do marquez sommaram-se as criticas e as opposições. Ainda desta fórma, as medidas eram tomadas de modo a merecer que lord Palmerston, chefe do gabinete inglez, instruisse a legação britannica no Rio para felicitar o homem de Estado brasileiro por ter tomado em suas mãos a solução dessa causa humana, sem que dahi se pudesse inferir o apoio inglez ao projecto em conjuncto ou a qualquer de suas partes.

Tinha esse trabalho, entretanto, de parcialmente ser vencedor e fazer parte da lei de Eusebio de Queiroz, que delle se



serviu para adiantar a elaboração da lei de 1850, o que une á aureola de gloria do grande Eusebio o nome do estadista mineiro.

Mas continuava implacavel a marcha das molestias que quebrantavam as forças do marquez.

Os ataques da lithiase amiudavam-se, cada vez mais graves. Desde 1837 fôra forçado a interromper suas viagens a cavallo. Sómente em liteira podia transportar-se para suas lavras auríferas, em Roça Grande, perto de Caethé. A lithotricia, praticada pela primeira vez a 17 de Janeiro de 1839, pelo Dr. Antonio José Peixoto, devia ser renovada de tres em tres mezes, ou de quatro em quatro. Era a vida que se esvaia.

Mesmo assim, batiam-lhe á porta para pedir conselhos de Governo.

Em 27 de Dezembro de 1839, Lopes Gama, o futuro visconde de Maranguape, pedia-lhe concluísse uma convenção de ajuste de contas com Portugal acerca do

tratado de 1825. Não lh'o consentiu o estado de sua saude.

Progredia o mal, mas o Governo recorria sempre á sua experiencia. Em principios de 1841, a guerra dos Farrapos, já velha de seis annos, preocupava sobremaneira a administração publica e erros sobre erros haviam sido commettidos pelos ministros da maioridade, hesitantes entre os meios de repressão das luctas, os puramente politicos e de palliativos ante rebeldes, e a maneira forte do appello aos recursos militares.

Sobre a escolha a fazer-se entre os dois methodos, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque consultava o Marquez em 25 de Janeiro daquelle anno.

A 7 de Fevereiro, enviava-lhe a resposta aos quesitos.

Nomeassem um general, com plenos poderes para premiar e para castigar; com poderes para execução immediata das sentenças militares; pagamentos em dia; fardamento e armamento abundantes e bons. O commercio com os rebeldes, no

territorio que occupassem, era prejudicial, mas compativel com a situação de guerra civil, menos o da polvora; impossivel impedir o entretanto, quando menos por contrabando. Impedir a intervenção, nesse ponto, dos Estados vizinhos, seria quasi impossivel, por não termos tratados sobre o assumpto. Exigir o abandono do territorio occupado, era fazer desses habitantes desterrados outros tantos rebeldes. Devia-se considerar a peor possivel a disciplina da guarda nacional do Rio Grande do Sul, apesar dos rio-grandenses serem valentes e proprios para a guerra. A existencia de duas autoridades quasi independentes no theatro da guerra era cousa quasi irrealisavel. O expediente civil em uma provincia militarmente occupada reduzia se a pouca cousa, que o secretario do Governo poderia despachar e o general accetar. Havendo uma batalha decisiva, poucos rebeldes se retirariam para os Estados vizinhos, pois pediriam perdão. Conviria dar a administração da provincia a um chefe mili-

tar com todos os poderes, inclusive o de amnistiar e perdoar. Sendo falhas as leis, agir assim mesmo e pedir um bill de **indemnidade**. Avaliava a força precisa em 8.000 homens, sendo 4.000 de infantaria, 3.000 de cavallaria e 1.000 de artilharia. Mas, isso, **havendo disciplina real**. S. Paulo, Sta. Catharina, Minas deviam prestar auxilio para manter completa a força official.

Falta de systema e de disciplina, portanto, mais do que falta de gente, era o mal que prolongava as hostilidades.

Não foram estes os remedios que Caxias poz em pratica, estrategista de outra envergadura, mas de espirito igualmente lucido e vidente?

Após esse esforço, pouco mais durou o Marquez. As forças iam se exgottando.

Em 1.º de Maio de 1842, cahia doente de uma febre gastrica. Trataram-no os Drs. Henrique Coats e Cesar Persiani. Este ultimo ainda tem nesta cidade quem o tenha conhecido e lhe póde attestar

a reputação de saber e de sagacidade bondosa.

Todas as medicações conhecidas na época foram utilizadas. A lacta sómente cessou a 13 de Junho de 1842. Tinha o marquez então quasi setenta annos, nascido que fôra em 19 de Setembro de 1772. O unico filho que com elle residia, o conde de Iguassú, enfermara com uma congestão cerebral, provocada pelo espectaculo da doença do marquez.

De modo que tratamento, ultimos momentos, e o dictar das disposições de ultima vontade, dictado feito em plena calma e serenidade absoluta de um justo, foram presididos pelo marquez de Quixeramoby, irmão do grande morto.

Estavam na Europa os outros dois filhos, o visconde de Barbacena e a viscondessa de Santo Amaro.

Foi sepultado na igreja de S. Francisco de Paula, donde, passado prazo, a viscondessa de Santo Amaro colligiu os ossos para os inhumar em mausoléu de

marmore no cemiterio de S. Francisco Xavier.

Com elle terminara uma phase da vida nacional, e se finara um dos maiores brasileiros do cyclo da Independencia, do Primeiro Imperio e das Regencias.

## NOTA BIBLIOGRAPHICA

Os documentos historicos em que se baseia a resumida biographia precedente do "MARQUEZ DE BARBACENA" encontram-se no Archivo do Itamaraty, no Archivo Publico, e na Bibliotheca Nacional. No primeiro, principalmente, estão os Registos e as Minutas da correspondencia activa das Legações de Londres, Vienna e Paris, bem como dos officios por ellas recebidos. Ahí se encontra a *Cópia da correspondencia de Sir Charles Stuart*, extrahida do *Record Office* de Londres por Alberto Rangel.

Livros sobre trechos da vida do Marquez são poucos. Entre os essenciaes, citaremos:

Cons.<sup>o</sup> ANTONIO AUGUSTO DE AGUIAR. *Vida do Marquez de Barbacena*, 1896. Rio de Janeiro.

Gal. AUGUSTO TASSO FRAGOSO. *A Batalha do Passo do Rosario*, 1922. Rio de Janeiro.

# INDICE



1.	O inicio. As primeiras clivagens . . .	15
2.	Caldeira Brant e os prodromos da Independencia . . . . .	43
3.	Divergencias quanto á mediação . . .	69
4.	O rompimento resolvido. A missão Stuart. A successão portugueza . . . . .	98
5.	A campanha do Sul . . . . .	136
6.	O segundo casamento do Imperador .	173
7.	O Vidente . . . . .	210
8.	O Occaso . . . . .	233

Este trabalho foi composto e impresso em S. Paulo, pela Empresa Graphica da "Revista das Tribunas", á Rua Xavier de Toledo, 72, para a Companhia Editora Nacional, Rua dos Gusmões, 140, São Paulo, no mez de Abril de 1936.